

O Alentejo deles

Não é necessário apostar na transformação do Alentejo num museu eco-rural, na desertificação da paisagem humana e na emigração dos alentejanos para que os guerreiros do betão e do asfalto tenham o seu descanso de fim-de-semana assegurado.

■ Lino de Carvalho

Pág. 19

Trabalho a tempo parcial

Já lá vão os tempos de frontais assaltos aos direitos de quem trabalha que só despertavam energias mobilizadoras nas massas populares. Hoje, a ofensiva continua, mas os pacotes laborais do cavaquismo deram lugar à política das «saquetas laborais» da governação PS. Medidas aparentemente avulsas, misturadas com algumas cenouras penduradas na ponta do pau, e articuladas com outras que aguardam melhor oportunidade.

■ Costa Feijão

Págs. 20 e 21

Uma crise no centro de outra crise

O capitalismo e as suas mil cabeças estão a mobilizar todas as forças disponíveis na luta pela fuga à crise total. Todo o sistema se encontra ameaçado. A sua sobrevivência acha-se em perigo sério.

Págs. 22 a 24

PCP

Assembleias de Organização

Prosseguindo o «Novo Impulso», as organizações do PCP reforçam a sua acção.

Págs. 6 e 7

TRABALHADORES

CGTP 3.ª Conferência de Organização Sindical

Uma reflexão sobre os novos fenómenos que se manifestam nas sociedades contemporâneas e seus efeitos no plano sindical, bem como a estrutura orgânica e tendências do movimento sindical português

Pág. 10

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 26 de Novembro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1304 • Director: José Casanova

As consequências da orientação neoliberal

Política do Governo em causa

• Crise da suinicultura
• Tarifas eléctricas
• Encerramento de empresas

A crise da suinicultura, a questão das tarifas da energia eléctrica e o encerramento das empresas Longa Vida/Nestlé e Texas Instruments/Samsung Electronic são três exemplos das graves consequências das orientações neoliberais do Governo e da União Europeia, assentes no endeusamento do mercado e redução do papel do Estado na regulação económica.

Págs. 5 e 6



Em defesa do Ambiente

Centrais

O lixo da discórdia

Acusações ao Governo, recolha de assinaturas e manifestações em Lisboa, Leiria, Setúbal, Alhandra e Barreiro, entre outras, marcaram os protestos na recta final da discussão pública sobre incineração de resíduos tóxicos em cimenteiras, que terminou segunda-feira. As populações estão preocupadas com as consequências negativas para o ambiente e para a sua saúde e qualidade de vida.



Na sexta-feira, populares do Barreiro deslocaram-se a Lisboa para protestar contra os resíduos industriais.

RESUMO

18 Quarta-feira

Os suinicultores manifestam-se em Lisboa, Beja, Leiria e Faro, protestando contra a crise no sector ■ O Tribunal da Relação de Lisboa pronuncia a antiga ministra da Saúde, Leonor Beleza, pelo crime de propagação de doença infecciosa, com dolo eventual ■ Sabe-se que pelo menos 10 timorenses foram mortos por forças indonésias desde 13 de Novembro ■ Milhares de curdos manifestam-se em Roma pela libertação de Abdullah Ocalan, líder do PKK ■ A Autoridade Palestiniana e Israel reiniciam as negociações sobre o estatuto final dos territórios.

19 Quinta-feira

A brochura do Forum «Droga: branqueamento de capitais em questão», promovido pelo PCP, é lançada em Lisboa ■ O ministro da Solidariedade Social apresenta, em Conselho de Ministros, um projecto de reforma para a Segurança Social ■ O Governo anuncia que as duas novas Faculdades de Medicina serão criadas na Covilhã e em Braga... ■ ... e um conjunto de medidas contra a crise na suinicultura ■ A AR aprova a criação dos concelhos de Odivelas e de Trofa ■ O presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, encontra-se com Xanana Gusmão, na prisão de Cipinang, em Jacarta ■ No Congresso dos EUA, o procurador Kenneth Starr acusa o presidente Bill Clinton de perjúrio e de obstrução da justiça ■ Israel decide iniciar uma retirada parcial da Cisjordânia.

20 Sexta-feira

Populares do Barreiro deslocam-se a Lisboa para protestar contra a instalação no concelho de uma estação de tratamento de resíduos industriais ■ Inicia-se, no Porto, o V Congresso dos Magistrados do Ministério Público ■ O Tribunal da Relação de Lisboa pede uma investigação à possível fuga de informação, pelo Conselho Superior de Magistratura, no caso Leonor Beleza ■ Devido a notícias de um eventual massacre em Timor-Leste, o Governo decide suspender as negociações com a Indonésia ■ O Tribunal de Recurso de Roma decide fixar residência a Abdullah Ocalan e recusa o pedido de extradição da Turquia.

21 Sábado

O PCP promove, em Évora, uma homenagem a Bento de Jesus Caraça ■ No âmbito da iniciativa «Portugal 2000», é discutido o tema «Património cultural e identidade», em Lisboa ■ Realiza-se o plenário da Organização do Ensino Secundário do Porto da JCP ■ Milhares

de pessoas manifestam-se em França pela legalização dos imigrantes em situação irregular ■ Os inspetores da ONU acusam o Iraque de continuar a esconder documentos importantes sobre o seu armamento.

22 Domingo

O Infarmed recomenda a restrição de alguns medicamentos, devido a possíveis consequências perigosas para os utilizadores ■ O Supremo Tribunal Administrativo considera o Estado culpado de negligência nas cheias de 1983 em Sintra e Loures ■ É confirmado o massacre de Alas, em Timor, onde 44 pessoas foram mortas pelas forças indonésias ■ Na Indonésia, manifestantes islâmicos incendeiam igrejas cristãs provocando seis mortos ■ Os líderes albaneses do Kosovo rejeitam o projecto de acordo provisório sobre o estatuto da província apresentado pela Sérvia ■ Realiza-se na Albânia um referendo sobre a Constituição.

23 Segunda-feira

O Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa decide que os responsáveis do Aquaparque serão julgados por negligência e violação do registo de construção, cinco anos depois da morte de duas crianças nas instalações ■ A Coordenadora Nacional contra os Tóxicos defende a redução, a reciclagem e a reutilização como alternativa à incineração ■ Em Díli, três mil estudantes ocupam o Parlamento exigindo a retirada de Timor das tropas indonésias ■ Os maquinistas de Portugal, Bélgica, Grécia, França, Luxemburgo e Espanha fazem greve contra a liberalização do sector ■ A Presidência alemã transfere-se para Berlim ■ No Brasil, o ministro das Comunicações e responsáveis do Banco de Desenvolvimento Económico e Social demitem-se devido ao escândalo relacionado com o favorecimento de empresas na privatização da Telebras.

24 Terça-feira

Forte carga policial ataca manifestação de suinicultores, em Rio Maior, causando vários feridos ■ MNE assina protocolo com a Associação Nacional de Municípios no sentido da criação de um organismo para acções de cooperação com poderes locais do estrangeiro ■ Delegação de quinze jovens timorenses consegue do comandante militar indonésio, coronel Tono Suratman, o compromisso do cessar-fogo imediato contra a guerrilha por parte do exército ■ Yasser Arafat inaugura em Rafah o primeiro aeroporto internacional palestino ■ Papa recebe, no Vaticano, o Presidente da República Democrática do Congo, Kabila.

EDITORIAL

Quando os lobos uivam

Não surpreende mas preocupa a crescente arrogância, a destemperada insolência, a ostentada ambição que transparecem no discurso, na prática e nos objectivos dos chefes dos grandes grupos económicos e financeiros. O tempo é (parece ser) deles!

Dispondo de um governo às ordens, ordenam-lhe que se limite a cumpri-las. E se, por lapso ou distração governativa, assim não acontece exactamente num caso ou noutro, irritam-se, repreendem, ameaçam, quiçá castigam os infractores. No entanto, manda a verdade que se diga que os governos - quer o actual quer os que o antecederam - cumprem fielmente as funções que lhes estão destinadas e raras vezes não terão seguido à risca o que, aliás de bom grado, aceitaram. Hoje, já ninguém põe em dúvida que o governo do engenheiro Guterres leva por diante, com o mesmo garbo e eficácia dos do professor Cavaco, uma política de reforço do poder dos grupos económicos e financeiros.

O conteúdo de classe da política do governo - visível na prática de sistemático favorecimento dos interesses do grande capital e de desfavorecimento dos interesses e direitos dos trabalhadores - e as formas que assume e exhibe, constituem flagrantes evidências da total subordinação do poder político ao poder económico e financeiro, demonstrações exuberantes de que o segundo é o todo poderoso patrão e o primeiro um submisso e fiel empregado.

Sentindo-se donos de tudo, eles dizem tudo o que sentem e arrogam-se cada vez mais o direito de ostentar que o Estado... são eles.

Tudo isto esteve em foco nas recentes Jornadas Empresariais promovidas pela Associação Industrial Portuense (AIP).

Ludgero Marques, presidente da AIP e porta-voz das Jornadas, dividiu em três grandes blocos as conclusões essenciais ali obtidas. O primeiro bloco trata das distinções entre o que é da competência do Estado e o que compete aos agentes privados. Assim falou Ludgero: "O Estado deve ser um mero pano de fundo, um agente subsidiário e, portanto, não é dele que nós esperamos a atitude de busca activa do desenvolvimento - essa atitude depende de nós, instituições concretas da sociedade e não da entidade abstracta que é o Estado." À "entidade abstracta", explicou, devem caber apenas e "em concreto" (...) "as funções económicas e sociais não desempenhadas pelas entidades privadas", ou seja, "as actividades de regulação de sectores e mercados essenciais e a promoção institucional dos produtos nacionais nos mercados globais". Mais "concretamente": ao Estado compete, segundo as ordens de Ludgero, demitir-se de todas as funções e centrar a sua acção na exclusiva defesa dos interesses do grande capital, inclusive assumir-se como caixeiro-viajante desses interesses. Eis o "Estado concreto", autoritário, dominador e dominante, falando grosso, estalando o chicote e metendo nos eixos o obsoleto "Estado abstracto".

Imagine-se a reacção do Presidente da AIP e dos seus gémeos face às opiniões dos que, como nós, comunistas, defendem mais e melhor Estado e pensam e demonstram que o País precisa de um sector público forte e de serviços de qualidade...

O segundo bloco de conclusões transborda de optimismo e confiança: decidiram as Jornadas que, se é certo que Portugal padece ainda de algumas "fragilidades", também é verdade - e isso é que conta - que "conseguiu entrar na União Económica e Monetária o que constitui um passo seguro e promissor no percurso de modernização".

Mas logo avança o terceiro bloco, recheado de "irritação", por "continuarem bloqueadas certas reformas estruturais indispensáveis ao avanço do País". A principal "força de bloqueio" é, obviamente, "a lógica puramente político-partidária que ainda governa o País". Sublinhe-se aquele ainda e tudo ficará ainda mais claro...

A propósito, o Presidente da AIP disparou uma rajada de aviso, a varrer: "Estamos já irritados com a sistemática campanha de meios pseudo-intelectuais, nacionais e estrangeiros, contra os supostos malefícios do sistema de mercado que depreciativamente apelidam de neoliberalismo." E deixando atrás de si o sonho de um chão junca-do de cadáveres de todos os que persistem em ter opinião, em pensar outra coisa que não o que ele pensa, Ludgero

exigiu "actos de liberalização e de privatização, em especial nas áreas da justiça, do sistema fiscal, do sistema nacional de saúde, da segurança social, da educação e da formação profissional". Não irritemos os senhores, não lhes retiremos, com a absurda teimosia em termos opiniões, a tranquilidade de que precisam para desenvolverem o País!

Finalmente - presume-se que com fria comoção e, obviamente, num esforço para conter incontáveis ganâncias - Ludgero lançou um "apelo ao fortalecimento dos valores éticos e morais das normas de comportamento e dos códigos de conduta, para que a liberalização, a privatização económica e a abertura da sociedade funcionem correctamente, numa base de confiança" - assim como quem diz: não é preciso atropelarmo-nos, isto chega para todos e à fartazana, a alcateia será tanto mais forte e os seus uivos serão tanto melhor direccionados, quanto maior for a paz interna.

Duas observações, ainda. Quanto mais não seja para demonstrar que há coincidências... que coincidem.

Esta Jornadas, realizadas de porta aberta, foram antecedidas de um encontro "à porta fechada" que teve lugar no Vidago. Tendo em conta a importância complementar das duas iniciativas, a AIP decidiu dar-lhes continuidade, institucionalizá-las, digamos assim.

Acresce que, em entrevista recente ao Diário de Notícias e à pergunta "Como vê o futuro da AIP?", Ludgero Marques esclareceu assim: "Um dos nossos objectivos era ser o grande Ministério privado da economia do Norte. E estamos quase a sê-lo, com capacidade para intervir em todas as áreas da economia do País."

Eis o "Estado concreto", eis o "governo privado" e, por isso, com a necessária "vitalidade para dar soluções novas aos problemas económicos e sociais" e com a indispensável capacidade para assegurar "o crescimento e desenvolvimento do País". Pelo que, nas conclusões das Jornadas, onde se lê "Menos Estado e mais iniciativa privada", deve ler-se "menos Estado abstracto e mais Estado concreto".

Avante!

**ALTERAÇÃO
AO CÓDIGO POSTAL**

Chama-se a atenção para o novo Código Postal da Redacção do Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
— 1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 — 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:

Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tribuna Nova
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Li, 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/95

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Em defesa da escola pública

Lê-se e pasma-se a "versão finalizada" do "projecto de estatuto do ensino particular não superior" que o Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo elaborou e que espera agora ver aprovado pelo Governo.

O que é proposto, em síntese essencial, é que os ponteiros do tempo recuem para trás da própria Revolução Francesa e do que ela representou em termos de institucionalização e do papel da educação pública e do seu carácter laico. E que o Estado passe a pagar, em seis anos, a frequência das escolas do ensino não superior privado. Além de suportar a parte das entidades empregadoras no custo da "aposentação pública" dos respectivos docentes e de outros "trabalhadores pedagógicos".

Vai também na enxurrada privatizada e ultramontana o preceito constitucional que obriga "o Estado a criar uma rede de estabelecimentos públicos de ensino

que cubra as necessidades de toda a população" (art. 75.º da Constituição), que é na prática substituído na proposta do referido Conselho pela "integração (das escolas privadas) na rede escolar nacional", "articulando-se com as demais, em termos de racionalização de recursos educativos, de eficiência e de exigência de qualidade, sendo, em conformidade, consideradas para efeitos de planeamento, de programação e de avaliação". O que, traduzido o arrazoado, constitui o princípio da substituição de escolas da rede pública pelas do sector privado...

Há quem pense que uma proposta tão descabelada não tem pernas para andar, e que ela morrerá assim que chegue à mesa do Conselho de Ministros de um Governo que prometeu promover o ensino público e a sua qualidade e que jurou a Constituição da República.

Mas vendo donde na realidade pro-

vém esta proposta do Conselho Coordenador do Ensino do Particular e Cooperativo, não partilhamos à partida do mesmo optimismo.

A ideia do financiamento público do ensino privado e a reclamação de que o Estado trate, de uma forma pretensamente igual, o ensino público (pelo qual o próprio Estado é o responsável perante a nação) e o ensino privado, são dois dos vectores fundamentais da ofensiva neoliberal contra a educação pública.

Antes que o "direito de optar" que os privados interesseiramente confundem com o dever do Estado custear o ensino privado, se transforme de facto na "opção" única por escolas privadas e de carácter confessional, não estará na hora de erguer um largo movimento nacional em defesa de uma escola pública e de qualidade, acessível a todos?

■ Edgar Correia

A mão fria e criminosa do capital

A Texas Instrument fechou, levando para o desemprego os seus 800 trabalhadores. Assim, desta forma simples e fria, foi divulgada a notícia. Um caso mais, poder-se-ia acrescentar a dezenas de outros que vão dia a dia encerrando as suas portas, ainda que sem direito a notícia, arrastando consigo os mesmos dramas humanos e lançando a angústia em milhares de famílias portuguesas.

Mas, no caso presente, com duas notas distintas que o individualizam. A de se estar perante uma empresa multinacional, entre algumas outras mais, que se instalaram ou expandiram com base em apoios e incentivos (mais de quatro milhões de contos) oferecidos pelo Estado com o dinheiro de todos nós. A de à notícia ter correspondido um comentário aparentando surpresa por parte do Primeiro-Ministro.

O encerramento do Texas Instrument, a sua história recente e os aspectos que a envolvem justificam três comentários.

O de que por detrás da notícia, e do facto em si, se esconde a face mais cruel e criminosa do capital e da lógica que o anima: máximo lucro obtido no mais curto espaço de tempo, sem olhar a meios em obedecer a regras. O caso da Texas Instrument/Samsung é exemplo, a juntar a outros como o da Renault, desta lógica de voragem do grande capital multinacional e do ciclo que o acompanha. Instalando-se hoje aqui amanhã ali, saltando de um local para o outro à procura de mão-de-obra barata, engordando à custa de subsídios governamentais sempre cedidos com aquela inocência de quem quer fazer acreditar nos objectivos altruístas de quem os recebe, e deixando sempre, e invariavelmente, um rasto de

desemprego e de dramas pessoais perante os quais são completamente insensíveis.

O de que a forma como o Primeiro-Ministro reagiu desperta, no mínimo, incredulidade e inquietação. Supreende que o Governo se possa surpreender com actos e decisões de parceiros privilegiados das suas opções políticas e orientações governativas. Não dá para acreditar. Se há algo que este Governo, o seu Primeiro-Ministro e o ministro da Economia não podem invocar em sua defesa é não serem parceiros íntimos e visita frequente da fina flor do grande capital nacional e multinacional.

O de que é legítima a inquietação de todos quantos, ainda há poucos dias, viram e ouviram o ministro da Economia reagir indignado e desmentir categoricamente as insistentes notícias de que a Siemens e a Auto-Europa se preparam para mandar às urtigas os compromissos com o Estado e zarpar para outras paragens, acompanhadas, naturalmente, das muitas dezenas de milhões de contos que as cá trouxeram.

Pelo que, em matéria de certezas, só uns as podem ter. É que, neste País e com esta política, em sossego só podem ficar, segura e confiantemente, os dignatários do grande capital que ainda uma vez mais neste fim-de-semana na AIP, sob o olhar meio embevecido, meio embaçado do ministro da Economia, reafirmaram a apologia do máximo liberalismo e do menor Estado. Excepção feita, naturalmente, aos apoios, incentivos e benefícios fiscais com que se banqueteiam à mesa do Orçamento de cada português.

■ Jorge Cordeiro

IRAQUE genocídio

“Mais de um milhão e meio de pessoas (...) já morreram no Iraque como consequência directa das sanções. Em grande medida, eram recém-nascidos, crianças, idosos e doentes. E não há dúvidas que se trata duma violação da Convenção contra os genocídios.” O autor destas palavras é Ramsey Clark, ex-Ministro da Justiça dos Estados Unidos (*II Manifesto*, 15.11.98). Para o povo iraquiano, o fim da Guerra do Golfo há já quase oito anos foi apenas o início dum genocídio lento, constante, silencioso. Que não tem direito a caixa alta nos jornais e nos telejornais. Que não suscita programas especiais em horários nobres das televisões do mundo “livre e ocidental”. Que não tem sequer direito à designação de “crise no Iraque”, designação essa reservada para as confrontações verbais, políticas e militares que periodicamente rodeiam a actividade dos “inspectores” da Unscop. É um genocídio que não resulta duma catástrofe natural mas da aceitação, pela “comunidade internacional”, da vontade imperial dos EUA (e do seu *poodle* britânico).

Há tempos, quando já eram evidentes as consequências das sanções sobre o povo do Iraque, e quando começava a manifestar-se real descontentamento entre muitos governos perante a situação, foi aprovado um Programa da ONU para controlar a venda de petróleo iraquiano e, em teoria, utilizar as receitas para comprar alimentos para a população. Em Agosto de 1997, o irlandês Denis Halliday foi nomeado responsável desse programa. Após pouco mais de um ano, Halliday demitiu-se, em sinal de protesto pelos efeitos das sanções. Afirma este ex-funcionário da ONU: “A situação no Iraque é desesperada. A subnutrição atinge 30% das crianças com menos de cinco anos de idade. Entre 5 a 6 mil crianças morrem todos os meses. E isto é o resultado directo das sanções que provocaram o colapso do sistema de abastecimento de água potável à população, do sistema de saúde e de todos os serviços de que necessitam as crianças. Tudo isto é inaceitável. Eu não quero gerir um programa cujo resultado se sintetiza nestes números. As sanções são defendidas por Estados membros [da ONU] que conhecem bem esta calamidade (...) O sistema de saúde e de ensino do Iraque eram de alto nível. Hoje estão em colapso. (...) Estamos a matar pessoas. Estamos a matar crianças” (*II Manifesto*, 15.11.98).

Saddam Hussein é um criminoso. Já o era muito antes da invasão do Kuwait. Já o era quando em meados dos anos 70 assassinou numerosos dirigentes e militantes do influente Partido Comunista Iraquiano, perante a indiferença do “mundo livre e ocidental”. Já o era quando, pouco tempo após a revolução iraniana que derrubou o sanguinário mas fiel amigo dos EUA, o Xá do Irão, desencadeou a guerra contra esse país. Já o era quando utilizou armas químicas contra os curdos do Iraque. Como diz o famoso linguista norte-americano Noam Chomsky (ao jornal italiano *La Repubblica*), “os piores crimes de Saddam Hussein foram cometidos quando ele era um aliado e parceiro comercial favorito dos EUA”. E não suscitaram reparos à “comunidade ocidental”. Mas não são menos criminosos aqueles que submetem um povo inteiro, a começar pelos mais fracos e desprotegidos no seu seio, à miséria, à doença e à morte. Para mais quando o que está em causa é “justificar a sua [dos EUA] forte presença na região, controlar as fontes petrolíferas”, como diz Ramsey Clark. O argumento de que está em causa o respeito por decisões da ONU é cada vez mais oco. É evidente que existem decisões da ONU que são “para respeitar” e decisões da ONU que não são “para respeitar”. Como as que dizem respeito a Israel, a Timor-Leste, ao bloqueio contra Cuba. E não é difícil perceber o que distingue estas duas categorias de resoluções: a posição que os EUA têm em relação ao seu conteúdo. O que está em causa não é o respeito por decisões da ONU, mas a imposição da vontade de dominação mundial dos EUA.

Não deixa de ser esclarecedor ouvir um ex-ministro dos EUA dizer que “os Estados Unidos gastam na produção de armamentos 275 mil milhões de dólares todos os anos (...) São os Estados Unidos que têm de ser controlados por inspectores. Os Estados Unidos são hoje, muito mais do que em 1967 quando Martin Luther King pronunciou estas palavras, ‘a maior fonte de violência do planeta’” (Ramsey Clark, *II Manifesto*, 14.11.98).

■ Jorge Cadima

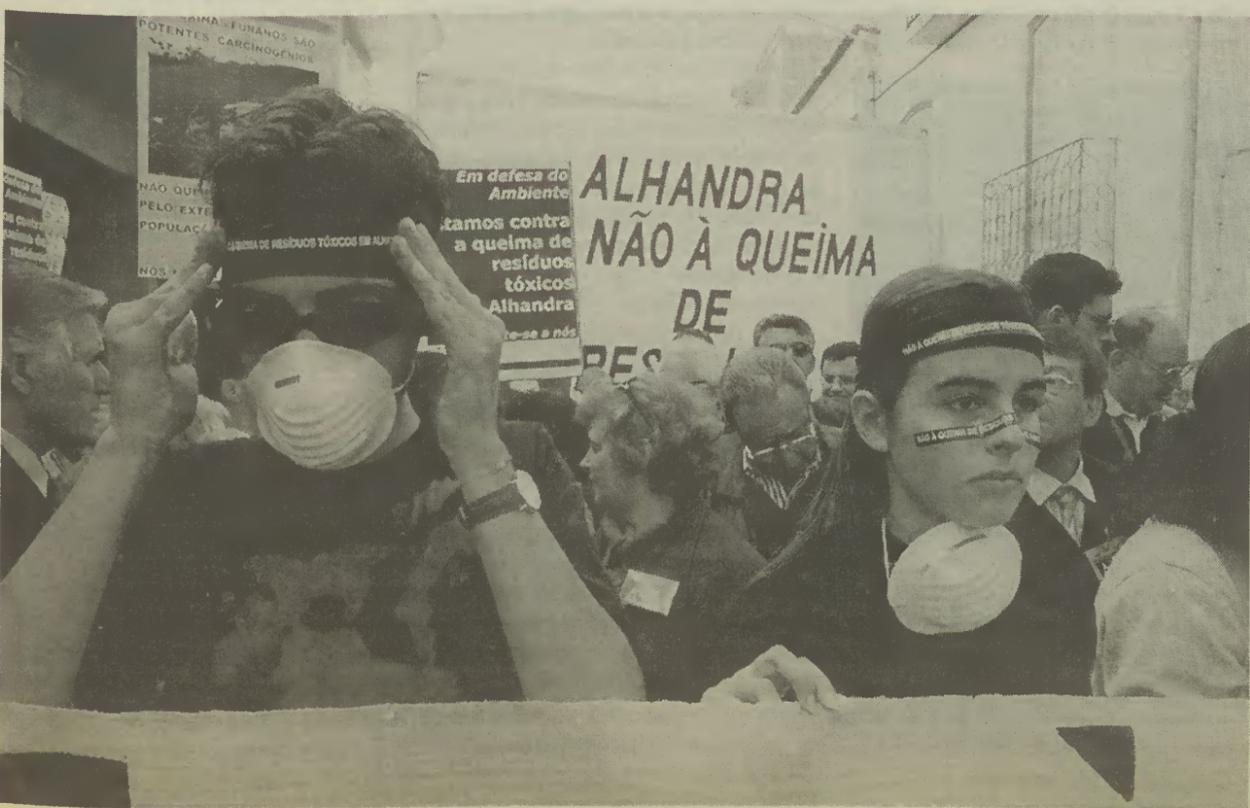


Foto: Jorge Caria

SEMANA

Portugal é «recordista» do insucesso universitário

Segundo indicadores da OCDE agora vindos a público, Portugal é detentor de uma das mais baixas taxas de sucesso no ensino universitário entre os 25 países que fazem parte da OCDE, sendo apenas «ultrapassado» pela Itália, o país recordista do insucesso nas universidades. Apesar de a população estudantil que chega às universidades portuguesas ter aumentado 244% entre 1990 e 1996, as desistências e a não conclusão dos cursos continua a ser arrasadora, mantendo o nosso país na cauda do número de licenciados por habitante.



Os dados são elucidativos: segundo dados de há dois anos (este relatório da OCDE reporta-se, geralmente, a 1996) apenas 7% da população portuguesa com idades

entre os 25 e os 64 anos completaram uma formação universitária e 3% fizeram outros cursos do ensino superior (politécnico), enquanto a média da OCDE se

situa entre os 13% e os 10%, respectivamente, enquanto 80% dos portugueses não têm mais que o ensino básico e só 9% conseguiram acabar o ensino secundá-

rio, o que, globalmente, continua a manter Portugal na cauda de todos os países da OCDE em matéria de ensino e formação da sua população.



Morreu Lucília do Carmo

Morreu no passado dia 19, aos 78 anos de idade, Lucília do Carmo, uma das mais importantes fadistas deste século e mãe de outro dos maiores intérpretes do fado em Portugal, Carlos do Carmo. Nascida em Portalegre, Lucília do Carmo foi para Lisboa bastante jovem, estreando-se como fadista aos 17 anos no Retiro da Severa, tornando-se rapidamente uma das mais apreciadas cantadeiras da capital. Em finais dos anos 40 abre a sua própria casa de fados, a «Adega da Lucília», designação que, por sugestão do marido, o empresário e actor amador Alfredo de Almeida, muda para «Faia», nome que se tornaria mítico na noite lisboeta e ainda hoje continua a sua tradição de grande casa de fado, durante muitos anos dirigida pelo filho de Lucília. Pelo «Faia» passaram, além da própria Lucília e do seu filho Carlos do Carmo, nomes maiores do fado como Alfredo Marceneiro, Beatriz da Conceição, Carlos Ramos ou Tristão da Silva. Cantou apenas enquanto quis, retirando-se aos 60 anos de idade e quando a sua voz continuava brilhante e as suas qualidades de grande intérprete continuavam em apogeu. Avesa a gravações e entrevistas, deixou uma escassa discografia, mas a recente série *Biografias do Fado* conseguiu reunir os registos de 20 dos seus mais célebres fados, gravados entre 1958 e 1978. Atacada pela doença de Alzheimer, Lucília do Carmo sofreu nos seus últimos anos de vida uma dolorosa debilitação, acabando por falecer no Hospital de S. Francisco Xavier, onde se encontrava internada há uma semana. O seu corpo esteve em câmara ardente do Museu do Fado, em Alfama, repousando no Talhão dos Artistas, no Cemitério dos Prazeres, tendo recebido uma grandiosa homenagem não apenas de numerosas individualidades e dos círculos culturais e artísticos, mas também do povo de Lisboa.

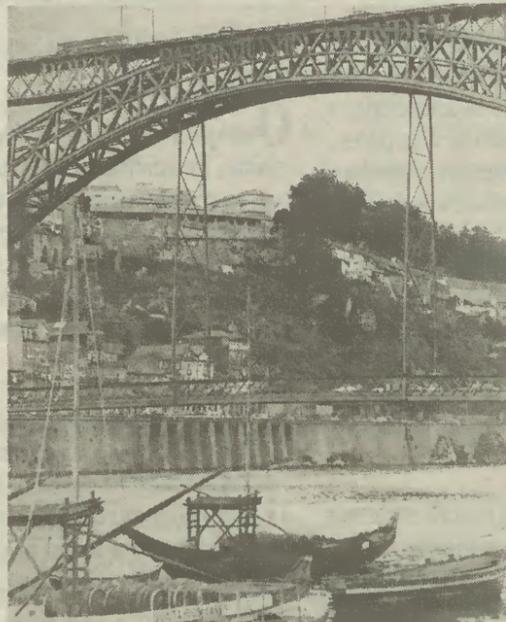
Mais suspeitas na JAE

Segundo o *Diário de Notícias*, cerca de 200 engenheiros da Junta Autónoma de Estradas (JAE) trabalhavam em empresas de consultoria que faziam projectos para a própria JAE, sendo remunerados à parte por essa outra actividade. A esmagadora maioria dos técnicos tinha autorização superior para esta prática, mas a situação sempre causou mal-estar na empresa, sobretudo quando a aprovação dos processos passava directamente pelos envolvidos. O

DN acrescenta que «a lista de pessoas que trabalhavam simultaneamente na JAE e em empresas privadas de consultoria já está nas mãos do magistrado Pinto dos Santos, o homem que o ministro João Cravinho chamou para concretizar a sindicância ordenada pelo Ministério do Equipamento à JAE. O relatório preliminar deverá estar concluído no final de Janeiro, devendo o definitivo estar pronto dentro de seis meses».

24 milhões de contos para «Porto/2001»

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, foi ao Porto anunciar que o Governo vai investir «entre 23 e 25 milhões de contos» na realização «Porto Capital da Cultura em 2001», popularizada sob a designação «Porto/2001», anunciando também alguns dos mais importantes projectos que está previsto concretizar-se com estas verbas, nomeadamente a Casa da Música, a adaptação da Cadeia da Relação como sede do Centro Português de Fotografia (CPF) e a requalificação urbana da baixa portuense, com destaque para o percurso que liga, no centro histórico, o Teatro S. João, o Coliseu, o Auditório Carlos Alberto, a futura sede do CPF e o Teatro Rivoli. O «Porto/2001» também co-financiará a nova Biblioteca Almeida Garrett, a implantar nos jardins do Palácio de Cristal, enquanto a remodelação do espaço museológico do Freixo - onde se situa o Museu da Ciência e Indústria e o Museu da Imprensa, será igualmente custeada pela Capital da Cultura. Este montante de 23 a 25 milhões de contos anunciados para o evento resultará de uma combinação entre fundos comunitários e verbas do Orçamento de Estado português.



Crescem, também no Chile, condenações contra Pinochet

As vozes contra a ditadura de Pinochet aumentam de dia para dia. Na semana passada, o governo chileno condenou as violações dos direitos humanos cometidos pelo regime, enquanto a Conferência Episcopal do Chile defendeu o esclarecimento dos casos de «desaparecidos».

Numa declaração assinada pelo Partido Socialista, Partido Democrata-Cristão, Partido pela Democracia e Partido Radical Social-Democrata,

a Concertação do Governo considera que nenhuma reflexão histórica sobre as causas da quebra institucional do Chile pode justificar as atrocidades cometidas por Augusto Pinochet.

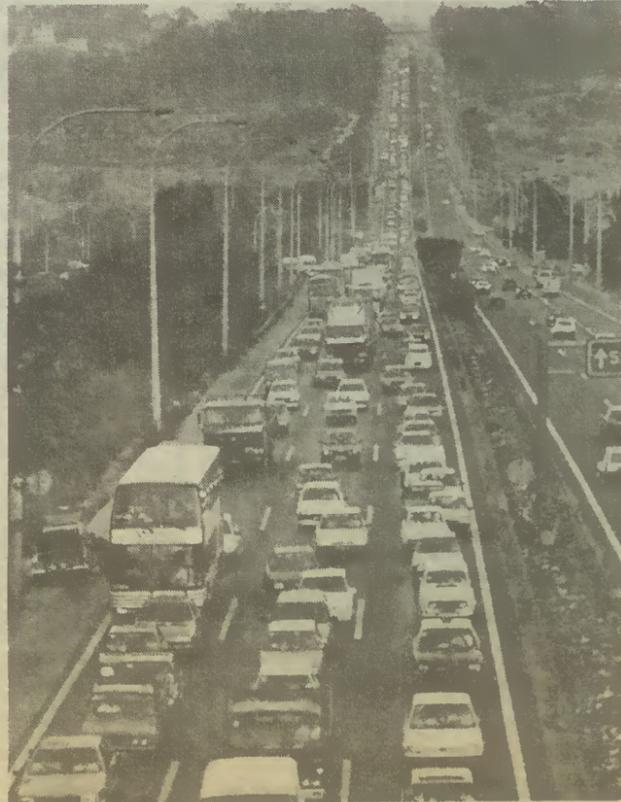
«Rejeitamos qualquer tentativa para homologar ou associar os actos de violência ocorridos no Chile anteriores a 11 de Setembro de 1973, data do golpe militar, com as políticas de terrorismo de Estado que se executaram a partir dessa data», sublinha a declaração.

Os deputados defendem a necessidade de «ampliar a jurisdição dos tribunais civis, o que significa permitir aos juizes que estão a investigar as violações dos direitos humanos a entrar nos recintos militares», lembrando que devem ser os tribunais de justiça civil a ter competência para julgar os delitos contra os direitos humanos, e não os tribunais militares como acontece frequentemente no Chile.

Com uma posição semelhante, os bispos chilenos propõem o esclarecimento do caso dos «desaparecidos» e, pelo menos, o julgamento dos casos mais significativos, numa declaração dirigida «aos criminosos, porque as vítimas já mostraram grande generosidade».

«Há uma situação especialmente dolorosa: a dos detidos-desaparecidos. Enquanto muitos casos não poderão ser resolvidos, apoiamos as iniciativas que podem conduzir ao encontro com os restos desses nossos irmãos, levando assim consolo aos seus familiares», declara a Conferência Episcopal do Chile.

Entretanto, realizou-se no domingo, na capital chilena, uma manifestação convocada por cerca de 30 partidos políticos, organizações de direitos humanos e sindicatos para apoiar o processo movido por Espanha contra Pinochet e para recordar as vítimas do regime militar.



FRASES

“Os Portugueses estão a viver bem.”

Sousa Franco in «Visão», 19.11.98

“Porcos nas ruas impróprios para consumo”

Título do «Expresso», 21.11.98

“A Comunidade Europeia, a que bondosamente os nossos governantes nos conduziram, incentivou a produção de suínos em proporções industriais.”

Ruben de Carvalho in «Diário de Notícias», 20.11.98

“Assiste-se assim ao que os clássicos designam por uma crise de sobreprodução, por enquanto essencialmente de recos. Ninguém me tira da cabeça que isto são tudo consequências do sistema, da tal economia de mercado que dantes se chamava capitalismo e que, afinal, é a porcaria do costume.”

Idem, ibidem

“Sampaio quer pôr ordem na Justiça”

Manchete do «Público», 24.11.98

“Sampaio aceita defender a mãe de Leonor Beza”

Manchete do «Expresso», 21.11.98

“A Igreja não é uma democracia, e ninguém de baixo pode decidir sobre a verdade. (...) A verdade não é assunto de uma «igreja de base». Trata-se de um dom que vem de «cima», que vem do céu.”

João Paulo II, citado pela Lusa, 20.11.98

“A visita - de João Soares a Jacarta - humilha a posição portuguesa perante a Indonésia. É insensata, inútil e perigosa.”

Durão Barroso ao «24 Horas», 18.11.98

“O Dr. Durão Barroso (...) ainda não percebeu que deixou de ser ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.”

João Soares em entrevista ao «DN», 23.11.98

“Durão Barroso poderá vir a ser comentador de política internacional na SIC. (...) A confirmar-se esta colaboração, ela coincidirá com a saída de Santana Lopes da SIC.”

Revelação do «Expresso», 21.11.98

“Com a implosão da União Soviética, o neoliberalismo impôs a sua hegemonia ao mundo inteiro.”

Manuel Alegre in «Expresso», 21.11.98

“Desde a queda do muro de Berlim, a esquerda tem estado na defensiva. Mas agora há 13 governos de esquerda na Europa. Não é possível que nada aconteça e que tudo fique na mesma.”

Idem, ibidem

EM FOCO

Comunicado da Comissão Política

Excedentes europeus condenam suinicultura portuguesa

A Comissão Política do PCP reuniu na passada segunda-feira, tendo, entre outras questões, analisado a crise da suinicultura, as tarifas da energia eléctrica e o encerramento das empresas Longa Vida/Nestlé e Texas Instruments/Samsung Electronic. Problemas que decorrem das orientações neoliberais do Governo PS e da União Europeia que, como referiu Agostinho Lopes em conferência de imprensa, realizada na passada terça-feira, se traduzem pelo «endeusamento do mercado e redução do papel do Estado na regulação económica».

A suinicultura portuguesa, como a europeia, vive uma profundíssima crise. Dificuldades de escoamento, preços na produção bastante abaixo dos seus custos, excedentes europeus da ordem de um milhão de toneladas, assalto do mercado nacional, cujo grau de auto-suficiência é da ordem dos 70%, por importações sem qualquer controlo. Sublinha-se o importante facto que as significativas baixas de preços na produção não terem tido, até ao momento, qualquer impacto nos preços pagos pelos consumidores.

As razões estruturais desta situação são conhecidas: uma fileira completamente liberalizada, uma produção dominada por meia dúzia de grandes pocilgas, apesar da presença de milhares de explorações familiares e pequenas suiniculturas. Como causa próxima, a crise asiática e o afundamento do mercado russo, principais clientes do suíno da União Europeia, como resultado das orientações neoliberais, aconselhadas e apoiadas pelo FMI/Banco Mundial, Estados Unidos e União Europeia!

Uma visão ultraliberal do mercado e a correspondente ausência de mecanismos públicos de regulação não permitiram nem antecipar nem travar a crise.

As medidas anunciadas tardiamente pelo Governo são insatisfatórias.

Não respondem suficientemente aos problemas da produção, que são os problemas centrais da crise, fazendo depender a concretização das medidas da intervenção dos operadores ligadas à comercialização e à exportação. O que significa que estes podem vir a ser mesmo os grandes beneficiários da crise, pelos preços que estão a pagar à produção, pelas medidas anunciadas!

As medidas não respondem suficientemente à especificidade

dos problemas da pequena produção e pocilgas familiares. Refira-se que cada crise grave na suinicultura se transforma num processo de liquidação de pequenas explorações, o que provoca uma posterior intensificação e concentração de produção em grandes unidades, fazendo crescer os problemas ambientais e os riscos de sobreprodução.



O PCP, consciente da importância desta produção na economia portuguesa, e no abastecimento do mercado nacional de

produtos pecuários, no seguimento das intervenções já realizadas no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, consi-

dera que o Governo deve, com urgência, reformular o conjunto das medidas anunciadas.

Consideramos que, no imedia-

to, devem ser considerados os seguintes aspectos:

- estabelecimento temporário de uma tabela de preços da carne de porco no consumo, pela fixação de uma margem de comercialização ou fixação de preços máximos, fazendo reflectir naqueles os actuais preços médios à produção;

- intervenção pública no escoamento da produção das explorações familiares a um preço que cubra os seus custos;

- alargamento da linha de crédito a médio prazo à taxa de 0%, até 60/70 porcas por activo, o que permitirá o acesso de uma exploração familiar de 180/200 porcas;

- garantir que as rações produzidas com as matérias-primas obtidas dos stocks de intervenção comunitária tenham preços reduzidos;

- alargamento aos pequenos suinicultores das condições estabelecidas para os pequenos agricultores afectados pelas intempéries no tocante às prestações para a Segurança Social;

- fiscalização rigorosa das importações, tomando medidas para impedir o consumo de toda a carne de suíno que não cumpra as exigências qualitativas impostas à produção nacional – alimentados com rações de origem animal, com vestígios de fármacos («antibióticos») não permitidos – ou em resultado de operações de *dumping* (venda abaixo do preço de custo);

- concretização urgente pelo Governo, com a respectiva dotação dos meios materiais e humanos necessários, do «Observatório dos mercados agrícolas e das importações agro-alimentares», lei proposta pelo PCP e aprovada por unanimidade na Assembleia da República!

A fileira da suinicultura é indutora de numerosos empregos, a montante e a jusante, e é uma efectiva possibilidade de desenvolvimento de numerosas regiões, numa perspectiva de ordenamento equilibrado do território e de total respeito pelo ambiente. Por isso mesmo, reclamamos uma profunda reformulação da Organização Comum de Mercado (OCM) da Carne de Suíno, a incluir na reforma em curso da PAC/Agenda 2000, por forma a satisfazer três questões: o controlo da produção; uma actividade realizada preferencialmente por pequenos e médios produtores e em regiões com poucas alternativas culturais; e o cumprimento de normas ambientais.

Redução das tarifas eléctricas Uma medida eficaz

O PCP há muito que tem alertado para o facto de os portugueses estarem a pagar tarifas de electricidade que, em termos relativos de poder de compra, são as mais caras da Europa.

De facto, os consumidores nacionais têm estado a pagar um autêntico imposto para a privatização da EDP, garantindo-lhe lucros exorbitantes. Como, aliás, se pode comprovar pelas informações prestadas por várias entidades (onde se incluía a entidade reguladora), nos prospectos da OPV, aos potenciais investidores!

A EDP teve, em 1997, de lucros declarados, 93 milhões de contos, e prevê atingir os 120 milhões em 1998, à custa da economia nacional e das famílias portuguesas.

É sabido também que os custos de produção da EDP têm baixado.

Foi tendo em consideração estes factos que o PCP apresentou na Assembleia da República uma resolução, que foi aprovada, recomendando ao Governo que, pelos meios adequados, intervisse no sentido da concretização de uma baixa em termos nominais das tarifas da electricidade, no valor de 15%, designadamente para os consumidores domésticos.

Pelas notícias vindas a público, a Entidade Reguladora do Sistema Eléctrico (ERSE) anunciou uma descida, em termos nominais, de 10,4% para os consumidores industriais e de cerca de 6% para os consumidores domésticos.



O PCP considera que estas diminuições, embora sejam um avanço, ficam aquém do que era possível, desejável e justo, nomeadamente em relação aos consumos domésticos.

Há condições para uma redução mais significativa, sem pôr em causa o equilíbrio financeiro da EDP e a melhoria da qualidade do serviço.

A descida significativa dos preços da electricidade põe fim à irracionalidade económica que coloca as empresas portuguesas em desigualdade competitiva em relação às empresas espanholas e europeias.

As empresas portuguesas pagam a factura energética mais elevada da Europa.

A sua descida é, por isso, uma medida de grande eficácia económica. Por outro lado, a descida das tarifas pode e deve corrigir uma evidente injustiça social que é a das famílias estarem a pagar um «imposto escondido», para engordar os lucros da EDP. Em cinco anos, os resultados da EDP foram multiplicados por seis. Segundo cálculos suportados em dados da própria empresa, em cada KW/hora, a nossa factura de electricidade contribui com 5,6 escudos directamente para os lucros da EDP, enquanto em 1995 essa contribuição era apenas de 2,6 escudos!

Por isso, o PCP entende que o anúncio da baixa dos consumos domésticos feito pela entidade reguladora é insuficiente e põe em causa a sua transparência e isenção, visto estar comprometida com a privatização da EDP.

Seria um escândalo que os consumidores portugueses continuassem a pagar um «imposto oculto», mesmo que mais baixo, para satisfazer os compromissos do Governo com as privatizações.

Comunicado da Comissão Política

As multinacionais e os despedimentos

O PCP considera que o Estado português não pode ficar de braços cruzados face aos despedimentos e às decisões tomadas pelas multinacionais a seu belo prazer.

Muitas multinacionais instalaram-se no nosso país recebendo avultados apoios financeiros e fiscais, tendo compromissos perante o Estado português, que deve exigir com firmeza o seu escrupuloso cumprimento. O que se passou com a Renault em Setúbal não pode repetir-se.

As notícias da venda da posição da Ford na AutoEuropa; que a Siemens pensa alienar parte do capital de três das sete fábricas que detém no País; que as Texas Instruments e a Samsung Electronic vão encerrar a empresa de semicondutores que detém na Maia, lançando no desemprego 748 trabalhadores; que a Nestlé vai fechar a unidade produtiva de laticínios e semifrios Longa Vida, que controla em Perafita, em Matosinhos, com a sua possível deslocalização para Espanha ou França, colocando em risco os postos de trabalho de 100 trabalhadores; exigem do Governo uma posição firme e clara.

O PCP entende que estas multinacionais receberam chorudos benefícios e que não podem fazer como o beduíno, isto é, levantar a tenda sem deixar rasto ficando o País com os custos sociais do desemprego...

O PCP considera também que o Governo deve lançar um sério aviso à Nestlé, «useira e vezeira» em comprar empresas em boa situação para, mais tarde, as

encerrar com vista a ficar sozinha no mercado. Recorde-se que a Nestlé já anteriormente tinha fechado as fábricas da Rajá e da Findus, e despedido 70 trabalhadores da Longa Vida.

E anote-se que, neste caso, não são apenas os empregos directos que desaparecem. É também o desaparecimento de unidades que utilizam matérias-primas nacionais (agrícolas, pescado).

O PCP vai estar atento à actuação do Governo em relação a estes casos e exigir, sem contempelações, que o País seja completamente resarcido pelos prejuízos causados quer pela Samsung quer pela Nestlé.

O PCP exige que sejam tornados públicos todos os contratos (com os respectivos benefícios financeiros e compromissos) de IDE em que hajam avultadas participações públicas.



6.ª Assembleia de Palmela

Dar novas respostas

Realizada no passado sábado, no auditório dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo, a 6.ª Assembleia da Organização Concelhia de Palmela do PCP fez o balanço da actividade e traçou as principais orientações tendo em conta as profundas alterações económicas e sociais no concelho.

A Assembleia concluiu que no fundamental foi dada resposta aos problemas da população do concelho, através da intervenção dos comunistas nas autarquias, no movimento associativo e popular e na luta dos agricultores.

As principais linhas de intervenção privilegiam a acção e o contacto junto dos trabalhadores e das empresas, e visam a criação de estruturas capazes de dirigir a luta dos mais de 16 mil

trabalhadores com postos de trabalho no concelho.

A resolução refere também a necessidade do aprofundamento da democracia participada nas autarquias, procurando aproximar ainda mais a sua gestão dos trabalhadores, populações e agentes sociais, e da melhoria da qualidade dos serviços e da sua desburocratização.

Entre as tarefas imediatas, destacam-se a próxima Assembleia da Organização Regional de Setúbal e as eleições europeias e para a Assembleia da República, que terão lugar no próximo ano.

No final dos trabalhos, em que participou Jorge Pires, membro da Comissão Política do PCP, os delegados presentes elegeram a nova comissão concelhia, composta por 45 camara-

das, com uma maioria de operários. O organismo tem uma média de idades de 45 anos e foi renovado em cerca de um terço dos seus membros.

5.ª Assembleia da Moita

A Organização de Freguesia da Moita realizou no passado domingo a sua 5.ª Assembleia, com presença de 53 delegados eleitos nos 12 plenários e reuniões preparatórios.

A organização, que conta com 485 militantes, fez o balanço da actividade desenvolvida no último ano, considerando positivo o esforço de estruturação e contacto com os militantes do Partido. Como resultado, na fregue-

sia funcionam 14 células por local de residência, que têm os respectivos secretariados eleitos, foram recrutados 20 novos militantes e aumentou substancialmente o número de camaradas com quotas em dia.

A Assembleia apontou como prioridades a continuação dos contactos com militantes ainda desligados; o aprofundamento da estruturação orgânica, criando organismos específicos para a intervenção no movimento associativo, no movimento de reformados, comissões de moradores e outros sectores. A resolução recomenda ainda para a criação de células na AMAL, empresa de metalurgia, e no Intermarché, para além da constituição de organismos por sectores de actividade.

A nova Comissão de Freguesia é agora composta por 27 camaradas, que representam todas as células a funcionar na organização.

Gaio-Rosário

Na passada sexta-feira, dia 20, os comunistas da freguesia de Gaio-Rosário realizaram a sua 1.ª Assembleia de organização, na qual esteve presente Diamantino Patarata, membro do executivo da Comissão Concelhia da Moita. Os presentes aprovaram por unanimidade uma resolução política e orgânica e elegeram o organismo de direcção composto por cinco camaradas.

ALENTEJO

Governo ignora região

Mais uma vez o Governo PS «vira costas ao Alentejo», denuncia o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP, comentando a decisão do Governo quanto à instalação das duas faculdades de medicina agora criadas.

Para os comunistas é «inaceitável» que o Governo decida instalar uma das faculdades em Braga - a pouco mais de 50 km do Porto - e na Covilhã, apesar de o Alentejo obedecer a todos os critérios considerados necessários - ser uma região do interior das mais envelhecidas e desertificadas, ter uma universidade de prestígio e dispor de instalações hospitalares capazes.

Esta é uma opção, acusa o PCP, que leva a que as cinco faculdades de medicina existentes no país se situem todas a norte do Tejo.

PORTO

Novo impulso na Petrogal

Realizou-se, no passado sábado, a Assembleia dos comunistas da Petrogal, tendo sido feita pelas duas dezenas de militantes presentes, durante mais de sete horas de discussão viva e construtiva, a radiografia à situação da célula, da empresa e da luta dos trabalhadores.

Foi aprovada por unanimidade uma resolução que condensa onze propostas de trabalho para o novo impulso e o reforço do PCP, e eleito, por unanimidade, um novo Secretariado de célula.

No encerramento dos trabalhos, a Assembleia manifestou de forma determinada e convicta a sua disponibilidade para avançar empenhadamente o trabalho necessário para que os trabalhadores da Petrogal possam contar hoje, como no passado, com o PCP na sua luta por um futuro de progresso.

FIGUEIRA DA FOZ

Oportunismos, não!

A evolução das movimentações em torno da criação do Município de Gândara - envolvendo a freguesia do Bom Sucesso, que hoje integra o concelho da Figueira da Foz - tem sido, desde a primeira hora, acompanhada pela Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP.

Dá que, face a declarações do vereador do PS, Carlos Beja, referindo a possibilidade de propor ao PCP a inviabilização do novo município, caso o PSD não o apoie nessa pretensão, os comunistas venham desde já afirmar que o seu Grupo Parlamentar «não agirá nesta questão contra a opinião das estruturas partidárias locais, enquanto reflexo da vontade das populações», considerando-as «de evidente mau gosto e de um primário oportunismo político».

BRAGA

Dinheiros mal gastos

Ainda não desapareceu o «cheiro» da inauguração da destruição do Campo da Vinha e já a Câmara de Braga avança na correcção da obra, juntando milhares de contos às centenas de milhar já gastos, denuncia a Comissão Concelhia de Braga do PCP.

Na opinião do PCP, a construção de um novo parque infantil para «disfarçar as rampas existentes» e o arranque das «raquíticas árvores» - que se sabia que não poderiam crescer -, são bem o exemplo «da forma cuidada como foi executada a obra».

Perguntando «até onde poderá ir a Câmara na descaracterização daquela Praça», os comunistas referem ainda os «tropeços nos degraus», mal construídos; os jacusi, que raramente funcionam; o parque subterrâneo, transformado em «novas catacumbas», que a Câmara insiste em rentabilizar; o «jardim botânico», hoje «um pantanal de latas de coca-cola» e, por fim, o ar puro do Campo da Vinha, que agora não passa de «uma mistura de cheiro a batata frita e hamburger mal passado».

PÓVOA DO LANHOSO

STJ suspende aterro

A Comissão Concelhia da Póvoa do Lanhoso, por sua vez, congratula-se com a decisão do Supremo Tribunal de Justiça que, indeferindo o pedido de esclarecimento apresentado pela Braval, ordena a imediata suspensão da actividade do Aterro Sanitário da Serra do Carvalho e impossibilita a continuação da execução do contrato de concessão de exploração do aterro assinado entre esta empresa intermunicipal e o Ministério do Ambiente.

De facto, na opinião dos comunistas - que lamentam que os responsáveis políticos não tenham seguido os estudos e pareceres de várias entidades responsáveis naquelas áreas -, o local «não é o mais apropriado e aconselhável» para a instalação de um aterro. Quanto ao conflito que opõe a maioria dos médicos à Direcção do Centro de Saúde da Póvoa de Lanhoso, com prejuízos para os utentes, o PCP considera imperioso resolvê-lo rapidamente. E, na sequência da auditoria efectuada aos serviços - que aponta para a possível existência de irregularidades -, entende que, «para bem da transparência, da ética e do bom senso», é necessário que a Inspeção Geral de Saúde encete rapidamente averiguações.



A resolução da 6.ª Assembleia Concelhia de Palmela privilegia a acção e o contacto junto dos trabalhadores e das empresas

7.ª Assembleia do Seixal decide medidas de reforço orgânico

Com os trabalhadores perto das populações

Com mais de 3500 militantes, a concelhia do Seixal é a terceira maior organização do Partido no distrito de Setúbal, logo após os concelhos do Barreiro e de Almada, e sem dúvida uma das mais importantes a nível nacional. O prestígio que desfruta junto dos trabalhadores e das populações resulta não só da defesa intransigente dos seus interesses, como também da forma como os eleitos comunistas e seus aliados na CDU têm exercido o poder autárquico em duas décadas e meia de poder local democrático. Porém, a organização não foi imune às profundas alterações no tecido económico e social, bem como à grande ofensiva política e ideológica dos últimos anos contra o PCP. No passado domingo, a 7.ª Assembleia de Organização fez o diagnóstico e apontou medidas que permitem «encarar o futuro com optimismo».

Este «optimismo», como explicou Jorge Pires, membro da Comissão Política do PCP, decorre do facto de que o Partido «não capitulou perante dificuldades», mas encontrou «nessas dificuldades novas forças para continuar o caminho que nos levará a uma sociedade mais justa».

Depois de valorizar «o papel do militante e a sua intervenção quer individual quer integrada no colectivo partidário», Jorge Pires, que intervinha no encerramento da assembleia, disse acreditar que «muitas das nossas dificuldades e insuficiências serão mais facilmente resolvidas (...) com um envolvimento maior dos militantes na vida das suas organizações».

Como «prioridade das prioridades» indicou a «organização do Partido nos locais de trabalho e a intervenção junto dos trabalhadores», afirmando que «temos de contrariar a tendência que se tem acentuado de muitos camaradas no activo passarem para organizações por local de residência. Muitas vezes nesta opção não estão só as razões objectivas, como a impossibilidade de formar uma célula do Partido, mas também razões subjectivas que resultam da pressão política e ideológica a que os membros do Partido são sujeitos. Mas então que se discuta o problema e se veja como ultrapassá-lo», sublinhou Jorge Pires.

Chegar às novas empresas

A necessidade de reforçar a organização, nomeadamente nas

empresas e locais de trabalho, referiu ao *Avante!*, Manuel Valente, responsável concelhio e membro do Comité Central, «é há muito uma preocupação dos comunistas do Seixal».

Com o encerramento de importantes empresas, verdadeiros «bastiões da classe operária», como a Mundet, Wicanders, SGM, ou desmembramento e redução drástica dos postos de trabalho na Siderurgia Nacional, desapareceram muitas células comunistas. Paralelamente, nas novas unidades industriais criadas, onde imperam a precariedade no emprego e a repressão aos direitos dos trabalhadores, o Partido tem tido grandes dificuldades em organizar-se. Por isso, afirmou Manuel Valente, para além de definir esta área como prioritária, a nova Comissão Concelhia irá constituir um organismo intermédio com a tarefa de criar novas células nas várias empresas instaladas nos nove parques e zonas industriais do concelho.

A situação nesta área foi abordada em detalhe por Zóximo Amado, que concluiu a sua intervenção salientando os «avanços visíveis» conseguidos nos últimos meses em resultado das medidas tomadas pela Concelhia e acompanhadas por um esforço colectivo.

Auscultar para melhor decidir

Outro objectivo central da Assembleia foi analisar o traba-

lho autárquico, tema que esteve presente em várias intervenções, em particular na de Alfredo Monteiro, presidente da CM do Seixal.

Nas últimas eleições, a CDU manteve no essencial as suas posições maioritárias e o trabalho realizado ao longo de 25 anos dotou o concelho de elevados níveis de qualidade de vida. Porém, como foi sublinhado por vários oradores e justamente a resolução consagra, «a capacidade de produzir obra necessita de ser acompanhada pela ligação às massas e pelo aprofundamento da democracia participada». Concretamente, a Assembleia apontou várias medidas que passam, entre outras, pela constituição de comissões municipais e de freguesia, pela descentralização e desconcentração dos serviços autárquicos, pelo apoio à criação de organizações populares, reconhecendo-as como parceiro para o diálogo autárquico.

Por outro lado, a Assembleia manifestou-se favorável a uma reorganização administrativa do concelho, que tenha em conta o crescimento demográfico e urbanístico dos últimos anos, mas sublinhou que a divisão do concelho é prejudicial às populações, denunciando o «oportunismo dos partidos que, sucessivamente derrotados nas urnas, pretenderam, com a divisão do concelho, criar um espaço onde acreditavam poder vencer a CDU».

Particular atenção mereceu ainda a intervenção dos comunistas no movimento associativo, o qual desempenha um papel destacado na vida do concelho. Basta referir que cerca de 30 por cento dos seus habitantes estão ligados a uma das 56 associações e colectividades existentes. Estas têm um total de 45 mil associados, promovem a prática de 73 modalidades desportivas e diversas actividades recreativas, culturais e musicais, envolvendo cerca de 1400 dirigentes não remunerados.

Neste universo, os comunistas estão na primeira linha, tanto em número como em empenhamento. Contudo, a Assembleia apontou a fraca ligação de muitos dos seus quadros associativos à orga-

nização partidária e a necessidade de considerar esta tarefa como prioritária, assegurando «o



acompanhamento por parte das organizações e tomando medidas orgânicas para a coordenação da actividade dos membros do Partido». Como referiu Raul Machado, «o PCP não tem que dirigir as colectividades, mas os comunistas têm de transportar para o seu seio os princípios do Partido».

Progressos registados

Desde a 6.ª Assembleia, realizada em 1994, a organização concelhia não cruzou os braços perante as dificuldades e tomou medidas que permitiram responder melhor às principais tarefas do Partido. Contando sensivelmente com o mesmo número de militantes, neste período foram feitos 224 novos recrutamentos, dos quais 145 são operários e empregados, 21 quadros técnicos e intelectuais e 58 com profissões várias. As mulheres são 90, enquanto 91 têm menos de 30 anos e 133 têm entre 30 e 50 anos, o que comprova o esforço de rejuvenescimento do Partido.

Também no capítulo dos fundos foram dados passos positivos, descritos por Olívia Ferro, que permitiram cumprir os objectivos traçados na última assembleia. A organização do Seixal é hoje auto-suficiente e contribui



Nos trabalhos participaram 232 delegados e mais de meia centena de convidados

regularmente para as campanhas de fundos distritais e nacionais. Foi feito um grande esforço de recuperação das quotizações em atraso, cujas receitas têm crescido de ano para ano. Por exemplo, em relação a 1997, regista-se um aumento de 20 por cento.

Todavia, este é um esforço para continuar pois, como indica a resolução aprovada, são ainda muitos os camaradas que não pagaram quotas no presente ano. A principal conclusão nesta frente é que «nas organizações onde houve trabalho concreto, também nos fundos os resultados apareceram e bastante positivos».

Após a reunião do Comité Central de 14 e 15 de Fevereiro, que se pronunciou «Por um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido», realizaram-se no concelho três assembleias de freguesia e reuniões específicas nas áreas da saúde, ensino, movimento associativo e desporto e autarquias, para além de outros plenários, que dinamizaram a actividade dos organismos, em alguns casos de forma notável, como foi o caso da Célula dos Trabalhadores da Câmara do Seixal. Um trabalho que só não foi mais longe porque entretanto foi preciso concentrar as forças na batalha do referendo, que, tal como sucedeu na generalidade

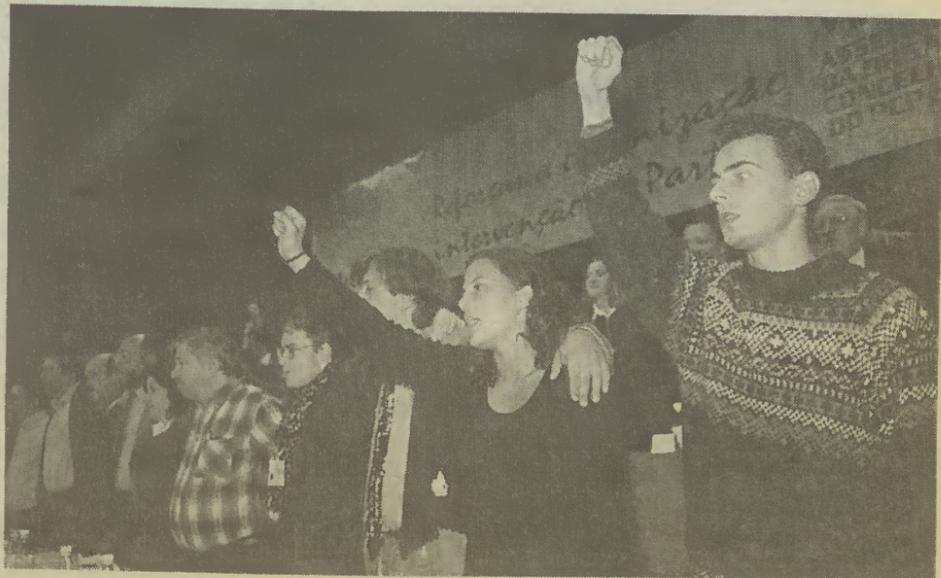
dos concelhos do distrito, terminou com a vitória do Sim à Regionalização.

Esta actividade prosseguiu com vista à preparação da 7.ª Assembleia, no âmbito da qual decorreram 15 assembleias plenárias e mais de uma dezena de plenários de militantes que elegeram 277 delegados.

A proposta da nova Comissão Concelhia, afirmou ao *Avante!* Manuel Valente, foi elaborada como base em três critérios fundamentais: disponibilidade, renovação e rejuvenescimento. Conseguiu-se assim eleger um colectivo de direcção que apresenta uma média de idades de 42 anos, sendo que de um total de 55 membros, 21 integram-na pela primeira vez.

Nos próximos tempos o novo organismo vai privilegiar a intervenção junto dos trabalhadores, nas autarquias, no movimento associativo e junto da juventude.

No plano das realizações partidárias destacam-se a 5.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal, no próximo mês de Fevereiro, e o XVI congresso do Partido. As comemorações dos 25 anos do 25 de Abril e a as batalhas eleitorais do próximo ano, são igualmente momentos que vão marcar a agenda política dos comunistas do Seixal.



A composição da nova comissão concelhia reflecte um esforço de renovação e rejuvenescimento. Dos 55 membros, 21 integram-na pela primeira vez e a média de idades do organismo é de 42 anos

TROFA

Nasceu um concelho...

A Comissão Concelhia de Santo Tirso do PCP, saudando a população pela subida de Trofa a concelho, considera que esta decisão da Assembleia da República - para a qual se orgulha de ter contribuído -, respondendo a uma justa aspiração da população é também a «vitória da sua unida e persistente luta». Contudo, alertam os comunistas, a criação do novo concelho, só por si, não resolve os problemas do concelho. É preciso «alterar profundamente as políticas seguidas até aqui» e planejar um investimento harmonioso, que tenha em conta a realização das infra-estruturas básicas prioritárias, como o abastecimento de água e drenagem dos esgotos, as acessibilidades e a racionalização da construção.

ODIVELAS

... e um outro concelho

A Assembleia da República decidiu, no passado dia 19 de Novembro, elevar Odivelas a concelho. Uma decisão que as Comissões de Freguesia do PCP de Caneças, Famões, Póvoa de Stº Adrião, Pontinha, Odivelas, Olival Basto e Ramada - que integrarão o novo município - encaram como o resultado de uma luta de anos.

Lembrando a contribuição que desde 1985 tem vindo a dar neste sentido - como, aliás, para a criação das freguesias de Famões, Olival Basto, Pontinha e Ramada -, o PCP considera que o novo concelho permite aproximar o Poder Local das populações e ajudar à resolução concreta de problemas e à concretização de importantes reivindicações como são os casos do Metro e do Hospital, cuja responsabilidade pertence à Administração Central. O PCP salienta ainda o importante papel do Município de Loures na dotação de infra-estruturas e equipamentos, indispensáveis à qualidade de vida das populações da área do novo concelho, ao mesmo tempo que renova o compromisso de continuar a intervir pelo progresso das novas freguesias.

SACAVÉM

... mas outro fica adiado

Por sua vez, a Comissão de Freguesia de Sacavém do PCP, saudando a população de Odivelas pela conquista alcançada, lamenta contudo que, mais uma vez, se tenha adiado a aspiração da população de Sacavém de ver criado o seu concelho. O PCP reitera a sua discordância pelo facto de a divisão administrativa do actual concelho de Loures não contemplar a criação simultânea dos concelhos de Odivelas e de Sacavém - como os comunistas sempre defenderam -, desfecho para o qual contribuíram as ambiguidades do PS e do PSD. Assim, sublinhando que todas as freguesias da CDU votaram favoravelmente a criação do concelho de Sacavém, tendo apenas Moscavide e Portela - respectivamente do PS e do PSD - votado contra, os comunistas deixam aos habitantes de Sacavém a tarefa de apreciar e concluir sobre as vontades políticas em presença.

SANTIAGO DO CACÉM
**Vereadora PS
insulta população**

A Comissão Concelhia de Santiago do Cacém está indignada com as declarações da vereadora do PS, Dulce Candeias Rito, apelidando de «arruaças» as manifestações promovidas pela população e pelos seus movimentos no sentido de reivindicar a construção do novo hospital do concelho e da sua maternidade, e atribuindo-lhes a responsabilidade pelos atrasos destas obras. Solidário com a luta da população e diversos movimentos para a concretização destes importantes equipamentos, o PCP, afirmando não tolerar que «se desrespeite desta forma baixa» a vontade das populações, lança aos responsáveis do PS o desafio para que esclareçam se subscrevem e apoiam as afirmações da sua vereadora.

LISBOA

**Encontro discute
Serviço Público**

No próximo dia 12 de Dezembro, o PCP vai promover no Salão da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, um Encontro Nacional de Quadros sobre o Sector Público, os Serviços Públicos e as Privatizações.

Na origem do encontro - que pretende fazer uma avaliação do sector e incentivar a luta - estão as preocupações que os comunistas sentem em relação às graves consequências do processo privatizador que o Governo do PS, mais que qualquer outro, tem levado a efeito e a importância do sector público e dos serviços públicos para o desenvolvimento e o futuro do País.

Sendo outro objectivo do Encontro Nacional contribuir para «a afirmação da exigência de um sector público forte e de serviços públicos de qualidade», a Comissão Organizadora considera de todo o interesse a participação diversificada de dirigentes e quadros do Partido ligados aos diversos sectores e áreas de trabalho.

**Branqueamento de capitais
PCP propõe Programa
de Prevenção e Combate**

O PCP propôs, na quinta-feira passada, no Centro de Trabalho Vitória, um Programa Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, condensando uma série de medidas com as quais pretende «prevenir a criminalização da economia e do sistema financeiro, combater o narcotráfico e fazer recuar a toxicoddependência». Ao mesmo tempo - aproveitando a realização da Semana Europeia de Prevenção das Toxicoddependências -, lançou a brochura «Droga, branqueamento de capitais em questão», contendo as principais intervenções proferidas no Fórum que, em Maio, realizou sobre a mesma temática.

Após a iniciativa, que contou com a presença de dezenas de militantes, técnicos e especialistas ligados a esta área, representantes de entidades oficiais, o «Avante!» colocou a Francisco Lopes, da Comissão Política do PCP, algumas perguntas a propósito das recomendações do Relatório da Comissão Nacional de Estratégia contra a Droga e as medidas governamentais.

Na opinião do PCP, «está finalmente estruturada uma política para a toxicoddependência», como disse o ministro-adjunto, José Sócrates?

«Não, nós não consideramos que esteja estruturada uma política, pois, embora se tenham dado alguns passos em termos de estrutura, há ainda muitos elementos de confusão e de descoordenação.

Mas o problema não reside apenas nas estruturas que existem, reside principalmente nas linhas de orientação, nas políticas, nas acções concretas em função dos resultados. E aí há coisas que nos preocupam, designadamente o atraso na resposta a algumas questões. Chamamos a atenção, por exemplo, para a questão essencial do trata-

mento: em vez de se investir na rede pública de atendimento, tratamento e reinserção social, o Governo optou por favorecer os privados com fins lucrativos, criando, no fundo, uma nova área de negócio, à custa dos toxicoddependentes, das suas famílias e do Orçamento do Estado. Este é um aspecto concreto que criticamos.

Uma crítica que surgiu, designadamente por parte de Daniel Sampaio, diz respeito à falta de envolvimento da sociedade nesta discussão...

É necessário promover uma maior discussão para a definição da estratégia nacional de combate à droga. Há muita discussão mas é desconexa e parcial. Ora, a propósito da elaboração da estratégia nacional de combate à droga, criou-se uma boa oportunidade para discutir de uma forma mais ampla estes problemas com as associações de diverso tipo, com todas as pessoas que quiserem participar, de maneira a que aquilo que resultar como estratégia nacional tenha mais condições para ser eficaz.

A formação de técnicos é também alvo de reparo por vários sectores.

No plano da formação, por um lado, há comunidades terapêuticas privadas que actuam sem um mínimo de condições, quer a nível das infra-estruturas quer a nível dos técnicos. Por outro lado, tem havido um défice enorme na formação de técnicos mesmo para a rede pública. Aliás, a rede pública, em alguns casos, não tem avançado mais por falta de técnicos. Isto, para além da opção tomada pelo Governo de não avançar com comunidades terapêuticas públicas. É, portanto, uma área onde é preciso investir decididamente, porque não se trata apenas de um problema de quantidade mas da qualidade que se garante no tratamento, de forma a aumentar a sua eficácia.

O relatório aponta para a descentralização da questão da toxicoddependência para o poder local. O PCP considera que os municípios têm capacidade para responder a este problema?

Nós pensamos que é necessário o máximo empenhamento de todas as entidades e é preciso envolver as comunidades locais na prevenção. Agora, o que pen-

samos é que tem que haver uma responsabilização do Governo e do Estado no aumento da prevenção, já que é a partir daí que são definidas as políticas que condicionam o caldo de cultura em que se gera a toxicoddependência. Ou seja, é aí que essas políticas têm que ser invertidas e é aí que está o conjunto de meios que, em articulação com as estruturas locais, pode permitir que essa prevenção seja eficaz. A não ser assim, podemos estar face a um enorme recuo na prevenção da toxicoddependência. Porque o Governo não se pode limitar a transferir responsabilidades para quem não tem meios financeiros e até poderes de decisão sobre as políticas que, embora incidindo a nível local, dependem do Governo central e que são, repito, a base em que se gera o caldo de cultura da toxicoddependência.

Representaria, portanto, um recuo?

Sim, a ir por diante uma solução deste tipo, estar-se-ia perante um retrocesso. É que, na medida em que o Governo se desresponsabilizasse - como está a tentar fazer -, ficaria menos pressionado para tomar as medidas que pode e deve tomar. Tal caminho poderia ser eficaz para o Governo passar as culpas da situação para as autarquias, mas constituiria um recuo de facto na prevenção da toxicoddependência. Assim, o que se coloca é a necessidade de o Governo assumir as suas responsabilidades, é agir e intervir com coerência, determinação e eficácia para enfrentar e fazer recuar este fenómeno.

PCP sobre Timor-Leste

Liberdade para os presos políticos

Em nota à comunicação social, sobre a situação em Timor-Leste, a Comissão Política do PCP manifestou, na passada segunda-feira, a sua indignação face «aos novos massacres cometidos pelas tropas indonésias contra a população de Alas, a pretexto de um ataque das Falantil a um quartel indonésio». Em sua

opinião, estes massacres «colocam com a maior urgência a necessidade de intensificar a luta por uma solução para Timor-Leste que inevitavelmente terá de passar pelo exercício do direito à autodeterminação do povo maubere».

Por outro lado, o PCP considera «da mais alta importância que o

povo timorense, vítima da ocupação e força inesgotável de resistência, esteja presente através da CNRT nas conversações que envolvem o seu próprio futuro».

Em relação ao Governo português, o PCP considera que ele «deverá intensificar a pressão diplomática e diligenciar interna-

cionalmente, nomeadamente junto dos governos dos países da União Europeia, para que as autoridades indonésias libertem Xanana Gusmão e todos os presos políticos, retirem efectivamente as forças de ocupação militar e cessem a brutal repressão que continua abater-se sobre o povo timorense».

CAMARADAS FALECIDOS

Adelaide Oliveira Alves Araújo

Com 85 anos de idade, faleceu no Porto, no passado dia 18 de Novembro, a camarada Adelaide Oliveira Alves Araújo, da Organização das Freguesias Ribeirinhas. Natural de Vila Nova de Famalicão, onde ficou sepultada, a camarada teve uma vida profundamente ligada à luta e à resistência antifascista, com destaque para o apoio aos presos políticos. Era mãe do camarada Jorge Araújo, da DORP do PCP.

Armando Duque Ribeiro

Após súbito internamento, faleceu no passado dia 20 de Novembro, no Hospital Amato Lusitano, em Castelo Branco, o camarada Armando Duque Ribeiro. Durante muitos anos trabalhou no Metro, em Lisboa, onde a sua postura combativa em defesa dos direitos dos trabalhadores lhe grangeou grande prestígio e a simpatia dos seus companheiros. Reformado, regressou a Rodeios, sua aldeia natal, onde prosseguiu a luta pelos seus ideais. Militante do Partido após o 25 de Abril, era actualmente membro da Comissão Concelhia de Vila Velha de Ródão do PCP. Foi cabeça de lista da CDU na freguesia das Sarnadas de Ródão nas últimas eleições autárquicas de 1997.

Fernando Luís Duarte Pinho

Faleceu no passado dia 21 de Novembro, com 49 anos de idade, o camarada Fernando Luís Duarte Pinho, natural de Setúbal, onde residia. Actual-

mente exercendo a actividade de comerciante, foi membro da célula da ex-IMA, sendo muito estimado e considerado por camaradas e amigos.

Manuel António Figueiredo

Faleceu recentemente, com 78 anos de idade, o camarada Manuel António Figueiredo (Manelico Sapateiro), natural de Alcáçovas (Viana do Alentejo), onde residia. Foi um camarada que muito contribuiu na organização local desta freguesia, onde, apesar das limitações que a saúde lhe impunha, nunca deixou de participar.

Maria de Lurdes Veiga M. Ramos

Faleceu, no passado dia 12 de Novembro, com 72 anos de idade, a camarada Maria de Lurdes Veiga Marques Ramos. Membro do Partido desde 1977, militava na Comissão do Centro de Trabalho concelhio de Almada.

Tibério Augusto Magalhães

Com 52 anos de idade, faleceu, no passado dia 17 de Novembro, o camarada Tibério Augusto Magalhães, motorista da Carris. Estava organizado e militava na célula da empresa.

★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Timor-Leste

Notícias de um massacre

Notícias de um novo massacre em Timor-Leste, em que as tropas indonésias terão assassinado dezenas de civis, geraram um forte movimento de protesto em Dili, com dois dias consecutivos de manifestações estudantis que levaram a um primeiro compromisso por parte das autoridades. Na ONU, as conversações tripartidas em curso entre representantes de Portugal, Indonésia e da ONU, foram provisoriamente suspensas a pedido de Portugal.

Terça-feira, o comandante militar em Timor-Leste, coronel Tono Suratman, prometeu aos estudantes timorenses que o exército cessará de imediato as operações contra a guerrilha. As promessas foram feitas durante uma reunião no palácio do governador, em Díli, em que participaram uma delegação de 15 estudantes, o comandante militar indonésio, o comandante da polícia, o delegado do procurador-geral da República e o presidente da assembleia provincial.

O encontro culminou dois dias de protestos dos estudantes timorenses contra a violência do exército indonésio em Alas e seguiu-se à ocupação do edifício do parlamento local.

Os cerca de 3000 manifestantes que se encontravam em frente ao palácio, dispersaram depois de terem sido informados dos resultados da reunião, mas

muitos dos presentes mostraram o seu desagrado por não ter sido conseguido o compromisso das autoridades quanto a uma retirada das forças armadas indonésias de Timor-Leste e ao reconhecimento do povo timorense à autodeterminação.

Os protestos estudantis surgiram na sequência das operações militares indonésias realizadas nas últimas semanas na zona de Same e Alas, sul de Timor-Leste, de que terá resultado a morte de dezenas de civis. Participaram no protesto diversas organizações de juventude timorenses, sob a coordenação do Conselho de Solidariedade da Universidade e dos Estudantes do Ensino Superior. Os estudantes exigiram, nomeadamente, o fim imediato das operações naquela zona do território e a substituição das forças armadas indonésias em Timor-Leste por uma força das Nações Unidas.

Testemunhos

As recentes operações militares indonésias em Timor-Leste terão causado pelo menos 40 mortos civis, de acordo com a igreja católica e a resistência timorense. Quer a igreja quer a resistência, e mesmo o próprio Mário Carrascalão, ex-governador pró-indonésio de Timor-Leste e actual conselheiro político do Chefe de Estado da Indonésia, concordam em que estas mortes se seguiram a uma intervenção da força militar indonésia ocupante, após uma acção dos guerrilheiros das Falintil contra o posto do comando militar em Alas, onde teria capturado soldados e armas indonésias.

A área do concelho de Sama, onde se situa Alas, está cercada por tropas indonésias, havendo notícias de que cerca de 340 timorenses estejam refugiados em duas igrejas católicas daquela região.

Algumas informações que vão chegando indicam que a pouca população que ainda permanece em Alas está a sofrer problemas de falta de água, depois do exército indonésio ter cortado o único cano que fornece água potável à zona. A maior parte da popula-

ção continua fugida, escondida nas zonas próximas.

O matutino australiano "Sydney Morning Herald", que confirma pelo menos 50 vítimas mortais, descreve a situação em Alas como bastante tensa e informa que as tropas terão destruído 30 residências, quase todas pertencentes aos timorenses que foram mortos ou detidos.

O jornal cita o testemunho de um jovem que conseguiu escapar da zona, que indicou que a juventude é o alvo dos principais ataques. «Agora, em Alas, os rapazes, a juventude, desapareceram e não sabemos onde estão», sublinhou o jovem à chegada a Díli.

«Cerca de 150 crianças, todas com menos de 12 anos, estão desaparecidas. A população de Alas não conseguiu sair toda, mas os que lá estão fecharam-se dentro da igreja, que está completamente cercada», informou ainda a testemunha.

Neste quadro, o Conselho Nacional da Resistência Timorense criticou a Cruz Vermelha Internacional por ter negado a morte de civis em Alas, sem dispor de dados concretos sobre a situação naquela zona.



VI Congresso em preparação

«Lutar por um direito, intervir pelo futuro» foi o lema do Encontro Nacional do Ensino Superior, promovido pela JCP. Uma das várias iniciativas organizadas pelos jovens comunistas no passado fim-de-semana.

Cerca de meia centena de estudantes do ensino superior reuniu-se sábado, no auditório da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde decorreu o Encontro Nacional do Ensino Superior, para debater questões como: a lei do financiamento e as formas de luta contra essa lei, a acção social escolar, o ensino superior politécnico e o privado e cooperativo.

Os estudantes estiveram de acordo quanto à caracterização da política neoliberal do governo, as suas nefastas consequências e a importância da continuação da luta contra a privatização e a elitização do ensino superior. Foi ainda aprovada uma Resolução Política em que é feita uma análise da situação e traçadas orientações para a acção, reforçando a exigência de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Esta iniciativa insere-se já no âmbito do período preparatório do VI Congresso da JCP e facultou muitas horas de discussão, que contaram com a presença de Edgar Correia e Luísa Araújo, da Comissão Política do PCP.

Direcção Nacional reunida

Na sequência da marcação do VI Congresso para os dias 27 e 28 de Março de 1999, a Direcção Nacional da JCP reuniu no passado domingo, dia 22, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa.

Muito do trabalho de preparação do Congresso ficou já definido. Sob o lema «JCP em luta pelo futuro», o Congresso realizar-se-á em Almada, na Escola EB 2,3 António da Costa. Dois documentos materializam as duas grandes questões a ser debatidas: «Juventude Comunista Portuguesa - organização revolucionária para a juventude» e «Uma política de esquerda para a juventude portuguesa».

O primeiro documento pretende analisar a situação político-social nacional e internacional da juventude, realçando a indispensabilidade de uma organização como a JCP. O segundo documento prende-se mais com questões imediatas da intervenção da JCP, analisando as práticas dos últimos governos no que se refere à política de juventude e apresentando as alternativas propostas pela JCP.

A Direcção Nacional aprovou ainda as Comissões de Redacção que darão corpo aos documentos definidos, o regulamento da fase preparatória e da eleição de delegados, as metas de fundos e recrutamento, bem como algumas orientações para a campanha de afirmação da JCP e do seu VI Congresso.

Parabéns à JCP

As comemorações do 19.º aniversário, celebrado no passado dia 10, ainda são motivo de iniciativas de convívio em todos os distritos.

Estudantes vindos de todo o País para o Encontro do Ensino Superior, reuniram-se no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, para cantar os parabéns à JCP. A iniciativa contou com música de João Queirós, que ao fim da noite cedeu a guitarra a jovens de Aveiro e Lisboa para uma sessão musical que se havia de prolongar pela madrugada.

A Organização Distrital de Braga comemorou o aniversário da JCP, dia 21. A festa teve lugar na escola secundária Camilo Castelo Branco, em Vila Nova de Famalicão.

Depois de se ter cantado os parabéns, soprado as velas e saboreado o bolo de aniversário, foi-se discutindo o presente e o futuro da organização.

No mesmo sábado, em Viseu, a iniciativa de aniversário contou com mais de uma centena de jovens. Além da música ao vivo de Carlos Clara Gomes e Fernando & Renato, houve intervenções de João Frazão, da direcção da Organização Regional de Viseu do PCP, e de Ana Pinto, da organização distrital de Viseu da JCP, que sublinhou que o melhor presente de aniversário que se pode dar à JCP é a participação na luta pela defesa dos direitos.

Em ambas as festa aderiram à JCP alguns jovens simpatizantes.

Lisboa aposta no desporto

Antever e projectar Lisboa como uma cidade mais desportiva no próximo milénio foi o principal objectivo do 1.º Encontro do Pelouro do Desporto com as Freguesias de Lisboa, realizado dia 21 de Novembro no Hotel Berna, em Lisboa.

«A Cooperação e a Descentralização entre o Pelouro do Desporto e as Freguesias de Lisboa» foi o tema em debate. Em causa esteve a articulação entre os projectos locais desenvolvidos pelas freguesias, as colectividades e o Pelouro do Desporto. Uma relação que, nas palavras da vereadora Rita Magrinho, tem contribuído para o reforço da «sua autonomia, conhecimento e capacidade de realização na área do desporto».

O Encontro, que se insere no quadro desta autonomia e na perspectiva da cooperação e descentralização de competências, surge assim como mais um contributo no sentido da análise e reflexão do trabalho desenvolvido e da definição de novos caminhos e novas perspectivas de desenvolvimento desportivo para a cidade de Lisboa.

Entretanto, entre 14 e 22 de Novembro, no pavilhão Carlos Lopes, decorreu o 3.º festival de xadrez, expressão mais visível de um trabalho sistemático desenvolvido junto das crianças e jovens pelo Plano de Desenvolvimento do Xadrez do Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa.

Em menos de uma década esta iniciativa passou a estar no mapa de xadrez nacional e internacionalizou mesmo a sua actividade através da participação de grandes mestres mundiais, nomeadamente David Bronstein, Miodrag Todorovic, António Antunes, Aleska Strikovic, Daniel Câmpora, Zenon Franco, tendo contado

este ano com a presença do campeão do Mundo de Xadrez, Anatoly Karpov.

Dia 29, vai realizar-se a 13.ª edição da Maratona Cidade de Lisboa, que marcará uma nova etapa da prova, com diversas inovações, de que se destaca um novo percurso e a introdução de uma nova prova aberta (9 quilómetros).

O novo percurso, que cobre a Lisboa monumental, terá partida na Praça do Comércio e meta instalada na Praça do Município, passando sucessivamente pela baixa pombalina, zona de Belém e Parque das Nações (Expo).

A introdução da prova aberta, que se irá juntar às já habituais meia-maratona, mini-maratona e corrida de patins, faz antever uma participação global superior a cinco mil concorrentes.

Entre os atletas estrangeiros masculinos já confirmados, destacam-se as presenças do queniano Benson Masya, ex-recordista da maratona e do polaco Zbigniew Nadolski, recordista da Maratona de Lisboa, enquanto nas senhoras o desta-

que vai para a húngara Judith Nagy, vencedora da Maratona de Paris e para a russa Larissa Zousko.

Entre os portugueses está confirmada a presença do campeão nacional Domingos Neves e aguarda-se a presença dos especialistas Juvenal Ribeiro, Alcídio Costa, Fernando Couto e Joaquim Ramos, entre outros.

A Maratona da Cidade de Lisboa é uma organização conjunta da Câmara Municipal de Lisboa, Federação Portuguesa de Atletismo, Associação de Atletismo de Lisboa, Radiotevisão Portuguesa, Banco Espírito Santo e Xistarca, vinculadas por protocolo até ao ano 2001.



TRABALHADORES

Repetição nos EFFAs

A proposta de Estatuto apresentada pelo Governo aos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas reproduz na íntegra outra que já tinha sido apresentada aos representantes dos trabalhadores em 1996. A recusa dos trabalhadores e do sindicato levou o então ministro da Defesa, António Vitorino, a arquivar o projecto, agora repescado por Veiga Simão, e que vai levar novamente o «chumbo» do pessoal das fábricas militares. Celeste Soeiro, dirigente do STEFFAs/CGTP, disse à Lusa que foram recolhidas assinaturas para um abaixo-assinado, que ia ser entregue na semana passada no Ministério do Restelo. De acordo com a sindicalista, os trabalhadores dos EFFAs não aceitam a proposta de estatuto porque esta lhes quer aplicar o Direito privado, quando eles sempre foram regidos como trabalhadores do Estado. Caso o Governo teime em avançar com este projecto de Estatuto, os trabalhadores decidirão formas de luta, entre as quais, possivelmente, uma greve para a primeira quinzena de Janeiro, adiantou Celeste Soeiro.

Cabos d'Ávila

O Tribunal Cível de Lisboa julgou improcedente a providência cautelar que tinha sido decretada contra a fábrica e a sua gerente, Teresa d'Ávila, e considerou infundados os factos alegados pelas autoras da acção, Ana de Jesus d'Ávila, Conceição d'Ávila e Castro e Alexandra d'Ávila - noticiou a Lusa na sexta-feira. Teresa d'Ávila pode assim reassumir funções, mas considera desde já que é impossível reabrir a empresa neste momento. O advogado de Teresa d'Ávila contestou a providência cautelar argumentando que, formalmente, ela tinha sido mal instaurada e que a crise por que passava a fábrica não se devia à gestão da sua cliente.

Jornalistas

O direito de autor deve ser consagrado para toda a classe no novo Estatuto do Jornalista, em discussão na especialidade na Assembleia da República, defende o Sindicato dos Jornalistas, que, em comunicado citado pela Lusa, denunciou «fortes pressões sobre os legisladores da Assembleia da República no sentido de não se contemplar o direito de autor de todos os jornalistas». Trata-se, para o SJ, de uma «discriminação absurda e caduca», a que o actual Código do Direito de Autor vota os repórteres fotográficos, os profissionais da informação radiofónica e televisiva, os cartoonistas, caricaturistas e ilustradores. O SJ quer o direito de autor não só para os jornalistas da imprensa escrita, mas para todos os profissionais que trabalham no âmbito da informação.

3.ª Conferência de Organização Sindical da CGTP

Mudanças e respostas em análise no Porto

Meio milhar de dirigentes sindicais de todo o País vão analisar amanhã e sábado, no Cinema do Terço, os novos fenómenos da economia e da sociedade, os seus efeitos na organização dos trabalhadores e as medidas a tomar para respostas mais eficazes.

Na 3.ª Conferência de Organização Sindical, cujos trabalhos são-abertos à comunicação social, participam também dezenas de convidados. Como base para o debate, que já teve lugar em algumas iniciativas preparatórias, o Conselho Nacional da CGTP apresentou um projecto de teses que, em meia centena de páginas divididas por quatro capítulos, procura «ir mais longe e mais rápido na análise, na teorização, na definição de orientações e propostas e no impulso à concretização e acção para as

questões de organização sindical» tratadas nos Estatutos e no Programa de Acção da central.

Tendo em conta o plano de reestruturação sindical e o respectivo balanço, a conferência tem três objectivos centrais, apontados logo no primeiro ponto das teses: **reestruturar** («conhecendo e caracterizando o actual estado da organização, adequando-a às necessidades de intervenção nos actuais contextos e em função das prioridades de acção definidas»), **fortalecer** («sindicalizando mais trabalha-

dores, elegendo mais delegados, recrutando e formando mais quadros, gerindo melhor os meios materiais e humanos disponíveis, definindo orientações, propostas e formas de participação que mobilizem os trabalhadores em torno dos objectivos definidos») e **innovar** («encontrando formas novas de acção e organização para as situações novas que as requeiram, aprofundando experiências como as afloradas nas grandes obras, em Sines, nas pontes sobre o Tejo, na Expo'98, os recibos verdes na Administração Pública», e «innovar também, introduzindo na organização e na luta os novos meios tecnológicos e conhecimentos científicos, logo que acessíveis, em particular os

meios de comunicação e informação»).

O documento-base refere que, apesar da profundidade e extensão das mudanças verificadas em Portugal, na Europa e no Mundo, desde a 2.ª Conferência, em Novembro de 1985, «não perdemos o pé» e «a CGTP conseguiu, no quadro da manutenção dos seus princípios e características essenciais, manter-se como a maior e mais prestigiada organização social de massas». Há, contudo, atrasos, «nomeadamente no que se refere às debilidades da organização sindical e à existência de empresas, perímetros e áreas empresariais onde a presença sindical, nalguns casos, enfraqueceu e, noutros, não chegou a entrar».

Mineiros pelo contrato

Os trabalhadores das Minas da Panasqueira estiveram sexta-feira em greve por falta de acordo com a entidade patronal quanto ao contrato colectivo de trabalho. António Matias, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira, estimou a adesão em 75 por cento dos 208 trabalhadores.

Na segunda-feira, foi excluída «por agora» a paralisação dos mineiros de Neves Corvo, após a Somincor ter dado garantias de que não se vai opor às cláusulas já

aprovadas nas negociações com a associação patronal do sector. António Quintas, da Comissão Executiva da CGTP, também citado pela Lusa, explicou que a situação de conflito foi criada depois de a associação patronal ter abandonado, na semana passada, as negociações de revisão do contrato colectivo de trabalho, o que levou os mineiros a apresentar as reivindicações directamente às administrações das empresas e a avançar para a preparação de greves.

A Apiminerall questiona, entre outros pontos, os prémios de produtividade, os direitos das mulheres que amamentam filhos, garantias quanto a despedimentos sem justa causa e condições de aposentação dos trabalhadores.

Fequimetal

Teve lugar na passada quinta-feira, dia 19, a tomada de posse da Direcção Nacional da Federação Intersindical da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás. O organismo dirigente da recentemente constituída Fequimetal realizou nesse mesmo dia a sua primeira reunião.

João Paulo, da Comissão Executiva da CGTP e um dos cerca de 60 dirigentes que tomaram posse, informou que estiveram sobretudo em análise os objecti-

vos imediatos acção e luta, definidos no congresso onde foi aprovada a fusão das federações dos Químicos e dos Metalúrgicos: melhoria dos salários, redução dos horários de trabalho, defesa do emprego, da valorização profissional e dos direitos, melhoria das condições de higiene e segurança, e dinamização da contratação colectiva.

A intensificação da acção sindical e o desenvolvimento da luta dos trabalhadores vão, a curto prazo, reflectir-se na apresentação de pré-avisos de greve, tanto às administrações das empresas, como no Ministério do Trabalho, para o momento em que a AR agendar para discussão a proposta do Governo sobre generalização do trabalho a tempo parcial. A Fequimetal prepara igualmente a mobilização para a manifestação que a CGTP decidiu levar a cabo nessa ocasião.

Sindicalistas em Bruxelas

A convite dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, deslocou-se a Bruxelas, entre os dias 11 e 13 de Novembro, um grupo de sindicalistas portugueses. Do programa da visita constaram encontros com os deputados comunistas e um debate com representantes da Confederação Geral de Trabalhadores (França), da Confederação Europeia de Sindicatos e do Comité Económico e Social.

Neste debate, os sindicalistas, provenientes de diferentes regiões do país e representando diversos sectores profissionais, tiveram a oportunidade de expor a realidade da luta dos trabalhadores portugueses, nomeadamente no que se refere à luta contra a actual ofensiva do Governo PS no plano laboral. O desemprego, o trabalho com vínculos precários, as privatizações, as falências e os ataques à segurança social foram apresentados como exemplos de diferentes faces de uma mesma política.

Foi referida a luta pelas 40 horas no sector têxtil, assim como um exemplo caricato da aplicação da directiva comunitária sobre os comités europeus de empresa numa empresa têxtil. Foi denunciado o facto de que muito do que vem da União Europeia é utilizado pelo Governo e pelo patronato para catalisar a aplicação em Portugal de medidas como o trabalho a tempo parcial ou com vínculo precário.

Serviços públicos

Só por serem privatizados, os serviços públicos hoje prestados pelo Estado não vão melhorar, afirmaram dirigentes sindicais da Administração Pública, que participaram na semana passada num encontro realizado pela CGTP, no quadro da preparação da 3.ª Conferência de Organização. Em conferência de imprensa, foi revelado que as organizações dos trabalhadores do Estado vão promover uma campanha de esclarecimento junto dos utentes, alertando-os para as experiências conhecidas, em Portugal e no estrangeiro, que mostram como, após a entrega a privados, a qualidade dos serviços piora, os preços aumentam e as condições de vida e trabalho degradam-se. A privatização representa também um ataque à estabilidade de emprego e é acompanhada pela tentativa de retirar direitos aos trabalhadores.

Olhanense

Na aplicação dos horários, a Inspeção do Trabalho acabou por dar a razão aos trabalhadores do Bingo do SC Olhanense, congratulou-se o Sindicato da Hotelaria do Algarve, sublinhando que agora é necessário continuar a batalhar para que a administração acate a ordem da IGT. Desde finais de 1997, o pessoal do Bingo desenvolveu acções contra a alteração de horários, introduzida a pretexto da Lei 21/96, mantendo desde então uma greve ao trabalho suplementar aos sábados, domingos e feriados. Numa primeira intervenção, a estrutura regional da Inspeção do Trabalho deu razão à administração mas os trabalhadores recorreram para o Inspector Geral. Agora, alterada a posição do IDICT, «a luta tem de continuar em todas as frentes, até ao cumprimento integral dos direitos consignados», declara o sindicato.

Teatro

D. Maria

Os postos de trabalho e a reestruturação das carreiras dos trabalhadores do Teatro Nacional Dona Maria II estão garantidos, assegurou a direcção do teatro, reunida na semana passada com o Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo. O director do teatro, Carlos Avilez, revelou à Lusa que o Ministério da Cultura garantiu as verbas necessárias para a recuperação financeira da companhia até ao fim do ano. A direcção do teatro garantiu ao sindicato que o emprego do corpo artístico e técnico não está em causa. A reestruturação das carreiras é «uma prioridade» e deverá ser realizada «num prazo de seis meses». Segundo André Gago, dirigente do STE, referiu que há neste momento cinquenta níveis salariais distintos no Dona Maria, em que «pessoas com funções iguais recebem vencimentos diferentes».

TRABALHADORES

Tisep, Eru, Longa Vida Multinacionais resolvem fechar

Alqueva

Estão a ser violados direitos fundamentais de trabalho e de higiene e segurança nas obras do Alqueva, revelou sexta-feira o Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP, que exigiu da EDIA (empresa dona da obra) e do Governo medidas para pôr cobro aos atropelos. Em conferência de imprensa, a estrutura da CGTP revelou que numa reunião que teve no final de Outubro com a EDIA, o Agrupamento Complementar de Empresas (Somague, BPC, Cubiertas e Dragados), a Inspeção do Trabalho e a Hidrorumo, foram confirmadas denúncias que os sindicatos haviam tornado públicas. «O grupo empreiteiro da obra e as empresas de trabalho temporário a ele associadas, contrariando todas as normas legais e determinantes impostas pelo dono da obra no âmbito do caderno de encargos assinado, violam direitos em matéria de salários, Segurança Social, higiene e segurança», afirma-se no documento distribuído em Évora aos jornalistas. A situação foi «detectada somente num pequeno conjunto de empresas, no quadro de mais de duas dezenas que estão subcontratadas», e é considerada pela CGTP como «a ponta do iceberg».

Coimbra

Cinquenta restaurantes e bares não cumprem os horários de trabalho, acusou sexta-feira o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria do Centro, que vai solicitar intervenção da Inspeção Geral do Trabalho. Em Junho o sindicato negociou o Contrato Colectivo de Trabalho com a Associação dos Industriais de Hotelaria do Centro, onde ficou estipulado o horário de trabalho e o descanso semanal dos trabalhadores, mas «passado todo este tempo verifica-se que as empresas mantêm uma atitude de não cumprimento da lei», afirma-se numa nota citada pela Lusa. Se as empresas persistirem, o sindicato irá denunciar esta situação aos clientes à porta das empresas na quadra de Natal, previne-se no documento, recordando que, segundo o CCT, os hotéis têm um horário semanal de 40 horas, com dois dias de folga, ou 39 horas, com dia e meio de descanso, período que será sempre consecutivo. Para os restaurantes, estabelecimentos de bebidas e pensões, o estipulado é sempre 40 horas.

Salgueiros

Os trabalhadores do Bingo do Salgueiros nem uma sandes podem comer, acusou o Sindicato da Hotelaria do Norte, denunciando a violação de direitos dos trabalhadores pela administração, que continua a obrigá-los a trabalhar enquanto tomam as suas refeições, sem respeitar as pausas legais.

«O Governo não pode ficar quedo e mudo e tem que alterar a sua postura face ao investimento estrangeiro em Portugal», exigiu Carvalho da Silva, comentando o anúncio do encerramento da Texas Instruments Samsung Electrónica Portugal, na Maia.

O fecho da Tisep, que deixará sem emprego quase oito centenas de pessoas, é o mais grave, mas não foi o único verificado nestes dias. Também a Nestlé vai abandonar a produção de semifrios e de iogurtes «Longa Vida», em Matosinhos, com mais de uma centena de trabalhadores.

A fábrica de componentes electrónicos já tinha o encerramento como perspectiva assumida pela administração há mais tempo, mas apenas na quinta-feira informou os trabalhadores. No dia seguinte, o coordenador da CGTP juntou-se aos sindicalistas que acompanharam o caso, na Maia, e contrapôs ao anúncio do encerramento «a seco» a exigência de uma intervenção do

Governo para a promoção de alternativas para os trabalhadores que vão ser despedidos.

A CGTP, lembrou Carvalho da Silva, citado pela Lusa, vinha a alertar há ano e meio para o perigo de ocorrer uma situação destas, porque, «salvo raras excepções, o investimento estrangeiro continua a apostar na mão-de-obra barata».

A Texas Instruments está instalada na Maia desde 1973. Depois de se associar à Samsung, constituindo a Tisep, em 1993, a nova *joint-venture* recorreu a apoios e incentivos oficiais destinados à captação de investimento estrangeiro. Até ao momento, o acordo assinado com o Governo em 1995 e que deveria vigorar

por dez anos permitiu à Tisep arrecadar avultadas verbas.

Em declarações ao «JN», o director-geral da Tisep reconheceu que a decisão do fecho da fábrica, que funciona em laboração contínua, «não decorre, de maneira nenhuma, do desempenho e qualidade dos trabalhadores, eles são admiráveis».

O abandono do sector de semifrios e iogurtes da Longa Vida foi denunciado à Lusa por Manuel Guerreiro. Este dirigente da CGTP manifestou uma «surpresa relativa» face à decisão da Nestlé, lembrando que esta já fechou as fábricas da Tofa, da Rajá e da Findus, para além de já ter procedido ao despedimento de 70 trabalhadores na fábrica da Longa Vida.

O sindicalista notou que, «desde há 65 anos, a Nestlé vem crescendo com o trabalho de muitas gerações de trabalhadores e com o consumo de milhões de portugueses, que a colocaram entre as maiores empresas do ramo alimentar e que agora vão ser recompensados com o desmantelamento de uma parte do sector produtivo em Portugal».

A «deslocalização» da produção para Espanha ou França foi confirmada pelo responsável das Relações Públicas da Nestlé Portuguesa, que justificou a decisão por «falta de competitividade». Manuel Bobone não negou que a multinacional tenha recebido incentivos financeiros públicos para a modernização da fábrica de Matosinhos ou a criação de postos de trabalho.

A fábrica de queijos Eru, na Abóboda, Carcavelos, deverá encerrar até final do ano, deixando no desemprego os seus 50 trabalhadores, revelou sexta-feira o Sindicato da Alimentação do Sul e Tabacos. A produção «será transferida para fora de Portugal, situação que se tornou comum nos últimos anos no sector da indústria alimentar», adianta o STIAST/CGTP, apontando a contradição entre as alegadas dificuldades de mercado e o aumento recente dos ritmos de produção, com o início da laboração a dois turnos. A multinacional recorreu a fundos comunitários e ao «plano Mateus» para garantir os postos de trabalho.

Esence não pagou

O responsável do Grupo Esence - Sociedade Nacional Corticeira foi acusado de actuar de má-fé, porque se comprometeu a pagar cerca de 30 mil contos relativos a indemnizações até 30 de Outubro, se os trabalhadores da Infal, obrigados a rescindir os contratos devido ao arrastamento da situação de salários em atraso, retirassem o processo de falência da empresa.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Sul denunciou publicamente esta «afronta», mostrando-se ainda mais surpreendido por o Estado ter concedido em Julho um aval de um milhão de contos, para contracção de um empréstimo, ao grupo de que Edmundo Rodrigues Pereira é administrador.

A fábrica de aglomerados de cortiça do Montijo deixou de laborar há mais de um ano, por não cumprir regulamentação ambiental, e deixou de pagar a tempo e horas a alguns trabalhadores, que decidiram rescindir os contratos e pedir a falência da Infal, para reaverem as verbas em dívida. Em Julho, quando foi solicitado um empréstimo de três milhões de contos e obtido o aval estatal para a terça parte deste valor, o administrador propôs o pagamento da dívida a troco da retirada do pedido de falência. Pagou dez mil contos de salários e subsídios, mas ficou a dever as indemnizações.

Não deixem falir a Califa

«Ainda é possível fazer alguma coisa e evitar esta tragédia social», defende o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil de Aveiro, num comunicado emitido após a assembleia de credores da Califa, que teve lugar dia 17 em S. João da Madeira.

O sindicato salienta que, com 350 postos de trabalho ameaçados, «é indispensável que todos os intervenientes no processo tenham e demonstrem toda a sua sensibilidade», tanto mais que a Califa é «uma empresa com todas as condições para ser viabilizada, reconhecido por todos os credores, sem excepção».

A assembleia de credores foram apresentadas três propostas de viabilização, mas nenhuma obteve a necessária maioria. A este facto, o sindicato reage admitindo que «é natural, dada a complexidade da situação, a existência de algumas dificuldades na obtenção de um consenso», e realça que «a falência ainda não foi decretada».

Correios em vigília com greve no horizonte

Dirigentes do Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações convocaram para ontem à tarde uma vigília junto ao edifício da administração dos CTT, na Rua de São José, em Lisboa, protesto que culmina hoje, cerca das 15 horas, com uma concentração de trabalhadores. O sindicato avançou já uma proposta de greve de três dias, com início a 9 de Dezembro e acompanhada de uma concentração nacional do pessoal dos Correios.

As acções de luta e protesto, que incluem ainda a publicação na imprensa de uma carta-aberta ao primeiro-ministro, devem-se ao comportamento da administração, que se mostrou indisponível para negociar uma proposta comum de todos os sindicatos sobre a revisão do Acordo de Empresa. O descontentamento agravou-se por ocasião da greve de 15 e 16 de Outubro, antecedida de plenários no dia 14, quando a admi-

nistração decidiu castigar com falta injustificada os trabalhadores que participaram nas reuniões nos locais de trabalho.



Para alcançar o supremo objectivo do lucro, a administração de Norberto Pilar quer impor baixos salários, elevados horários e sobrecarga de trabalho (foto de arquivo)

Reforma

aos 55 anos

A flexibilização da idade da reforma é admitida pela CGTP, desde que seja essa a vontade do trabalhador. Mas a central critica o decreto-lei aprovado na semana passada pelo Governo, tendo em conta o contexto em que ele se insere e a sua conjugação com as intenções de revisão da legislação laboral. O diploma saído do Conselho de Ministros vai possibilitar a antecipação da reforma com redução da pensão (4,5 por cento por ano e por cada ano em falta) aos beneficiários com pelo menos 55 anos de idade e um mínimo de 30 anos de carreira contributiva.

Permite também que a pensão de velhice seja bonificada (10 por cento por cada ano de trabalho a mais, com o limite nos 70 anos de idade) para os beneficiários que, tendo 65 anos de idade e tendo contribuído durante 40 anos, continuem a exercer a sua actividade profissional. Para a CGTP, a medida «vai contribuir para descapitalizar a Segurança Social», que «mais uma vez vai servir de «almofada» para evitar a conflitualidade social e proteger o patronato». Num comunicado citado pela Lusa, a Inter considera

«incompreensível que o Governo não apresente uma análise dos custos desta medida e as formas do seu financiamento». Por outro lado, a CGTP entende que a medida «não visa responder às necessidades de emprego para os mais jovens, mas sim colocar os jovens e os mais velhos em precariedade e a receberem baixos salários». «O Governo, ao dizer que quer uma mudança global geracional do mercado de trabalho, visa conjugar a flexibilização da idade de reforma com o trabalho a tempo parcial», acusa a central.

Porto

contra pacote

Mais de dez mil assinaturas foram recolhidas pelos sindicatos do Porto no período de discussão pública das propostas do Governo sobre generalização do trabalho a tempo parcial e compensação às empresas que recorram ao *lay-off*. Segundo a USP/CGTP, foram enviados à AR 277 pareceres de sindicatos e comissões de trabalhadores, realizaram-se 237 plenários, abrangendo mais de 12500 trabalhadores e tiveram lugar ainda 126 *meetings* à porta de empresas. «Rever a legislação laboral para pior, colocando quem trabalha por conta de outrem numa posição ainda mais difícil nas empresas, não é o caminho de justiça social prometido pelo executivo socialista», protesta a estrutura distrital da CGTP.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Criação de novos concelhos Só regras claras evitam injustiças

Apoio aos bombeiros



O deputado comunista Rodeia Machado inquiriu o Governo sobre a possibilidade de o Serviço Nacional de

Bombeiros prestar apoio às associações de bombeiros voluntários com dívidas à Segurança Social. Nesta situação encontram-se muitas corporações que foram modernizando os seus equipamentos com vista a prestar um melhor serviço às populações e que se viram em consequência confrontadas com desequilíbrios financeiros. Para estas dificuldades tem contribuído simultaneamente o atraso sistemático das ARS e de Hospitais no pagamento da respectiva facturação. A ajuda do Serviço Nacional de Bombeiros poderia assumir a forma de, por antecipação, adiantamento das verbas das contribuições da entidade patronal.

Combate à droga



Estava prevista para ontem a deslocação ao Parlamento do presidente da Comissão para a Estratégia Nacional de

Combate à Droga, Alexandre Quintanilha. Realizado a pedido da Comissão Parlamentar de Acompanhamento da Toxicod dependência e Tráfico de Droga, presidida pelo deputado do PCP António Filipe, este encontro destinava-se a apresentar e discutir o relatório elaborado por aquele grupo de trabalho presidido por aquele sociólogo. Desta Comissão de Estratégia Nacional de Combate à Droga, criada pelo ministro-adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, fazem igualmente Daniel Sampaio, João Goulão, Nuno Miguel, Lourenço Martins, Cândido da Agra, Júlio Machado Vaz, Joaquim Rodrigues e Manuela Marques.

Chumbos e aprovações



A Assembleia da República chumbou, faz hoje oito dias, o projecto de lei do PS de criação de um Provedor da Criança.

O diploma recolheu apenas os votos favoráveis do partido subscritor, registando-se o voto contra de todas as restantes bancadas. Destino diferente teve o projecto de lei do PSD que proíbe a aplicação em dividendos das receitas de alienação de participações nacionalizadas, aprovado por todas as bancadas da oposição e com os votos contra do partido do Governo. O Parlamento aprovou ainda na generalidade, por unanimidade, uma proposta de lei do Governo de regulação da publicidade domiciliária por telefone e por telecópia. Também com o consenso das bancadas parlamentares foi aprovado em votação final global o projecto de lei do PS de reconhecimento oficial de direitos linguísticos da comunidade mirandesa, bem como um outro diploma que regulamenta o exercício profissional dos odontologistas. Ainda por unanimidade, os deputados aprovaram uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar no sentido de estabelecer os princípios reguladores da investigação de acidentes e incidentes com aeronaves civis.

A estrutura administrativa no plano do poder local conta desde a passada semana com dois novos concelhos. A essa categoria subiram Odivelas e Trofa, após aprovação pelo Parlamento. Foi na passada semana, com a elevação de Odivelas a reunir a unanimidade da Câmara, enquanto a de Trofa acolheu o voto contra da bancada socialista. Os projectos de lei foram aprovados na generalidade, especialidade e votação final global. Em ambos os casos será criada uma comissão instaladora, responsável pelo município até às próximas autárquicas, que iniciará funções quinze dias após a publicação das leis.

A posição desfavorável do Grupo socialista, no caso de Trofa, foi justificada com base nos resultados da consulta às assembleias de freguesias, concretamente pelo facto de a de São Romão do Coronado ter-se pronunciado contra a integração no futuro município, para além de que a sua retirada do futuro concelho implicaria uma situação de descontinuidade territorial.

Outros diplomas prevendo a criação de mais concelhos chegaram a estar previstos. Reservas entretanto levantadas quanto ao facto de não cumprirem todo o articulado da lei-quadro de criação de municípios acabaram por impor um recuo.

José Junqueiro, pelo PS, explicou esta alteração assinalando que «ninguém compreenderia que imediatamente a seguir ao referendo sobre a regionalização a Assembleia da República enveredasse pela criação imediata de 20 novos concelhos que, na generalidade, traduzem ritmos políticos em detrimento dos verdadeiros interesses locais e do interesse nacional».

O parlamentar do PS sublinhou mesmo a necessidade de ser posto um ponto final na criação de novos municípios por muitos e bons anos, anunciando que «pela parte do PS» se abre agora «um novo ciclo político».

O PSD, que se opôs ferozmente à regionalização, invocando, entre outras razões, a divisão do País, mostrou-se agora frenético no reordenamento administrativo, afirmando que outras freguesias estariam em condições de passar a concelho.

Verdadeira reorganização

Saudando em nome da bancada comunista a criação dos concelhos de Odivelas e Trofa e as suas populações, a quem expressou «votos de prosperidade», Joaquim Matias manifestou a sua convicção de que esta promoção «corresponde de facto a uma reorganização administrativa dos respectivos território e não a uma mera desanexação de parcela ou divisão de um município».

Depois de recordar o «sentido de responsabilidade» que sempre marcou a postura do PCP

neste processo, o parlamentar comunista reafirmou a posição de «defesa e apoio do poder local», salientando que a criação

de novos municípios «pode por vezes ser a forma adequada para responder às exigências de uma boa organização administrativa» capaz de responder às necessidades das populações.

Expressando claramente o desejo de que no futuro outros concelhos possam ser criados, sempre que haja apoio das populações e estejam reunidas as condições de viabilidade, Joaquim Matias deixou bem vincado, porém - em defesa de regras claras para a criação de municípios -, que essas condições legais em vigor sejam «reexaminadas» para que, frisou, «em nenhuma situação sejam injus-

tas». Joaquim Matias abordara antes as «vantagens e inconvenientes» da actual Lei-Quadro da Criação dos Municípios, chamando simultaneamente a atenção para os casos de apoios partidários à elevação de freguesias a concelho em que a motivação não excede o egoísta cálculo eleitoral.

Daí a proposta por si apresentada no sentido de a comissão parlamentar de Poder Local realizar uma «análise aprofundada da Lei-Quadro, pedindo um estudo ao Governo e realizando uma audição parlamentar», onde sejam ouvidas as associações nacionais de municípios e de fre-

guesias, as associações de municípios, as comissões de novos municípios e especialistas na matéria.

Entendendo que a actual organização municipal carece de uma análise aprofundada - e esta foi uma segunda proposta anunciada por Joaquim Matias -, razão ainda, do ponto de vista do PCP, para que a Assembleia da República encomende um estudo sobre a «Organização Municipal do País», a desenvolver pela Universidade portuguesa, em que se envolvam, entre outros especialistas de ordenamento, geógrafos, sociólogos, juristas e ambientalistas.



O PCP saudou a elevação de Odivelas (na foto) e de Trofa à categoria de concelho

Linha racista

Um insulto a exigir resposta

O Partido Ecologista «Os Verdes» alertou para o facto de a rede de telemóveis TMN poder «estar a incorrer em crime por omissão» na questão da linha telefónica de cariz racista «Orgulho Branco».

Em documento tornado público na passada semana, «Os Verdes» salientam que o teor da linha é «manifestamente atentatório» da Constituição, e que o disposto na Lei Fundamental é de «aplicação directa, vinculando entidades públicas e privadas, pelo que a TMN pode estar a incorrer em crime por omissão».

Salientam ainda que, por sua iniciativa, a Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias pronunciou-se sobre a linha racista, a qual, apesar do voto de protesto,

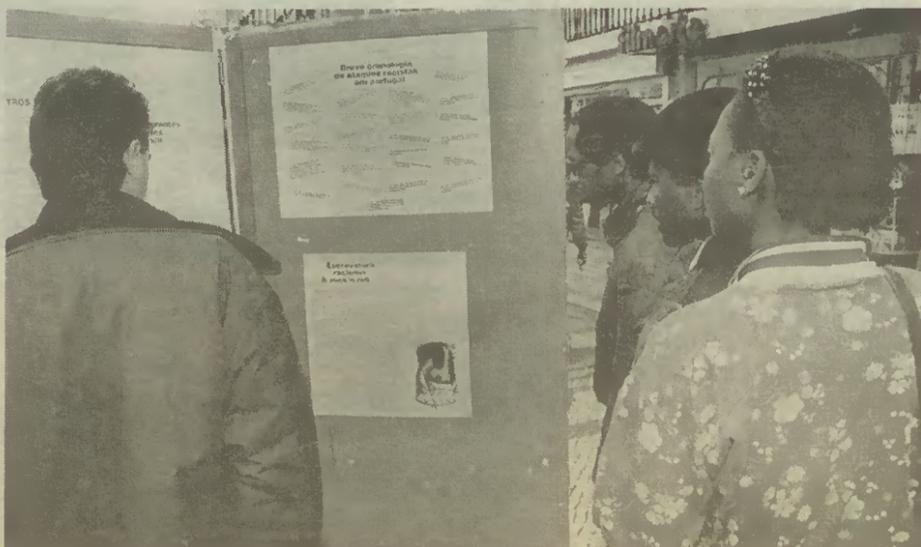
aprovado por unanimidade, faz amanhã quinze dias, ainda não se encontrava desactivada.

Esse voto, recorde-se, suscitou o veemente repúdio de todas as bancadas parlamentares pela existência da referida linha. António Filipe, em nome da bancada comunista, não escondeu a sua indignação pelo facto, considerando-o um «insulto aos portugueses», e exigiu a rápida intervenção das autoridades competentes.

Entretanto, «Os Verdes» fazem igualmente notar no seu comunicado que «foi, em sede de Comissão Parlamentar, decidido sugerir ao Presidente da Assembleia da República que contacte o Procurador-Geral da República no sentido de acompanhar de perto esta questão», nomeadamente quanto às medidas tendentes ao barramento da linha, sugestão esta que «foi já concretizada», esclarecem, «tendo merecido a concordância do Presidente da AR».

Segundo «Os Verdes», ficou ainda claro, na opinião dos membros da Comissão, «não existir qualquer vazio legal que impeça a intervenção imediata das entidades competentes».

Na passada semana, a Procuradoria-Geral da República abriu um inquérito relativamente à existência daquela linha de telemóvel que transmite mensagens alegadamente racistas, tendo sido também divulgado que a Associação SOS Racismo apresentou queixa na Polícia Judiciária contra a existência da linha.



As mensagens racistas difundidas por telemóvel suscitaram indignação mas ainda não foram tomadas medidas para lhes pôr cobro

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

«Secreta» em roda livre PCP propõe medidas para pôr fim ao escândalo

O Grupo Parlamentar apresentou um projecto de lei definindo medidas concretas para a eleição urgente do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação. Com esta iniciativa, para a qual requereu terça-feira a adopção do processo de urgência com vista ao seu agendamento, a bancada comunista visa pôr cobro ao actual bloqueio que tem impedido a eleição do órgão fiscalizador da "secretaria", situação que considera «uma aberração na democracia portuguesa, sem paralelo em nenhum país democrático».

Responsabilizando o PS e o PSD pelo quadro existente - têm sido eles o factor de obstrução à eleição pela Assembleia da República, como determina a Lei, do Conselho de Fiscalização - os deputados comunistas entenderam ser chegada a hora

de pôr cobro a uma situação que classificam de «escândalo de bradar aos céus» e que em sua opinião é «absolutamente inaceitável em democracia», constituindo um «perigo real para os direitos dos cidadãos e para a vida democrática».

Na origem desta situação está o facto de aqueles dois partidos, sendo condição «necessária e indispensável» para a referida eleição, dados os dois terços necessários previstos na Lei, persistirem em bloquear o processo de eleição ao não garantirem com os seus votos, em sufrágio secreto, a eleição dos candidatos que eles próprios escolheram.

O caso é tanto mais escandaloso, sublinha o Grupo comunista, quanto é certo que PS e PSD alteraram a Lei, invocando, alegadamente, uma maior facilidade na eleição. Da eleição individual dos membros do Conselho prevista no anterior enquadramento legal, passou-se, com a Lei n.º 75

A/97, para a eleição por lista plurinominal, o que equivale a dizer, como salientam os deputados comunistas no texto do seu diploma, que «há mais de quinze meses que bastava um entendimento na constituição da lista e a sua posterior submissão à votação do plenário para desbloquear este processo».

A verdade é que tal nunca se verificou, o que leva a bancada do PCP a concluir que o PS e o PSD «portam-se como se lhes fosse indiferente esta situação de falta de fiscalização», ou, pior e mais grave, «como se lhes conviesse esta prolongada ausência de fiscalização».

Embora sempre tenha defendido que o Conselho deveria ser

composto por membros indicados pelos quatro maiores partidos com assento parlamentar com direito a indicar vice-presidentes para a Mesa - proposta esta que sempre foi recusada -, e embora não abdique dela, o PCP decidiu não a rerepresentar agora, mas entende que a gravidade da situação exige medidas concretas e urgentes.

São essas medidas que agora materializou em diploma, no qual se prevê, designadamente, o alargamento do número de membros de três para sete (com isso reforçando a capacidade de fiscalização, resolvendo simultaneamente o problema resultante de haver dificuldades de eleição de alguns membros), bem

como a eleição por lista plurinominal ou uninominal no caso de uma vaga.

Realce merece também a proposta de eleição por maioria simples, cessando a exigência de dois terços, e, bem assim, a adopção do método de Hondt no apuramento, sempre que haja mais de uma lista.

Os deputados comunistas defendem ainda a marcação pelo Presidente da República de prazo para a eleição e apresentação de lista - 15 de Janeiro é a data-limite que propõem para que o Conselho esteja em condições de funcionar -, e consideram que o mandato do Conselho eleito não deve exceder os quatro anos.

Política de segurança interna

Aproximar os polícias dos cidadãos

Em matéria de segurança dos cidadãos, apesar das alterações positivas registadas quer no plano do discurso e das orientações quer de algumas medidas adoptadas ao nível do reequipamento das forças de segurança, subsistem claras insuficiências e lacunas que remetem para a inevitável conclusão de que a situação está longe de ser satisfatória.

Na passada semana, em interpelação sobre o tema suscitada pelo CDS/PP, isso mesmo voltou a ficar patenteado, não obstante o optimismo evidenciado pelo ministro da Administração Interna, que se afirmou «tranquilo face aos compromissos» e não escondeu o seu entusiasmo na «concreti-

zação das múltiplas tarefas» levadas a cabo pelo Governo, as quais, garantiu, trarão «benefícios visíveis para a segurança e a tranquilidade dos portugueses».

Em posição contrária posicionou-se o partido interpelante ao tentar, pela voz de Jorge Ferreira, demonstrar o «falhanço da política de segurança e de combate à criminalidade» do Governo. Asseverou que «nada mudou» no capítulo da segurança interna, invocando, para o efeito, o «aumento do tráfico e consumo de droga», a «política seguida para as polícias» e o «funcionamento do sistema de justiça».

Igualmente crítica, sem no entanto deixar de reconhecer as

mudanças de comportamento entre este Governo e o anterior, foi a posição da bancada comunista. António Filipe foi muito claro ao afirmar que permanecem «insuficiências e incoerências entre o discurso e a prática do Governo», chamando a atenção para a existência de uma realidade que, em sua opinião, «não autoriza triunfalismos quanto a progressos no combate à criminalidade ou quanto aos níveis de segurança e tranquilidade das populações».

Basta ouvir as populações, os comerciantes, os autarcas das áreas metropolitanas ou os responsáveis e os efectivos das forças de segurança, lembrou o parlamentar do PCP, antes de



A modernização das forças de segurança passa por mais e melhores meios mas também pela alteração do seu estatuto, pela garantia dos direitos profissionais e cívicos dos seus agentes

referir, entre tantos outros exemplos, que «nos grandes

centros urbanos os cidadãos continuam a recear sair de casa à noite, continuam a ver o respectivo quotidiano marcado pelos frequentes assaltos a pessoas em qualquer hora e local, continuam a ter notícia de roubos de veículos em grande número, de assaltos a residências e a estabelecimentos com uma frequência inquietante, e continuam a assistir à impunidade com que o tráfico de droga se processa, às claras, a qualquer hora, e em locais geralmente conhecidos».

E se não pode deixar de ser reconhecida a preocupação manifestada pelo Executivo quanto à necessidade de assegurar a proximidade entre a polícia e os cidadãos - facto que António Filipe registou -, a verdade é que ainda não foram adoptadas as medidas indispensáveis à modernização das forças de segurança. Esta é, porventura, a questão essencial, que, na perspectiva do parlamentar comunista, passa «também e de forma decisiva», segundo as suas palavras, «pela alteração do estatuto das forças de segurança, pela eliminação

de qualquer ambiguidade quanto ao estatuto civil da PSP, pela alteração da natureza da GNR pondo fim ao seu estatuto de corpo militar, pela garantia de direitos profissionais e cívicos, pela abolição de um regime disciplinar retrógrado e inconstitucional como o que ainda existe na GNR, pelo respeito da legalidade e pela correcção no relacionamento com os cidadãos».

Não sendo estas questões menores, e tendo presente que o objectivo visado é «aproximar os polícias dos cidadãos», o que verdadeiramente importa é que essa proximidade seja materializada, por um lado, em termos físicos, como sublinhou António Filipe, através de uma «distribuição suficiente e equilibrada de esquadras e postos policiais nas ruas», e, por outro, em direitos, «pondo termo a uma situação absurda em que aqueles que têm por função assegurar os direitos dos outros cidadãos se vêem privados de direitos elementares como cidadãos e como trabalhadores que são».

Propostas para OE levam deputados a Loures

Os deputados do PCP, António Filipe e Alexandrino Saldanha visitaram segunda-feira o concelho de Loures no âmbito da preparação do debate na especialidade do Orçamento do Estado para 1999, acompanhados de dirigentes da Comissão Concelhia de Loures do PCP e de eleitos da CDU em diversas freguesias.

Do programa, que se prolongou por toda a manhã, constou uma passagem pela Escola Secundária de Caneças, onde foram recebidos pelo Conselho Directivo e pela Associação de Estudantes. No decorrer do encontro, que contou ainda com a presença do presidente da junta de freguesia, foi recordada a luta que remonta a 1982 pela construção de um pavilhão gimnodesportivo. Anunciado em 1994, integrado num pacote de 100 pavilhões a construir mediante protocolo com as autarquias, que a Câmara de Loures viria a assinar em 1995, a verdade é que o Governo continua a protelar a sua construção.

O pavilhão serviria igualmente a comunidade, dado que Caneças não possui qualquer pavilhão desportivo coberto. Reivindicado pela população de Caneças e seus representantes eleitos é ainda reparação da estrada nacional 250 e a construção de um quartel da GNR.

Em Camarate, segunda etapa da visita, a delegação teve a oportunidade de se deslocar ao local destinado há muitos anos à construção da esquadra da PSP, mas que, inexplicavelmente, ainda não avançou. A insegurança das populações é um dos problemas mais sentidos em Camarate. No mesmo local passa um viaduto da CRIL, sem que exista um nó de acesso que sirva Camarate, cuja população tem de percorrer 5 Km para ter acesso a essa via. A construção do nó de acesso à CRIL é uma reivindicação local que o PCP tem apoiado e incentivado.

Os deputados comunistas reuniram depois, em Moscavide, com a direcção do Centro de Saúde de Sacavém (nas instalações de Moscavide). Este Centro serve mais de 130 mil utentes e reparte-se por 8 extensões, algumas delas com instalações muito insuficientes. Debatem-se com grandes problemas, designadamente de instalações e pessoal. Por si reivindicada é a divisão do Centro de Saúde de Sacavém em três Centros distintos: Sacavém, Moscavide e S. João da Talha (a construção desde último encontra-se prevista desde há muito, mas tem vindo a arrastar-se).

A última etapa da visita foi em Sacavém, onde percorreram a margem do Trancão, na zona envolvente da EXPO, tendo constatado que subsistem graves problemas de poluição e assoreamento, pelo que consideram absolutamente indispensável o prosseguimento dos trabalhos de despoluição do Trancão.

**PARLAMENTO
EUROPEU**



Em Plenário

Agenda 2000 - A última sessão plenária foi dominada pelo debate sobre as perspectivas financeiras da Comunidade para o período de 2000 a 2006, tendo por base as propostas apresentadas pela Comissão Europeia, a chamada Agenda 2000. Joaquim Miranda caracterizou o debate realizado como "muito distante dos tempos em que a coesão económica e social era apresentada como ponto de honra". Retomando as ideias expressas na conferência de imprensa realizada na semana que antecedeu o debate, o deputado do PCP criticou a falta de meios financeiros adequados à prossecução do objectivo do momento que é o alargamento da UE. E avisou: "ou ao alargamento se fazem corresponder meios financeiros adicionais ou se reduzem as despesas com os objectivos e políticas actuais". A opção da Comissão pela segunda possibilidade resultará, inevitavelmente, "no sacrifício da coesão económica e social".

Fundos - Uma das pedras-de-toque deste debate foi a parte relativa aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão. Em relação aos fundos estruturais, e como explicou o deputado do PCP, Honório Novo, o que estava em causa era saber se o PE estaria de acordo com uma proposta de diminuição dos meios financeiros destinados às acções estruturais que implicariam uma perda de muitos milhões de contos para Portugal. "Quem considera que não devem ser os actuais países da coesão a financiar em exclusivo o alargamento não votará favoravelmente o relatório", advertiu o deputado do PCP, Honório Novo. Apesar da inclusão de alguns aspectos "parceladamente positivos" os deputados do PCP abstiveram-se e o relatório acabou por ser aprovado. O relatório sobre o Fundo de Coesão foi aprovado com o apoio dos deputados do PCP, pois deu seguimento àquilo que o Tratado da UE já prevê e que a Agenda 2000 se limitou a confirmar, ou seja, todos os países com PNB inferior à média comunitária devem beneficiar do Fundo de Coesão, independentemente de pertencerem, ou não, ao grupo de países da moeda única.

Emprego na Europa em 1998 - o PE analisou o relatório da Comissão Europeia sobre o emprego na Europa em 1998, algo que o relator do PE qualificou como uma "revolução silenciosa, que coloca os problemas do emprego em primeiro plano, em vez de os tratar como um "anexo" às questões económicas". Constatou-se que, apesar de o crescimento económico no espaço da UE ter recuperado em 1997, a retoma do emprego ainda não é suficientemente forte e poderá ser prejudicada pela crise económica na Ásia, na Rússia e noutras partes do Mundo. O deputado do PCP, Sérgio Ribeiro, recordou que o debate era sobre o emprego e não sobre o problema do desemprego, pelo que se justificaria "falar da qualidade do emprego sem prejuízo da gravidade dos números do desemprego e do alerta que provocam".

Timor - Na sequência das manifestações e tumultos ocorridos na Indonésia no início do mês, o Grupo da Esquerda Unitária Europeia (GUE/NGL), por proposta dos deputados do PCP, sugeriu uma discussão em plenário sobre a situação na Indonésia. No texto de proposta de resolução apresentado, condenava-se o assassinato dos estudantes que se manifestavam e exortava-se o governo indonésio a concretizar as exigências populares que conduziram à presente situação. A situação em Timor-Leste era igualmente evocada, reafirmando-se o direito do povo timorense à autodeterminação. Devido à falta de apoio político por parte dos demais grupos políticos, o tema acabou por ficar fora da ordem de trabalhos.

Detenção do líder do PKK em Itália - Igual sorte teve a proposta apresentada pelo GUE/NGL sobre a detenção do líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão, Abdullah Ocalan, em Itália. O texto começava por apelar ao governo italiano para que reconhecesse o líder curdo como refugiado político e exortava o governo turco a terminar a sua política de repressão das aspirações de liberdade e autonomia do povo curdo.

Resumo da sessão plenária do PE, Estrasburgo, 16 a 20 de Novembro

O dirigente curdo Abdulá Ocalan está a aguardar em Itália, em sistema de residência fixa, que as autoridades alemãs decidam se pedem ou não a sua extradição. Após o Tribunal de Apelação de Roma ter decidido não dar provimento ao pedido de extradição apresentado pela Turquia, devido à pena de morte existente no país, o líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) apelou aos seus partidários concentrados em Roma para que regressassem a casa e prosseguissem a luta «pela causa curda».

A reacção da Turquia à decisão dos magistrados italianos foi particularmente violenta. O primeiro-ministro turco, Mesut Yilmaz, chegou mesmo a pedir a intervenção da NATO numa carta dirigida ao secretário-geral da Aliança, Javier Solana, enquanto o seu ministro da Defesa, Ismet Sezgin, deu início às retaliações económicas contra a Itália mandando suspender todas as compras de material militar àquele país.

Enquanto fontes da Aliança Atlântica arrefeciam os ânimos turcos sublinhando que o contencioso é exclusivamente bilateral entre a Itália e a Turquia, da União Europeia, após muitas hesitações, chegava finalmente o apoio ao governo de Massimo D'Alema, que de imediato advertiu a Turquia de que a sua posição neste

caso pode levar não só a um afastamento em relação à Itália como em relação à União Europeia. «As ameaças de represálias comerciais são desconcertantes e inadmissíveis, como sublinhou a presidência europeia», tal como «o incitamento à violência dos últimos dias prejudica não apenas a Itália, mas também a Turquia», disse D'Alema, lembrando o empenho turco em aderir à União Europeia.

As autoridades italianas receberam entretanto o apoio do Vaticano, que se manifestou favorável à concessão de asilo político a Ocalan em Itália. Segundo o cardeal Achille Silvestrini, da Congregação das Igrejas Orientais, o Vaticano «vê com simpatia as aspirações da população curda». O prelado pediu ainda à comunidade internacional que colabore na procura de uma solução para o problema que «não é apenas entre a Itália e a Turquia, mas também internacional».

Apostado em conseguir essa colaboração, o primeiro-ministro italiano decidiu incluir o «caso Ocalan» nas conversações desta semana com os seus parceiros europeus no âmbito do seu périplo por várias capitais da UE.

Um primeiro sinal apaziguador foi dado pela Alemanha, com o anúncio feito pelo porta-voz federal, Uwe-Karsten Heye, de que o governo de Bona não tem intenção de pedir a extradição do líder curdo, pelo menos de momento, deixando assim as mãos livres ao governo italiano para procurar uma solução para o caso.

O dirigente do PKK está impedido de abandonar a Itália até 23 de Dezembro, data em que expira o prazo legal para a Alemanha pedir a sua extradição.

México

Zapatistas retomam diálogo

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e a Comissão de Concórdia e Pacificação (Cocopa) reiniciaram na semana passada as conversações do processo de paz mexicano. Não se trata de negociações com o governo de Ernesto Zedillo, mas de reuniões entre 29 representantes zapatistas e a plataforma constituída por 18 delegados dos principais partidos nacionais, com o objectivo de estabelecer um grupo permanente de diálogo que prepare um acordo final.

A chamada «sociedade civil» também esteve presente, à semelhança do que aconteceu nas reuniões anteriores. Entre outros, intelectuais, representantes de partidos, sindicalistas, artistas, religiosos, ONGs e autarcas participaram nas discussões sobre presos políticos, direitos e cultura indígena e confronto militar.

O EZLN mantém a sua decisão de não negociar com o governo, optando pelas reuniões com

a Cocopa. Os zapatistas acusam o executivo de não cumprir os compromissos assumidos, nomeadamente em relação à consulta nacional sobre um projecto de lei referente a cultura e direitos indígenas que deveria ter sido enviado pelo governo ao Congresso, como ficou decidido nos Acordos de San Andrés.

Numa entrevista publicada pelo jornal «La Jornada», o subcomandante Marcos, dirigente zapatista, afirmou que o diálogo depende da renúncia da opção militar pelo Governo.

«É necessária uma nova forma de fazer política. Aquela que incorpora cada vez mais actores, que reconhece a sua diferença e o seu peso, e que sabe incorporar essas diferenças e pesos para fazer uma história comum, que uma nação não é outra coisa», sustentou Marcos, numa declaração destinada aos participantes das conversações.

PE rejeita renacionalização dos custos da PAC

O Parlamento Europeu rejeitou, na passada quinta-feira, a intenção de renacionalização dos custos da PAC (Política Agrícola Comum) proposta pelos grupos parlamentares socialista e PPE.

Os eurodeputados comunistas, numa nota à comunicação social, consideram que «com estas votações foi dado um contributo bastante positivo para o desenrolar das negociações sobre a reforma da PAC e, em geral, para a salvaguarda dos interesses nacionais».

Sublinhando «a cooperação que foi possível alcançar com muitos outros deputados com vista a

serem obtidos tais resultados», os deputados manifestaram a sua «apreensão pela atitude de alguns deputados socialistas portugueses - nomeadamente do deputado António Campos, pelas suas particulares responsabilidades neste sector -, que subcreveram uma proposta de total alinhamento com as orientações da Comissão Europeia e se empenharam na defesa da renacionalização dos custos da PAC, em dissonância com a posição assumida pelo próprio Governo português no Conselho ECOFIN».

Professores russos em greve

A greve de professores russos para exigir o pagamento de salários em atraso mobilizou, a semana passada, mais de 15 000 docentes na região de Primorié, mais de 10 000 em Tchita, e mais de 2 000 em Sverdlovsk.

A informação, divulgada pela AFP com base em dados de agências russas, dá conta que salários em atraso na região de Tchita ascendem a mais de 110 milhões de rublos (mais de seis milhões de dólares) e remontam a Fevereiro, enquanto os salários em dívida em Primorié são da ordem dos 240 milhões de rublos (14 milhões de dólares). Segundo o governador da região de Sverdlovsk, Edouard Rossel, as dívidas atingem aqui um total de 450 milhões de rublos (mais de 26 milhões de dólares).

Deputada assassinada

Galina Starovoitova, uma das líderes do partido Rússia Democrática, foi assassinada na madrugada de sábado por duas pessoas, à porta da sua casa em São Petersburgo. As armas, uma metralhadora automática e uma pistola, foram abandonadas no local do crime. Starovoitova pretendia candidatar-se ao governo da região de Leningrado nas eleições do próximo ano, bem como às presidenciais do ano 2000. O líder do Partido Comunista, Guennadi Ziuganov, condenou o assassinato, considerando-o um acto de terrorismo que mostra que «os bandidos paralisaram tudo na Rússia». Todos os anos cometem-se na Rússia mais de 30 mil assassinatos, 600 deles por pistoleiros contratados. Cerca de 90 por cento permanecem impunes.

Referendo na Albânia

No domingo, realizou-se na Albânia um referendo sobre a continuidade da Constituição aprovada após a queda do antigo regime. Ainda sem os resultados finais, o Governo socialista afirmou que a participação no referendo ultrapassou os 50 por cento - valor mínimo para que a consulta seja considerada válida -, enquanto o ex-presidente Sali Berisha denunciou a existência de fraude eleitoral.

Europa envelhece

Um estudo do Eurostat, o gabinete de estatística europeu, revela que no ano 2030 as pessoas com mais de 60 anos representarão cerca de 30 por cento do total da população europeia,

Israel começa retirada

Sexta-feira foi um dia de festa para os palestinianos. Israel retirou de 110 quilómetros quadrados - dois por cento do total -, o que significa que a Autoridade Palestiniana (AP) passa a controlar 28 localidades do norte da Cisjordânia, 10 com estatuto de municípios e 18 pequenas vilas. Contudo, o governador da cidade de Jenine recorda que «não se trata de uma verdadeira retirada israelita, pois não há qualquer posição militar hebraica na zona».

As forças israelitas retiraram também de outros 400 quilómetros quadrados (7,1 por cento do território), até agora sob controlo conjunto. Com estas medidas, os palestinianos passam a controlar total ou parcialmente 29 por cento do território. No fim do processo, acordado em Wye Plantation, 510 quilómetros quadrados estarão nas mãos da AP.

A retirada é sobretudo simbólica, visto que nenhuma base militar nem nenhum colonato desaparecerá. Estas zonas foram demarcadas com blocos amarelos e pretos e o exército israelita já começou a descarregar blocos de cimento e rolos de arame farpado para fortificar os colonatos. De acordo com a Lusa, foram construídas trincheiras de cimento no colonato de Psagot, aparentemente para servirem de posições de fogo. Cerca de 45 milhões de dólares foram disponibilizados pelo governo para o reforço da segurança dos colonos.

Nas próximas 12 semanas, Israel deve devolver mais 11 por cento do território ocupado, numa retirada em duas fases cuja concretização poderá levantar problemas devido à divisão no seio do governo que a retirada provoca.

O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu afirmou que

acredita que «pouco a pouco todo o mundo entenderá que esta é a única maneira de avançar para um acordo de paz com segurança com os nossos vizinhos, dada a situação dos acordos que herdámos».

Netanyahu encontra-se numa posição difícil, por um lado sob as críticas dos seus parceiros de coligação e dos colonos ultranacionalistas e por outro pressionado a cumprir os acordos assinados com Yasser Arafat. A situação é de tal maneira delicada que se fala na possibilidade de eleições antecipadas ou na formação de uma coligação com os trabalhistas.

Palestinianos e israelitas divergem ainda na questão da libertação de presos por parte de Telavive. Segundo os acordos, Israel deve libertar 250 palestinianos por cada fase de retirada, num total de 750. A AP critica a decisão de apenas 200 serem presos políticos, defendendo que «é preciso esquecer o passado».

«Estivemos em guerra e há mortos dos dois lados, mas isso é o passado. Não pedimos a libertação dos que foram detidos depois dos acordos de Oslo nem dos que colocaram bombas nos autocarros», declarou o responsável palestiniano pelos presos, Hicham Abdel Razek.



Oficiais dos exércitos palestiniano e israelita durante a retirada

Universitários em greve contra propinas

O início do ano lectivo nas universidades israelitas está a ser bloqueado há cerca de um mês por uma greve dos estudantes contra o preço das propinas, estimado em cerca de três mil dólares por ano. Os estudantes exigem uma redução de 50 por cento das propinas, cujo valor não parou de aumentar nos últimos anos.

A luta estudantil conheceu um salto qualitativo nos últimos dias com a entrada em greve de fome de algumas dezenas de jovens, e com a crescente solidariedade que têm vindo a receber dos mais diversos sectores, incluindo deputados e dirigentes sindicais. Uma manifestação de apoio aos grevistas reuniu a semana passada, junto ao município de Jerusalém, cerca de vinte mil universitários, professores, liceais, encarregados de educação e artistas. Entretanto, seis deputados manifestaram o seu apoio ao protesto estudantil juntando-se simbolicamente à greve de fome. Também o presidente da Câmara de Jerusalém, Ehud Olmert (do partido Likoud), o dirigente da oposição trabalhista Ehud

Barak e o secretário da central sindical Histadrout, Amir Peretz, afirmaram a sua solidariedade com os estudantes. Peretz ameaçou mesmo com a possibilidade de a central sindical decretar uma greve geral, caso o problema não seja resolvido nos próximos dias.

Os estudantes optaram pela greve de fome após terem levado a cabo uma série de iniciativas, como o corte de estradas em Jerusalém e Telavive, a que o governo respondeu com «exagerada violência policial» e a prisão de dezenas de jovens, segundo informa a agência AFP. Ainda de acordo com as notícias veiculadas por esta agência, muitos estudantes criticam o facto de o governo ter aumentado significativamente os subsídios às escolas religiosas judias para satisfazer os seus aliados ultra-ortodoxos no Parlamento, negligenciando as universidades.

O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, após um silêncio de três semanas a propósito destes acontecimentos, acabou por nomear uma comissão ministerial encarregada de encontrar uma solução para o conflito. A comissão é dirigida por Moshé Leon, que considera as reivindicações estudantis «totalmente irrealistas» e sempre se opôs a qualquer subsídio governamental às propinas.

Kosovo

EUA impõem «autonomia»

O projecto de acordo interino sobre o Kosovo, apresentado sábado pelas autoridades sérvias, não agrada à mediação internacional, que prefere o plano do emissário norte-americano Christopher Hill.

O plano dos EUA prevê um elevado grau de «autonomia» para o Kosovo, enquanto o projecto sérvio tenta reforçar os laços entre aquela província e as instituições da república sérvia, de que a província faz parte.

O projecto sérvio de «acordo-quadro sobre a auto-administração» da província foi elaborado durante as conversações efectuadas a semana passada entre o presidente Milan Milutinovic e representantes das comunidades étnicas não-albanesas que vivem no Kosovo: turcos, romenos, muçulmanos, sérvios muçulmanos e egípcios. Ibrahim Rugova, dirigente dos albaneses do Kosovo, recusou-se a participar nas conversações. Segundo este plano, o Kosovo seria representado por 20 deputados no parla-

mento da Sérvia e 10 no parlamento federal jugoslavo.

O plano norte-americano, por seu lado, apenas prevê a participação a nível federal, e propõe para o Kosovo, além do parlamento, um presidente ou uma presidência colegial.

Reagindo à iniciativa de Belgrado, o embaixador austríaco Wolfgang Petritsch, emissário especial da UE para o Kosovo, disse considerar que «não é o momento de avançar com um novo conceito», dado haver «uma proposta norte-americana, plenamente apoiada pelo Grupo de Contacto e a União Europeia».

«Conseguimos convencer os albaneses do Kosovo de que isso constitui uma base para as negociações e para uma solução e eles aceitaram», acrescentou Petritsch em declarações à imprensa, manifestando o desejo de que Belgrado «aceite igualmente» o projecto norte-americano «como única base para uma solução» da crise.

Uma «proposta» muito exclusivista, a dos EUA, onde não parecem caber quaisquer alternativas, e um passo mais a caminho da secessão que, curiosamente, todos dizem não pretender.

devido ao aumento da esperança de vida e à redução de nascimentos. A população com mais de 60 anos constituía 17 por cento dos habitantes da União Europeia (UE) em 1960, número que no ano passado ascendeu já a 21 por cento. A terceira edição do «Retrato Social da Europa» do Eurostat aponta ainda que 11 por cento da população da UE vive só, contra oito por cento em 1981. Aquele número ascende a 44 por cento entre as pessoas com mais de 75 anos. Os países da UE onde o envelhecimento da população é menos acentuado são Portugal e Espanha, que deverão contar, até 2020, com um crescimento de 28 e 29 por cento, respectivamente, da população com mais de 60 anos, ao contrário da Holanda, onde essa percentagem chegará aos 64 por cento, do Luxemburgo (59 por cento) e da Finlândia (58 por cento).

Direita checa vence eleições

A aliança dos quatro partidos de direita formada pela União da Liberdade (US), União Democrática (UDE), os democratas-cristãos do Partido Popular (KDU-CSL) e a Aliança Democrática Cívica (ODA) foi a vencedora das eleições parciais do passado dia 21 para eleger um terço dos 81 senadores do Senado do Parlamento checo, ao conseguir 12 assentos senatoriais. O Partido Democrático Cívico (ODS) do ex-Primeiro-Ministro conservador Vaclav Havel elegeu 10 senadores, enquanto o Partido Social-Democrata (CSSD) do Primeiro-Ministro Milos Zeman, elegeu três, assim como o Partido Comunista da Boémia e da Morávia (KSCM).

Radiações de plutónio na Alemanha

Existem fortes radiações de plutónio nos arredores da central nuclear de Krummel (Norte da Alemanha), confirmou uma investigação independente levada a cabo pela Universidade de Bremen. «As medições efectuadas mostram uma clara contaminação nas margens do rio Elba por plutónio do reactor», assinala o estudo da professora catedrática Inge Schmitz-Feuerhake. Desconhecem-se mais pormenores do relatório, mas o secretário de Estado da Energia do Governo Estadual de Schleswig-Holstein, Wilfried Voigt, e um representante da companhia de electricidade da Cidade-Estado de Hamburgo, encarregada do reactor, HEW, anunciaram que vão proceder às necessárias provas e testes. De registar que, nos últimos anos, aumentou o número de casos de leucemia naquela região.

França manifesta-se pela legalização de imigrantes

No passado sábado, milhares de pessoas manifestaram-se em várias cidades de França, exigindo a regularização dos imigrantes que permanecem no país ilegalmente. Esta foi a última iniciativa levada a cabo pelos «sem-papéis», depois de ocupações de igrejas e greves da fome.

Às vozes dos imigrantes juntaram-se a de 30 organizações, sindicatos e partidos, nomeadamente através de um apelo subscrito por eleitos do PCF, PS e «Os Verdes» que lança um novo pedido de diálogo. «O realismo exige que se encontre uma solução justa e equilibrada para os homens e mulheres que demonstram, pelas suas iniciativas junto da Prefeitura, a vontade de inserção», lê-se no documento. Por seu lado, o governo liderado por Lionel Jospin recusa a hipó-

tese de aceitar indiscriminadamente todos os ilegais.

Dos 140 mil imigrantes clandestinos que pediram a regularização da sua situação, o governo legalizou 83 mil, o que significa que cerca de 60 mil continuam ilegais. Por outro lado, o número de repatriamentos diminuiu consideravelmente, passando de 12 300 em 1996 para 7200 em 1997.

A maioria dos eleitores de esquerda defendem a regularização dos «sem-papéis» que fizeram o respectivo pedido. Segundo uma sondagem da CSA-«Le Parisien», 54 por cento dos simpatizantes socialistas, 60 por cento do eleitorado comunista e 69 por cento dos ecologistas desejam a legalização. A nível global, 45 por cento dos franceses pronunciam-se a favor desta hipótese.



Barreiro

A Estação da vergonha

Um «buziã» ensurdecedor à hora de almoço da passada segunda-feira e uma grande concentração de manifestantes junto à estátua Alfredo da Silva demonstraram mais uma vez, de forma inequívoca, que a população do Barreiro não está disposta a admitir a instalação da Estação de Transferência e Pré-Tratamento de Resíduos Industriais Perigosos em plena malha urbana. Esta manifestação ocorreu no dia em que expirava o prazo da propalada «discussão pública» sobre esta questão e foi o corolário de um conjunto de iniciativas contra a Estação realizadas nos últimos dias pela população do Barreiro, nomeadamente a entrega, na residência oficial do Primeiro-Ministro, em S. Bento, de 40 mil assinaturas de protesto levadas por uma delegação de mais de 400 barreirenses encabeçada pelas autoridades autárquicas locais, e uma vigília promovida pelos jovens do concelho no passado sábado. Uma coisa ficou clara, em todas estas iniciativas: a oposição dos barreirenses à instalação da Estação de Transferência em plena cidade é unânime e definitiva, pelo que a luta vai continuar.

O «buziã» começou a soar nas principais artérias da cidade do Barreiro por volta do meio-dia da passada segunda-feira, mas foi na Avenida Alfredo da Silva - local marcado para a concentração popular - que o protesto se ampliou numa explosão de buzinas, em alguns casos soprando de autênticas «baterias sonoras». Nessa altura, já o largo adjacente ao Jardim Catarina Eufémia fervilhava de gente e palavras de ordem gritando inflamadas recusas à Estação de Transferência de Resíduos Perigosos, atravancando o trânsito e mobilizando todos os automobilistas para enérgicas buzinações. O próprio comércio local associou-se à iniciativa, promovendo-a com a exposição de panfletos mobilizadores e, em numerosos casos, encerrando mesmo as portas durante a manifestação.



A praça da estátua a Alfredo da Silva fervilhou de manifestantes contra a instalação da Estação de Tratamento em plena malha urbana do Barreiro

O alvoroço apenas se aquietou quando o presidente da Câmara, Pedro Canário, pegou no microfone e se dirigiu à multidão. As palavras que proferiu de improviso foram certeiras, na interpretação do sentimento geral. «A nossa recusa a esta Estação de Transferência de Resíduos Perigosos não é gratuita e tem razões precisas: primeiro, porque os nossos filhos já disseram que não a querem e eles têm o direito de escolher o futuro para a sua terra; segundo, porque temos uma história de 100 anos de indústria química pesada e, por isso, temos todo o direito de dizer «chega» e exigir uma verdadeira política de requalificação ambiental para o concelho; terceiro, porque ainda actualmente já temos empresas no Parque Empresarial da Quimiparque que tratam resíduos, pelo que já contribuímos, e abundantemente, com a nossa quota-parte no esforço nacional que é pedido para a solução deste problema; finalmente, temos razões de sobra - e num saber de experiência feito - para exigir que este tipo de estações se faça longe das populações e não no centro da nossa cidade, no meio da zona urbana, porque esta localização é uma vergonha.»

No meio de grandes aplausos da multidão, Pedro Canário não deixou passar em claro a «indirecta» da ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, quando referiu que os presidentes de Câmara deviam «conhecer a legislação» governamental que «garante» não haver importação de resíduos tóxicos perigosos: «Posso dizer à sra. ministra que a legislação é coisa com que, nas câmaras municipais, temos de nos deitar e levantar todos os dias, nomeadamente para tentar resolver os entraves que ela frequentemente coloca à resolução dos problemas autárquicos. E também sabemos que as leis podem ser sempre alteradas, sobretudo a favor dos grandes negócios, como este do tratamento dos lixos tóxicos, já conhecido como «o negócio do século XXI». Posto isto, Pedro Canário reiterou a ideia de que «não será casual nem inocente o facto de se anunciar a queima de 16 mil toneladas de resíduos tóxicos nas cimenteiras portuguesas e, ao mesmo tempo, se prever para o Barreiro uma capacidade de tratamento de 120 mil toneladas».

«Esperemos que prevaleça o bom senso e a justiça», advertiu o presidente da Câmara do Barreiro, sempre muito aplaudido pela multidão. «Caso contrário, se a decisão não vier ao encontro das nossas reivindicações, não vamos parar de lutar!»

Os jovens em vigília

Mas não são apenas os mais velhos que, no Barreiro, estão mobilizados contra a instalação no perímetro urbano da Estação de Tratamento de Resíduos Perigosos. A juventude tomou a luta em mãos e já protagonizou, mesmo, a mais aguerrida manifestação de protesto até agora ali registada,

O lixo da discórdia

Alhandra

“A decisão só pode ser não”

Mais de um milhar de pessoas desfilarão sábado, entre Alhandra e Vila Franca de Xira, em mais uma manifestação de protesto contra a possibilidade de co-incineração de lixos tóxicos na antiga cimenteira da Cimpor. Terça-feira, foi entregue, em Lisboa, um abaixo-assinado com cerca de dez mil nomes. Iniciativas que se inserem no protesto mais geral contra a política promovida nesta área pelo governo, contestada pelas populações e por associações e sectores ambientalistas. A decisão, que será tomada dentro de um mês, defronta, à partida, uma recusa frontal e generalizada.



Na vigília do Barreiro, a animação esteve a cargo dos próprios jovens organizadores (tocando «ao vivo», na foto de cima) e de gente mais velha que se quis associar (jogo do pau, na foto de baixo)

envolvendo todos os alunos do concelho numa massa impressionante que encheu a principal avenida da cidade.

Desta vez, os jovens do Barreiro organizaram uma vigília durante a noite do passado sábado, mobilizados à volta duma frente comum designada «Barreiro Anti-Resíduos - B.A.R.», onde confluíram a generalidade de organizações juvenis do concelho (associações de estudantes das escolas secundárias Alfredo da Silva e dos Casquilhos, CCJB, O Borgas, O Lodo, Olho Vivo, etc.). Tratou-se de um trabalho aturado, que requereu empenho e perseverança, já que tudo saiu das mãos dos jovens: a composição e distribuição de folhetos de propaganda à iniciativa, o pedido de empréstimo de equipamentos, a instalação e levantamento desses equipamentos e, claro está, a operacionalização de toda a vigília.

Os jovens instalaram a sua vigília na praça da estátua (a mesma onde confluía a manifestação de segunda-feira), assegurando um serviço de grelhados e bebidas que foram servindo numa esplanada igualmente montada por eles próprios (com cadeiras e mesas cedidas pela colectividade Os Penicheiros), ao mesmo tempo que promoviam a animação, quer cantando e tocando «na primeira pessoa» através de um grupo improvisado entre eles, quer tendo o concurso de diversos *disk jockeys* locais e, ainda, do Grupo Coral Alentejano do Nicola e do Grupo Recreativo Cultural e Desportivo Brejos de Faria, que apresentou uma exibição de jogo do pau.

Ao longo da noite - sempre pontilhada pelo bruxulear das velas instaladas nas mesas e um pouco por todo o recinto - os jovens do B.A.R. serviram e esgotaram os 40 quilos de entremetida e couroto que haviam comprado para abastecer os visitantes e companheiros de vigília, mas tendo, em compensação, o concurso de pão grátis oferecido durante a noite e a madrugada por uma panificadora.

No final, uma afirmação muito sublinhada: a luta continuará até à vitória definitiva da luta contra a Estação.

«Sra. Ministra, a sua decisão só pode ser não» era a frase que abria a marcha em Alhandra, onde se viam múltiplos cartazes com caveiras, máscaras, bandeiras e faixas de pano com caveiras pretas, ou autocolantes onde se podia ler «Alhandra diz não à queima de resíduos tóxicos».

Os manifestantes concentraram-se junto ao edifício da Junta de Freguesia, partindo depois para Vila Franca de Xira, onde o desfile passou a ser encabeçado por uma banda filarmónica. Na Praça Afonso de Albuquerque foi aprovada uma moção de protesto contra a eventual queima de resíduos tóxicos na Cimpor.

Na véspera realizara-se uma vigília na Igreja Matriz, convocada pela paróquia, como forma de manifestar a sua solidariedade com a autarquia pelo «Não à queima de resíduos tóxicos», e que se transformou depois num desfile até ao edifício da Junta.

A encerrar as acções de contestação, promovidas pela Comissão de Ambiente da



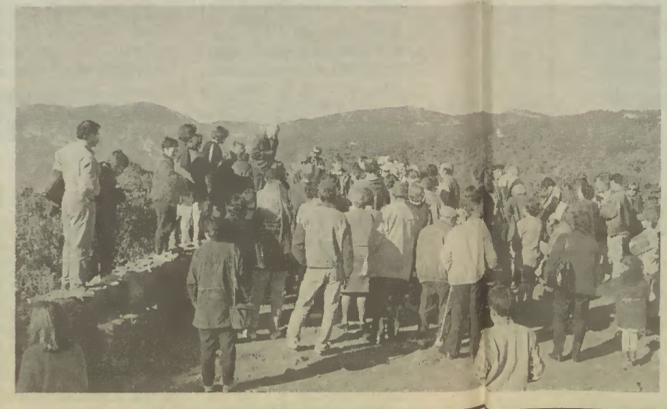
A oposição de Alhandra à queima de resíduos na cimenteira local não podia ser mais eloquente



a suspeita de que a Cimpor já terá entretanto queimado lixos tóxicos. Suspeita com bases concretas - entre Abril de 1990 e Março deste ano a média dos valores máximos de partículas em suspensão ultrapassou o definido por lei e, nos últimos meses, em alguns dias as emissões quadruplicaram.

Mais um não de Setúbal

Os participantes da visita guiada ao Parque Natural da Arrábida, promovida dia 22 de Novembro pela Universidade Popular de Setúbal Bento de Jesus Caraça, aprovaram uma moção em que consideram inaceitável a co-incineração de resíduos perigosos no Parque e lembram que a própria lei «estabelece a interdição de actividades que possam degradar a fauna, a flora, a paisagem, os ecossistemas e, em geral, a natureza que, pela sua raridade, valor ecológico e paisagístico, caracterizam o Parque como exemplar único na Europa».



Um movimento mais vasto

Acusações ao governo, recolha de assinaturas e manifestações em Lisboa, Leiria, Setúbal, Alhandra e Barreiro marcaram os protestos na recta final da discussão pública sobre incineração de resíduos tóxicos em cimenteiras, que terminou segunda-feira.

Um protesto que não tem cessado desde o início desta consulta, em 31 de Agosto, testemunho de uma inequívoca oposição à utilização das suas terras na concretização desta opção do Governo.

Em Leiria, centenas de residentes da Vila da Maceira concentraram-se, dia 20, frente aos Paços do Concelho, em protesto contra a possibilidade de co-incineração numa cimenteira local. Em finais de Setembro, surgiu a primeira acção, seguindo-se a entrega de um abaixo-assinado de quatro mil assinaturas, o equivalente a um terço da população da freguesia. A 16 de Outubro, cerca de duas mil pessoas saíram à rua.

A população de Maceira tem já uma má experiência, com a poluição resultante da queima anual de cerca de 15 mil toneladas de pneus. Num manifesto entregue ao governador civil, solicita-se a sua intervenção no sentido de fazer cumprir a legislação da Comunidade Europeia nesta área.

Em Setúbal uma das formas de protesto escolhidas foi uma vigília e a recolha de assinaturas. Promovida por associações como a Comissão de Cidadãos pela Arrábida, a Caprosado (Comissão Ambiental Proteger o Sado) e a Lasa (Liga dos Ami-



gos de Setúbal e Azeitão), a iniciativa permitiu a recolha de cerca de 300 assinaturas em pouco mais de meia-hora, a juntar a um abaixo-assinado que já ascende a quase seis mil assinaturas.

Em meados deste mês algumas centenas de pessoas desfilarão pelas ruas da cidade. A Câmara Municipal de Grândola tomou igualmente posição, manifestando a sua preocupação quanto aos riscos associados a este projecto, quer em termos de saúde pública quer no que respeita aos projectos de desenvolvimento do litoral do concelho.

Em causa está, neste caso, não tanto a proximidade das populações, mas a preservação do Parque Natural da Arrábida. Contesta-se a utilização de uma infra-estrutura, a fábrica da Secil, cuja actividade é já de si polémica, porque foco de poluição num área protegida. O próprio estudo de impacte ambiental alerta para os riscos reais para o ecossistema do parque natural.

Outras formas de protesto registaram-se entretanto em Estarreja, onde a Assembleia Municipal recusou, por duas vezes e por unanimidade, a hipótese de instalação da instalação de co-incineração de resíduos industriais no concelho.

Em Souselas, a consulta pública do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) veio reforçar a oposição à co-incineração na fábrica de cimento da vila. O EIA foi objecto de mais de mil consultas, num universo de cinco mil habitantes. Dia 23, a Câmara Municipal de Coimbra assumiu posição pública, rejeitando por unanimidade uma possível utilização da cimenteira de Souselas para a eliminação de resíduos industriais.

As razões de um protesto

Um estudo médico publicado na Grã-Bretanha revela que as mulheres vivendo num raio de três quilómetros de atercos com resíduos industriais correm mais risco de terem filhos defeituosos. Este um dado divulgado pelo delegado de saúde do Barreiro, numa tomada de posição contra a possibilidade de instalação de uma estação de tratamento de resíduos industriais no centro da cidade, e que surge como uma das múltiplas razões avançadas num processo que tem envolvido populações crescentemente esclarecidas e empenhadas numa informação verdadeira.

Em causa estão, entre as múltiplas dúvidas e receios que se colocam, a incorporação de metais pesados no cimento, a ausência de estudos sobre as emissões libertadas quando há interrupção na laboração da cimenteira, a ausência de uma política de redução da produção de resíduos.

Estudos de diversas associações ambientalistas e a experiência de outros países testemunham da ocorrência de emissões anormais de mercúrio, dioxinas, entre outras substâncias.

A própria utilização de cimenteiras envolve o risco de dispersar pelo país cimento que pode incluir substâncias cancerígenas. Uma risco que reforça a dimensão nacional, e não apenas local, deste problema.

No abaixo-assinado entregue a semana passada à ministra do Ambiente, a Comissão de Cidadãos pela Arrábida avança com dez razões para dizer não à co-incineração de resíduos perigosos na serra. Razões que extravamam a realidade específica de um parque natural e se podem aplicar ao próprio processo que se pretende implementar.

Em causa estão, nomeadamente, «a libertação de substâncias químicas gasosas perigosas», pela chaminé ou por fugas nos diversos pontos do processo de fabrico e, principalmente, pela libertação de «dioxinas/furanos e metais pesados, que prejudicam, gravemente, a saúde das populações», tal como o risco de acidentes nas diferentes fases do processo.

A Comissão recomenda a elaboração de um Plano Nacional de Gestão de Resíduos Industriais e alerta para que «uma incorrecta localização da unidade fabril que efectuar a co-incineração pode trazer consequências negativas catastróficas, para o ambiente e, principalmente, para a saúde e qualidade de vida das populações vizinhas».

PIDDAC/99

Os anti-regionalistas que tirem as suas ilações

As organizações do PCP, depois de analisarem o PIDDAC para 1999, respeitante às respectivas regiões, começaram já a emitir os seus pareceres. Concluindo, embora, que «a regionalização poderia ter fornecido instrumentos indispensáveis a uma mais justa e equilibrada redistribuição dos recursos públicos», os comunistas não abdicam, porém, de reivindicar as verbas que consideram indispensáveis para a resolução dos problemas locais.

A Direcção da Organização Regional de Coimbra, por exemplo, depois de uma análise «fria e objectiva» ao Orçamento do Estado, afirma não poder escamotear duas grandes conclusões: a repetida subalternização de Coimbra nos investimentos do Governo e a de que só com uma mudança de política que coloque o investimento público ao serviço das populações, poderá reequilibrar o País e resolver os problemas estruturais da Região.

De facto, uma observação atenta aos números do Orçamento revela que «40 por cento do que estava programado para o ano em curso não foi executado»; que o proclamado aumento de 7 milhões de contos de investimento estatal «não só não recupera o que ficou por investir, como se esgota mais uma vez na gestão de obra em curso ou na criação de novas expectativas para anos seguintes»; que não são «dois ou três investimentos "emblemáticos", cujo cumprimento está ainda por avaliar, que desmentem as conclusões anteriores».

Comparando, depois, as previsões de há um ano com as dotações agora inscritas, os comunistas de Coimbra chegam ainda à conclusão que, quer em relação às grandes vias rodoviárias e ferroviárias, quer aos equipamentos sociais para a saúde e para a educação, os projectos em curso ou ficam de novo adiados ou têm dotações muito aquém das prometidas, algumas apenas dando para «subsidiar estudos».

Castelo Branco

Para a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco, «aí estão as verbas do PIDDAC para 1999» a confirmar uma política discriminatória para as regiões mais carenciadas, uma vez que, enquanto o Litoral é nele contemplado com mais de 80 por cento do investimento público, os distritos do Interior são-no apenas com 20 por cento.

Esta é a realidade, dizem os comunistas, daí que a criação da Faculdade de Medicina na Universidade da Beira Interior - con-

cretizando, embora, uma aspiração há muito reclamada pelo PCP, pelos trabalhadores e várias entidades - «não deva impedir uma reflexão serena sobre o que falta ao distrito e que há muito deveria estar concluído».

Existem meios financeiros para uma política económica e social mais justa - dizem -, como mostram os 300 milhões de contos previstos no OE para «benefícios fiscais aos grandes senhores da alta finança». Falta, isso sim, «vontade política para se fazer uma gestão equilibrada e justa dos fundos estatais».

Segundo os comunistas, os projectos que poderiam potenciar o desenvolvimento sustentado do distrito, «não avançam ou andam a ritmo muito lento», digam eles respeito a Planos de Desenvolvimento, à agricultura ou às acessibilidades. Assim, enumerando as principais obras e medidas que o Governo deve implementar para Castelo Branco, o PCP espera que a ida ao distrito do «Governo em Diálogo» se traduza em medidas concretas e não em promessas.

Norte

A soma dos investimentos previstos para os cinco distritos da região Norte - Viana do Castelo, Braga, Bragança, Vila Real e Porto -, com mais de 3,4 milhões de habitantes e responsável por cerca de 43 por cento das exportações nacionais, «é inferior aos investimentos previstos para o distrito de Lisboa, com pouco mais de metade daquela população», diz por sua vez, a Direcção Inter-Regional do Norte do PCP.

O caso mais grave de previsão de investimentos públicos para 1999 é, porém, o do distrito de Braga, com apenas 27,4 milhões de contos para 800 mil habitantes, denunciam os comunistas. É que a capitação de 35 contos por habitante, que esse investimento público contempla, contradiz «todas as promessas governamentais de milhões e milhões de contos para o Vale do Ave».

Lembrando as conhecidas fragilidades do tecido produtivo destes cinco distritos, o PCP alerta ainda para o facto de serem estes os distritos que sofrem mais fortemente os efeitos do processo de glo-

balização e liberalização do comércio entre a União Europeia e o resto do mundo, como a própria Comissão Europeia reconhece.

O PIDDAC vem, pois, confirmar «a falta de critérios transparentes na distribuição dos recursos públicos» e «agravar as desigualdades regionais».

Aliás, em comunicado próprio, a Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo, face às verbas atribuídas ao distrito - que, pela alteração dos critérios de imputação distrital, é, de facto, lesado em mais de um milhão de contos -, «cabe aos anti-regionalistas tirarem as suas ilações».

Viseu

Também a Direcção da Organização Regional de Viseu, considerando «insatisfatória» a proposta do Governo no PIDDAC/99, decidiu fazer chegar ao Grupo Parlamentar um conjunto de propostas para o distrito que deverão ser introduzidas no debate parlamentar.

Na preocupação da DORV esteve o facto de «muitas obras previstas em PIDDAC de anos anteriores não terem sido realizadas e 55 delas terem visto a sua conclusão adiada» e de, em relação a 1998, terem sido desviados mais de cinco milhões de contos dos mais de 22 milhões com que o distrito foi contemplado. O PCP viu ainda «com apreensão» o facto de o Governo ter esquecido no Plano o concelho de Armamar.

Vizela

Também a Comissão Concelhia de Vizela do PCP «contesta com veemência o mísero financiamento» do PIDDAC que, da verba de cerca de 27,5 milhões de contos para o distrito de Braga, apenas reserva para o concelho 5 mil, «o que perfaz a extraordinária percentagem de 0,02% para financiar (!) o Centro de Saúde de Vizela».

O PCP, refutando ainda o facto de a rubrica do PIDDAC referente ao Concelho de Vizela estar integrada no concelho de Guimarães, «alerta e apela» a todas as forças vivas de Vizela para que se «ergam num repúdio claro e inequívoco contra esta insustentável situação» e defenda a urgente criação de uma rubrica própria.

Após o referendo novas tarefas se perfilam

Os resultados do referendo de 8 de Novembro sobre regionalização são ainda tema de discussão em muitas organizações do PCP que, entretanto, começam a preparar-se para travar as diversas batalhas que em 1999 vão ter pela frente.

«Mais uma vez o eleitorado comunista respondeu afirmativamente», considera a Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP, referindo o facto de ter sido nas zonas de maior influência do PCP que se verificaram os melhores resultados do «Sim» à regionalização. E como «uma ideia justa não deixa de ser pelo facto de ter sido derrotada numa batalha eleitoral», os comunistas do Algarve prometem não desistir da lutar por esta importante reforma do Estado.

Depois de analisar as graves consequências para o Algarve, designadamente para a hotelaria e o comércio, da aprovação do pacote laboral, a DORAL, entre as várias tarefas que se propõe, coloca a da exigência do Governo de medidas eficazes para a renegociação do acordo de Pescas com Marrocos, que salvaguarde a frota pesqueira do Algarve.

Na Póvoa do Lanhoso, os comunistas entendem que, apesar da vitória do Não, o eleitorado comunista honrou as suas responsabilidades, confirmando «o papel indispensável do PCP na luta pelas grandes causas e na vida política nacional».

Quanto «às extrapolações dos resultados» que o PSD quer tirar no concelho, a Comissão Concelhia do PCP diz que não alinha «pelo mesmo diapasão», apelidando de demagógica e ilegítima a ilação de que «a derrota do Sim é uma derrota pessoal e política do actual Presidente da Câmara», democraticamente eleito.

A Direcção da Organização Regional de Évora, por seu lado, considera que os resultados obtidos pelo Sim, tendo em conta o «terrorismo político» introduzido no debate e as mentiras e calúnias utilizadas pelo PSD e PP, «não podem deixar de ser considerados como bastante positivos».

Entretanto, a DOREV, manifestando a sua viva preocupação pelas notícias vindas a público - «e não cabalmente desmentidas» - sobre eventuais operações de reestruturação do Grupo Siemens que ameaçam o futuro de duas fábricas, uma das quais inaugurada há somente três meses, exige do Governo um total esclarecimento em relação ao futuro dessas unidades.

Ao mesmo tempo, denuncia a ofensiva legislativa do PS que, através de alterações à lei laboral, pretende substituir o conceito de emprego pelo de «empregabilidade», generalizar o trabalho a tempo parcial e pôr em causa direitos dos trabalhadores.

Em Santarém, a Direcção da Organização Regional do PCP lamenta que, à demagogia das propostas alternativas à regionalização, surjam agora outras visando «remendar» as consequências da sua ausência. É o caso da ideia apresentada pelo PS para a criação de uma 6.ª CCR e, na linha de corroboração desta ideia, a defesa pelo PSD da autonomização da Área Metropolitana de Lisboa que, há oito anos, estes dois partidos recusaram. Isto - dizem - para obviar a uma eventual exclusão do distrito de Santarém do Objectivo 01 do próximo Quadro Comunitário de Apoio que, a ter sido aprovada a regionalização, não se verificaria.

Apesar disso, o PCP, para «minimizar os efeitos» desta ausência, propõe várias medidas que vão da devolução ao distrito dos principais serviços e direcções regionais, à alteração dos regulamentos de funcionamento das Unidades de Gestão dos fundos comunitários e à atribuição aos municípios e respectivas associações do direito de acompanhar e emitirem parecer sobre a aplicação desses fundos.

Também a Direcção da Organização Regional de Beja valoriza o «grande significado» da vitória do Sim no distrito mas, uma vez inviabilizada a regionalização, exige que o Governo implemente no Alentejo as medidas de descentralização que «todos consideram indispensáveis».

Assim, os comunistas reclamam o regresso dos serviços e competências retirados pelo Governo PSD e ainda não devolvidos pelo Governo PS e a transferência para Beja de algumas direcções regionais sediadas em Évora.

A DORBE defende ainda uma *discriminação positiva* para o Alentejo no que diz respeito a verbas do Estado e exige do Governo a disponibilização dos três milhões de contos anunciados pela ministra do Ambiente para a construção do sistema de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos do distrito.

Em Viseu, o PCP considera «extremamente negativo» que os resultados do referendo tenham levado ao adiamento da regionalização e mostra-se solidário com o povo de Canas de Senhorim na sua luta pela elevação a Concelho.

Quanto ao incumprimento da promessa de criar em Viseu o Instituto de Ciências da Saúde, cuja Comissão de Candidatura integrou, manifestou a sua viva indignação, apelando ao Grupo de Trabalho que foi constituído para que se avance para um movimento Pró-Universidade Pública de Viseu, «o mais alargado possível».

O Alentejo deles

“O meu Alentejo” constituía o título de umas páginas da revista do Expresso do último sábado dedicadas aos “estilos” da moda de Inverno. Com umas fotografias tiradas na Herdade Monte da Tramagueira, em Cabeção - Mora (que já conheceu melhores utilizações quando, integrada numa cooperativa da Reforma Agrária, dava emprego a umas dezenas de trabalhadores que cultivavam e aproveitavam a terra), os manequins contratados lá deram largas ao vestuário de marca que animará seguramente os longos fins-de-semana e noites frias de Inverno da rapaziada trabalhadora que nos últimos tempos cada vez mais se transfere das discotecas e da vida intensa da grande metrópole para a paisagem alentejana onde “tudo é tranquilo, casto e sonhador”, de acordo com o poema de Florbela Espanca que enquadrava a passagem de modelos alentejana.



■ Lino de Carvalho

Lá se mostrava o Mário com os jeans a 13.900 escudos; a camisa azul quadriculada com gola de bombazina a 21.600 escudos; as luvas de pele a 11.200 escudos, tudo Brooksfield. Mas também se podia ver a camisola de gola alta mesclada, de angorá a 29.400 escudos da Gant, vestida pelo Ricardo e as botas castanhas de nobuko a 27.300 escudos da Lacoste, calçadas pela Swailla. Era um ver a Deus.

Olhando para estas páginas da revista do Expresso comecei, instantaneamente, a pensar em certas análises que foram feitas sobre os resultados do referendo para a criação das regiões administrativas e nas batalhas sem descanso que os bravos guerreiros do Não

se lançam, agora, contra a construção do aeroporto em Rio Frio. E como tudo anda ligado, para parafrasear o poeta, eis-me a reflectir sobre as razões que levam certas figuras do nosso/deles jet-set centralista a permanentemente tentarem apoucar as opções políticas dos alentejanos e a lançarem-se em sucessivas batalhas contra o desenvolvimento do Alentejo. Lembrem-se que em artigo em que festejava a vitória do centralismo esse jovem e bem pago guerrilheiro da escrita, Miguel Sousa Tavares, afirmava que “os eleitores foram capazes de se libertar da tutela mental dos partidos e pensar pela própria cabeça, excepção feita à gerontocracia comunista”. Na mesma linha de pensamento democrático, António Barreto repetia, dias depois, que quem votou Sim foi “o verdadeiro e genuíno povo” com “excepção do Alentejo, onde, à recta, venceu o eleitorado idoso, imóvel, fiel, organizado e comunista”. Claro que nunca dizem, por exemplo, que quem votou Não em Viseu, na Guarda ou em Bragança foi o eleitorado idoso, imóvel, fiel, organizado, católico, popular e social-democrata. Opções!

Estes raciocínios abjectos, intolerantes e arrogantes merecem obviamente a nossa indignação mas servem para ilustrar a insolência de quem, travestido de democrata, é regiamente pago para lançar boçalidades anticomunistas sem sequer se dar ao trabalho de perceber que entre os 120 mil alentejanos que disseram Sim à regionalização está “a gerontocracia comunista” mas também “a gerontocracia socialista” e muitos milhares de jovens gerontocratas!!! Mas servem sobretudo para ilustrar a intolerância que se esconde por detrás destes ilustres cavalheiros da informação e da comunicação. Para esta gente, que passa a vida a

encher a boca com a palavra democracia, sociedade civil, cidadãos libertos da tutela dos partidos, só é verdadeiro e genuíno povo os que pensam e votam da mesma maneira que esta nova/velha geração de educadores do povo. Aqueles que têm uma opção contrária e demonstram-na votando de acordo com a sua cabeça, esses, são gente desprezível, cidadãos dispensáveis, incapazes de se libertar da tutela do comité central. E logo, para raiva deles, foi no Alentejo que perderam. Grandes democratas a quem o vesgo ódio anticomunista embotou o espírito.

Mas ainda se ouviam os ecos desta cruzada e já MST se lançava numa nova batalha. Agora, contra a possibilidade da construção do novo Aeroporto em Rio Frio. E não poupa nas palavras, honra lhe seja feita. Para ele os que defendem a nova localização do Aeroporto são os autarcas que só sonham “com a quantidade de betão erguido” e com “filas sucessivas de camionetas a desembarcar turistas na Praça do Giraldo”. Obviamente, toda esta crença sob a liderança do Partido Comunista. Não faz a coisa por menos.

É tempo de lembrar as grandes causas contra as quais sempre este ilustre colonista se bateu. Bateu-se - lembra-o - contra a Reforma Agrária. Ao que parece, MST, confessa-o agora, até tinha a caridade de pensar que a Reforma Agrária “tinha um fundamento de justiça social e de rentabilidade económica” mas que “falhou nestes dois objectivos”. Claro que MST, como razoável manipulador da verdade, esquece-se só de alguns pequenos pormenores, como seja a brutal e caluniosa ofensiva contra a Reforma Agrária e os seus trabalhadores - na qual o então jovem MST participou de pena inteira - e a retirada de centenas de milhares de hectares de terra às cooperativas para serem colocadas nas mãos das grandes famílias agrárias ao abandono ou entregues à caça. As mesmas que hoje beneficiam de 90% ou mais dos apoios e subsídios comunitários e nacionais que MST branqueia acusando todos os agricultores, sem excepção. Compreendo. Não se pode morder a mão que nos dá de comer, não é, Miguel?

Outro objecto da sua batalha contra o Alentejo foi (e é) a construção de Alqueva. Demonstrando, aparentemente, um ignaro desconhecimento dos múltiplos, diversificados e independentes estudos feitos volta a acenar com a alternativa das pequenas barragens. O Portugal dos pequeninos. Só se esquece que, nas condições climatológicas e de nível e irregularidade de precipitação no Alentejo, as pequenas barragens não conseguem sobreviver a ciclos de seca sem uma grande barragem mãe que as alimente no quadro de um sistema integrado

e que, além do mais, é necessária para armazenar as águas do Guadiana que correm perdidas para o mar. Aliás, MST devia saber que já existem hoje cerca de 2000 pequenas barragens no Alentejo que, invariavelmente secam após um ciclo de dois ou três anos sem precipitação. Finalmente só um empreendimento como Alqueva permite um desenvolvimento, este sim sustentado, e diversificado no plano

agrícola mas também no abastecimento de água e energia eléctrica ou nas actividades de lazer e desporto que a albufeira irá permitir. Claro que tem custos. Claro que é necessário que sejam acelerados os trabalhos em curso sobre os sistemas fundiários (que sintomaticamente MST foge de abordar) e culturais futuros, os custos da água e toda uma articulação com a transformação agro-alimentar e com os mercados. Que o Governo tarda em definir. Mas nada disto pode obscurecer a importância e a correcção da decisão de se avançar com o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva. Que só peca por tardio.

E agora aí temos a nova cruzada contra a eventual opção por Rio Frio, caso seja decidida a construção de um novo aeroporto complementar ou alternativo ao de Lisboa. Perturba-o que o novo aeroporto possa ser fonte de mais investimento e instrumento de desenvolvimento do Alentejo. Tudo se reduz a “novas quimeras de ouro” e a uma nova bandeira do PCP. Nem se dá ao trabalho de se informar porque saberia então que, sem prejuízo de legítimas aspirações e tomadas de posição regionais, o PCP aguarda pelos estudos que o Governo decidiu mandar efectuar. Nem lhe passa pela cabeça que o objectivo do eventual aeroporto de Rio Frio não é a “ilusão de atrair hordas de turistas ao litoral alentejano e a terras como Évora ou Estremoz” mas promover um investimento que potencie o aparecimento de um conjunto de actividades diversificadas geradoras de desenvolvimento e de emprego. E se fosse intelectualmente sério saberia que toda a estratégia de desenvolvimento turístico que o PCP, as autarquias e as Comissões Regionais de Turismo defendem para o Alentejo é um turismo de qualidade, cultural e assente particularmente nas valias patrimoniais, paisagísticas e gastronómicas da região sem menosprezo por um turismo de sol e praia que o litoral permite.

MST pode ficar descansado. Não está comprometido o seu descanso de fim-de-semana, no seu monte alentejano, cercado pelos “grandes espaços, a paisagem de montado, as pequenas cidades e vilas inteligentemente organizadas, a preservação da sua arquitectura tradicional e a sua qualidade de vida, que é feita de espaço, de silêncio e de vida”. Aí poderá continuar a exercer o seu múnus sacerdotal, sentindo-se paternalisticamente realizado na relação que estabelece com os seus caseiros, nos dedos de conversa que vai dando com esse povo ignaro, idoso e imóvel, sempre que vai à vila abastecer-se e à venda tomar uma proletária cerveja. E aí poderá continuar rodeado das figuras públicas amigas, que partilham do seu mundo comunicacional, olhando para os grandes espaços vazios de emprego mas cheios dos guerreiros de fim-de-semana que fugindo às batalhas stressantes da grande metrópole buscam o Alentejo, nos seus Land-Rovers e nas suas ricas vestes extraídas das páginas da revista do Expresso ou de outras revistas de modas.

Mas, por favor, deixem o Alentejo e os Alentejanos pensarem pela sua cabeça, terem as suas opções e apostarem num desenvolvimento sustentado, que aproveite as terras, diversifique a base produtiva, crie emprego e não os obrigue a migrar, seja para Lisboa seja para o estrangeiro. Há espaço suficiente para todos. Não é necessário apostar na transformação do Alentejo num museu eco-rural, na desertificação da paisagem humana e na emigração dos alentejanos para que os guerreiros do betão e do asfalto tenham o seu descanso de fim-de-semana assegurado. E libertem-se dessa cegueira anticomunista.



Trabalho a tempo parcial Novo assalto aos direitos de quem trabalha

■ J. M. Costa Feijão*

Nos dias de hoje, a comunicação social da classe dominante promove sucessivas campanhas em prol das virtudes e potencialidades da chamada "sociedade da informação", procurando alimentar a pueril crença numa planetária e transparente circulação da comunicação na "aldeia global" onde os bosquímanos do deserto da Namíbia encomendam, via internet, os bifés de avestruz a um hipermercado de Windhoek e os índios xingú do Brasil acompanham pelo telefone celular as cotações na bolsa de Londres.

Os exemplos caricaturais dos argumentos-mercadoria dos adoradores do novo bezerro de ouro neste fim de século, se por um lado despertam o sorriso de um observador atento, não são de menosprezar quando repetidamente inculcados numa consciência social pouco esclarecida onde o culto da realidade virtual se torna alienante.

Se reflectirmos sobre o conteúdo das mensagens que quotidianamente nos chegam, e se tivermos o cuidado de exercitar a memória, cedo constatamos a manipulação da informação difundida. Não há censura, mas existem calculados silêncios. Os títulos da imprensa inva-

suma, trata-se de um conjunto de questões transcendentes que irão mergulhar o País numa "preocupante incerteza". Por ora, a agenda está pobre mas, com mais uns escândalos de corrupção e uns arquivamentos de processos, pode ser que se componha.

Saquetas laborais

Vem tudo isto a propósito da apreciação pública à Proposta de Lei 202/VII do Governo que visa generalizar a prática do trabalho a tempo parcial no nosso país.

Vejamos o que se pretende nesta manobra concertada entre Governo e Patronato, visando preparar para o século XXI uma geração sem direitos:

1. Inicialmente, a promoção do trabalho a tempo parcial irá afectar sobretudo os jovens à procura do primeiro emprego e em situação de desempregados.

E o patronato, apoiado pelo Governo, irá contar com a concessão de incentivos à contratação de trabalhadores a tempo parcial, através da isenção total ou parcial do pagamento de contribuições e da taxa contributiva à Segurança Social.

2. Posteriormente, a aplicação do regime de trabalho a tempo parcial, irá igualmente afectar, na prática, os trabalhadores abrangidos por contrato de trabalho sem termo e a termo certo ou incerto, em regime de trabalho a tempo completo.

E os empresários tudo farão para que os trabalhadores contratados a tempo inteiro aceitem passar ao regime de trabalho a tempo parcial e, nos casos em que sintam resistên-



lho, também o trabalho a tempo parcial, caso a Proposta do Governo PS seja convertida em Lei, tenderá a substituir o trabalho a tempo completo.

3. A partilha dos postos de trabalho põe em causa o direito ao trabalho e à segurança no emprego e descaracteriza o contrato individual de trabalho.

- Implica a partilha do posto de trabalho que passará a ser ocupado por dois trabalhadores a tempo parcial.

- Permite que o patronato, consumada a partilha do posto de trabalho a tempo inteiro e em regime de trabalho sem termo, possa celebrar novo contrato a tempo parcial, mas de vínculo precário.

- Inviabiliza a compatibilização entre a actividade profissional e a vida familiar do trabalhador, na medida em que desaparece do contrato a regularidade e a estabilidade relativa do horário de trabalho.

4. Independentemente do número de horas de trabalho a tempo parcial que venha a ser ajustado, permite ao patronato impor ao trabalhador:

- A prestação de trabalho apenas em alguns dias da semana.

- A diversificação semanal do período normal de trabalho, podendo ter duração desigual em cada semana.

- A prestação de trabalho suplementar até 80 horas por ano, mas que poderá prolongar-se até ao limite de 200 horas por ano, mediante acordo do trabalhador.

De tudo isto resulta que o trabalhador fica privado de praticar um horário de trabalho que lhe permita

organizar e gerir a sua vida particular e familiar, incluindo a vertente profissional.

Com efeito, sempre que um trabalhador a tempo parcial pretenda prestar a mesma ou outra actividade profissional ao serviço de uma segunda entidade empregadora, jamais poderá assumir tal compromisso contratual.



Sabendo a hora de ingresso no serviço, nunca terá a certeza sobre o termo da jornada diária de trabalho (flexibilidade, trabalho suplementar), nem se auferem os dias de descanso semanal, em particular o sábado e o domingo.

5. Impõe a redução da retribuição que será proporcional ao período de trabalho a tempo parcial.

Como este poderá variar entre 20% e 75% da duração normal de trabalho a tempo completo, e sendo o patronato a estabelecer os horários de trabalho, o princípio constitucional que garante o direito a uma retribuição para uma existência condigna está, no mínimo, seriamente ameaçado.

As prestações retributivas e o subsídio de refeição, na prestação de trabalho a tempo completo, deixarão, na sua maioria, de ser auferidos pelos trabalhadores a tempo parcial.

Por esta via, os trabalhadores sofrerão uma dupla penalização a nível retributivo, o que irá projectar-se negativamente no seu direito ao trabalho.

6. Estabelece um critério injusto, favorável ao patronato, na concessão de incentivos à alteração do tempo de trabalho, à contratação de trabalhadores para partilha e criação de postos de trabalho.

Com reflexos muito negativos no orçamento da Segurança Social, o Governo do PS propõe-se conceder ao patronato largos milhares de contos, na medida em que serão isentos, total ou parcialmente, do pagamento de contribuições e da taxa contributiva à Segurança Social, em função de contratos de trabalho celebrados a tempo parcial, respectivamente sem termo ou a termo.

Já no tocante ao trabalhador, prevê-se, apenas, uma dedução de 6% na taxa contributiva de 11%, sem qualquer expressão relativamente às reais vantagens concedidas.

7. Um maior agravamento da situação de descapitalização da Segurança Social resultará, sem dúvida, do volume e natureza dos incentivos que serão concedidos ao

patronato, nos termos previstos na Proposta de Lei:

- Largos milhares de contos que, por lei, constituem encargo do patronato, deixarão de entrar nos cofres da Segurança Social, por períodos de 24 e 36 meses.

- Prevê-se o direito ao pagamento de subsídio de desemprego parcial aos trabalhadores contratados a tempo parcial, desde que o valor da remuneração seja inferior ao do subsídio de desemprego e a duração do trabalho a tempo parcial seja superior a 20% do período normal de trabalho a tempo completo.

- O Orçamento da Segurança Social é seriamente agravado pela diminuição de contribuições, tendo ainda que suportar o pagamento do subsídio de desemprego parcial.

A Proposta de Lei do Governo do Partido Socialista apenas serve ao Patronato!

Defendendo uma "piedosa partilha do pão", a Proposta de Lei 202/VII do Governo, acelera a política de engorda dos empresários, carrega-os de benefícios e proporciona-lhes melhores condições de exploração do trabalho.

Compromete-se intencionalmente o futuro da Segurança Social, reduzindo-lhe as contribuições do patronato.

As cristianíssimas "preocupações com a política da Família" que alimentaram o conveniente discurso humanista de campanha eleitoral, são rapidamente mandadas para as malvas, face às "exigências do mercado".

E as camadas jovens que se aprestam para entrar no mundo do trabalho, são antecipadamente despojadas de direitos duramente conquistados pelo movimento operário e sindical dos últimos cem anos.

Se uma tal estratégia e tais medidas traduzem uma "política de esquerda", dum Governo socialista, ocorre perguntar: "O que será uma política de direita?"

* Membro da Direcção da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos.



Saúde Urge acabar com clima de suspeição

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) e a FEQUIFA (actualmente FEQUIMETAL, resultado da fusão da Federação dos Sindicatos da Química e Farmacéutica com a Federação Metalúrgica, Metalomecânica e Minas) divulgaram recentemente uma declaração conjunta em que exigem das entidades competentes a tomada de medidas que ponham fim ao clima de suspensão generalizada que tem vindo a envolver os médicos e os profissionais de informação médica. Pelo interesse de que se reveste a matéria, transcrevemos de seguida o texto da referida Declaração:

«Após vários meses em que foram divulgadas, para a opinião pública, múltiplas ocorrências em torno da publicidade, promoção de medicamentos e de relações duvidosas, a FEQUIFA e a FNAM consideram indispensável emitir, neste momento, uma declaração conjunta em torno destas matérias.

«Toma-se importante exigir, que as entidades com competência legal para investigar e proceder em matérias desta natureza, tenham uma intervenção séria, fundamentada e célere no apuramento de factos objectivos, de modo a pôr termo a um clima de suspeição generalizada em que se tem pretendido envolver quer os médicos quer os profissionais de informação médica.

«Impõe-se uma clara e inequívoca clarificação desta situação, sendo absolutamente criticável a intervenção das entidades oficiais, designadamente do Ministério da Saúde, que têm optado por medidas de alcance muito limitado e de duvidosa eficácia, face aos complexos jogos de interesses e de influências económicas que caracterizam a essência deste problema.

«Na sequência de diversos contactos realizados, a FEQUIFA (Federação dos Sindicatos da Química e Farmacéutica) e a FNAM (Federação Nacional dos Médicos) decidiram tornar pública a seguinte declaração comum:

1. Expressam a sua exigência de uma rápida clarificação do clima de suspeição generalizada que, sem prévio apuramento de factos concretos, tem sido persistentemente utilizado para denegrir a imagem pública e o prestígio de sectores profissionais, como os delegados de informação médica e os médicos.

2. Exigem que sejam tomadas medidas urgentes, que tornem totalmente transparente o circuito de comercialização dos medicamentos, envolvendo laboratórios, empresas importadoras de medicamentos, armazéns e farmácias.

3. Denunciam a generalização de formas de emprego precário e de total fragilização dos vínculos laborais, em particular a nível dos delegados de informação médica, que tem permitido uma absoluta discricionariedade de métodos de abordagem na promoção de medicamentos e uma feroz competição, sem regras e sem princípios éticos, entre as empresas (nacionais e multinacionais) farmacéuticas.

4. Exigem que o Ministério da Saúde desenvolva e implemente todos os mecanismos indispensáveis para um correcto uso dos medicamentos, designadamente a adopção de um

Formulário Nacional de Medicamentos e a garantia de funcionamento do Conselho Nacional de Publicidade dos Medicamentos.

5. Consideram que o desenvolvimento de uma política de saúde sustentada e virada para a satisfação das necessidades dos cidadãos, tem de incluir, inevitavelmente, uma efectiva política de medicamentos, em que estes sejam considerados instrumentos de saúde e não meros produtos de consumo.

6. O Estado deve assumir as suas obrigações e responsabilidades na formação médica contínua e definir regras objectivas e transparentes para quaisquer apoios que a indústria farmacéutica venha a prestar. Deste modo, seriam fortemente limitadas potenciais relações promíscuas ou duvidosas entre os vários intervenientes.

7. Consideram urgente a consagração e reconhecimento legal do Código de Ética Profissional da Informação Médica, como um importante e decisivo instrumento, que impossibilite a arbitrariedade de métodos de promoção dos medicamentos e de abordagem dos médicos, impostos pelas empresas farmacéuticas aos profissionais ao seu serviço.

8. A FEQUIFA e a FNAM expressam a sua firme disposição em cooperar em todas as situações que afectem o relacionamento entre as respectivas classes profissionais e de recolocar o referido relacionamento no nível de grande cordialidade que o caracterizava há alguns anos.

9. A FEQUIFA e a FNAM manifestam a sua total determinação em contribuir para o reforço e dinamização do S. N. S., como garante do acesso aos cuidados de saúde, por todos os cidadãos portugueses.»

riavelmente não correspondem à informação contida nos textos, e são uma das técnicas de venda dos periódicos ou da conquista de audiências.

Informar, desinformar e formar opinião são poderosas armas do poder político que cedo descobriu a eficácia deste meio de acção sobre a consciência social das massas.

O Orçamento (de aprovação pré-anunciada), não dá muito como tema de entretenimento - a estabilidade política está assegurada pela direita convencional, resta-nos saber se as eleições serão antecipadas, se o autarca da Figueira vai ou não abandonar a vida política. Em

O tema não constitui título de primeira página na comunicação social, é matéria que não vende e, dados os interesses em jogo, quanto menos se falar disso tanto melhor. Já lá vão os tempos de frontais assaltos aos direitos de quem trabalha que só despertavam energias mobilizadoras nas massas populares.

Hoje, a ofensiva continua, mas os pacotes laborais do cavaquismo deram lugar à política das "saquetas laborais" da governação PS. Medidas aparentemente avulsas, misturadas com algumas cenouras penduradas na ponta do pau, e articuladas com outras que aguardam melhor oportunidade.

Não podemos esquecer que foi, mediante o accionamento de tais mecanismos, que as entidades patronais converteram milhares de contratos de trabalho sem termo em contratos a termo certo e incerto.

Assim como a precariedade dos vínculos contratuais substituiu, com graves custos para os trabalhadores, a estabilidade dos contratos de traba-

Manoel de Lencastre

Proféticas palavras do presidente do Fundo Monetário Internacional

“Uma crise no centro de outra crise”

O capitalismo e as suas mil cabeças estão a mobilizar todas as forças disponíveis na luta pela fuga à crise total. Todo o sistema se encontra ameaçado. A sua sobrevivência acha-se em perigo sério. Enquanto o Federal Reserve Bank vai fazendo baixar as taxas de juro, quase monotonamente, os especialistas de Wall Street, segredam: “Alan Greenspan, o presidente do Fed, sabe coisas que mais ninguém conhece...” Naturalmente, ele está de posse de elementos sobre a situação económica mundial e sobre as finanças dos principais Bancos. Por isso, não lhe escapa o conhecimento de que a crise mundial, que apenas se divisa, será a mais catastrófica desde os dias negros do grande “crash” de 1929 que, agora, todos recordam.

As monumentais perdas sustentadas pelo mundo dos investimentos especulativos que se havia lançado ao ataque à Rússia e aos países asiáticos e fez as malas para partir do Brasil, cobardemente, já pertencem à história dos desenvolvimentos relativamente recentes. A crise, agora, como se esperava, surge de outros sectores muito mais sensíveis e começa a tomar os países e os povos num temível abraço. Anuncia-se a estagnação e o declínio da economia produtiva global, a quebra do consumo. O fantasma do desemprego em massa, que nunca deixara de estar presente, a perspectiva da miséria e da fome, o terror que será filho de turbulências e revoltas nada difíceis de descobrir no horizonte, gera o medo em todo o sistema. Por isso, todos os homens, todas as mulheres do capitalismo se lançaram ao trabalho na defesa dos seus queridos privilégios. O terror dos nossos dias adivinha-se nas proféticas palavras do presidente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus (11.11.1998): “Sabíamos que o declínio da economia japonesa – uma crise no centro de outra crise – se agravaria...”

Corrida às trincheiras

Esta crise no centro de outra é o que os preocupa e faz tremer. Quais foram as medidas tomadas durante as últimas semanas para que toda a fantasmagórica e suja vida do capitalismo passasse a dar a impressão de que se caminha para a normalidade?

1. Com todas as cautelas, acionaram os mecanismos das taxas de juros (continuam a fazê-lo) provocando baixas em quase todos os países. O objectivo era e é o estímulo à verdadeira economia global, a fuga à estagnação e à perspectiva de aumentos dramáticos do desemprego nos países das chamadas democracias industrializadas.

2. Correram às “trincheiras” onde se combate mais decisivamente para evitar a falência de algum dos grandes bancos ameaçados ou o deslize do Brasil, de toda a América Latina, na desintegração económica, no caos.

3. Exigiram do Japão mais “pacotes” de medidas financeiras para a salvação dos bancos e a reactivação do mercado interno. Insistiram, igualmente, pela modernização (?) da economia nipónica e pela abertura dos seus mercados, sem barreiras alfandegárias, aos produtos e aos serviços dos países ocidentais.

4. Desviaram 90 000 milhões de dólares para os cofres vazios do FMI que já não davam resposta aos angustiosos pedidos de auxílio vindos de países náufragos em todos os oceanos, em todas as latitudes.

5. Com este dinheiro, o FMI pagará ao Brasil uma prestação do empréstimo (9000 milhões em Dezembro). E todo o mundo julgará que a salvação terá sido conseguida. As pequenas economias a que o FMI anda a proceder para fazer render o dinheiro que os paí-



ses seus controladores emprestaram com tanta relutância, parecem-nos ridículas.

6. Ameaçaram a China, exigindo a diminuição das suas exportações para os Estados Unidos e para os restantes países de economia capitalista (de mercado).

7. Estimularam os especuladores profissionais e permitiram-lhes a realização de múltiplas manobras de combinação na venda e na compra de títulos, de acções, de valores cambiais em todas as bolsas de valores mundiais para poderem dar a impressão de que o declínio dos preços tinha sido suscitado e de que a reconstrução dos mercados estava em curso.

As grandes figuras individuais e colectivas que estiveram na base de toda a arquitectura económica-financeira com que se pretende fugir à derrocada do império dos impérios, o do capitalismo, foram: Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve Board; o secretário do Tesouro do governo dos Estados Unidos, Robert Rubin e o seu imediato, Lawrence Summers; o presidente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus; o Banco Mundial; Andrew Crockett, do Banco de Pagamentos Internacionais, o Inter-American Development Bank; o presidente do Banco Central brasileiro, Gustavo Franco; o governador do Banco de França, Claude Trichet; o ministro das Finanças do Japão, Kiichi Miyazawa; o governador do Banco de Israel, Jacob Frenkel, o governador do Banco de Ingla-

O Brasil “está” salvo

O empréstimo que o governo do Brasil conseguiu negociar e ver confirmado contra uma carta de intenções que promete o agravamento brutal da situação do povo brasileiro, pode “salvar” o país da falência imediata mas não o livra das turbulências que o atingirão como resultado de factores externos.

Toda a imprensa brasileira embandeirou em arco ao anunciar a grande vitória do empréstimo de 41 000 milhões de dólares. E, em Washington, Bill Clinton declarou: “Um Brasil forte significa que os Estados Unidos ficam também mais fortes.” Tudo isto por causa de um empréstimo. Não se vê na transacção uma base de realismo. Porque os fantasmas que, agora, parecem receder, voltarão, de certeza, e atormentarão, mais ainda, a existência de todos os brasileiros, de todas as brasileiras. A “Torre de Babel” que os mantém no universo da fantasia ruirá.

O Brasil já perdera, desde Agosto, mais de 25 000 milhões de dólares devido aos concentrados assaltos dos especuladores sobre as suas reservas. A meio de Outubro, o saque registava a média de 600 milhões por dia. Mas as autoridades brasileiras que enganaram o país, descaradamente, para fazerem reeleger o presidente, justificaram-se:

“Que mal existe nisso? Ainda ontem entraram 850 milhões como resultado da compra de um banco brasileiro por um banco espanhol...”

Quem vive de empréstimos...

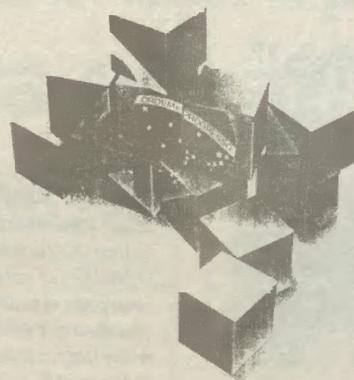
Nem todos os dias, evidentemente, entram 850 milhões de dólares na Tesouraria da República do Brasil. Por isso, o empréstimo era a última oportunidade para que o país se salvasse da desvalorização e da falência. Numa economia de troca de dinheiro por menos dinheiro, de endividamento permanente e da cedência normal de bons valores nacionais a favor de interesses estrangeiros, é legítimo perguntar: para onde vai o Brasil? Não há ninguém que desconheça a resposta.

O empréstimo dos 41 000 milhões foi subscrito pelos seguintes:

Fundo Monetário Internacional (F.M.I.)	18 000 milhões;
Banco Mundial	4 500 "
Banco Inter-Americano de Desenvolvimento	4 500 "
Banco de Pagamentos Internacionais	14 500 "
(com garantias tomadas por diversos países)	41 500 "

As garantias ao banco de Pagamentos Internacionais foram assinadas por 20 países.

Assim, a Grã-Bretanha “ficou” por 1250 milhões, os Estados Unidos por 5000 milhões e os países da chamada União Europeia, entre os quais Portugal, por 6250 milhões. O Banco em questão subscreveu a diferença.



Este empréstimo, que mobilizou as mais altas estruturas do capitalismo para “salvar” o Brasil, voltou a colocar a nível precário as disponibilidades do FMI. A verdade é que, nas condições de caos financeiro em que o mundo está a afundar-se, o FMI deixou de ter possibilidades de assegurar as funções para que o criaram. Só falta, agora, quem lhe feche o caixa...

O “salvamento” do Brasil foi o quinto a que o FMI presidiu desde o incêndio generalizado que se iniciou com a chamada crise asiática. Em Outubro de 1997, a Indonésia levantou 42 000 milhões de dólares; a Coreia do Sul, em Dezembro, 21 000 milhões; a Tailândia, em

Agosto deste ano, 17 000 milhões; a Rússia, em Julho, 22 600 milhões (só entregues em parte por falta de liquidez do próprio FMI). Para onde foram todas estas montanhas de dinheiro? A resposta só pode ser uma: caíram no poço sem fundo onde irá tombar, também, o líquido produto do empréstimo brasileiro. E todos, menos os chacais que operam ao anoitecer da conjuntura, continuarão a discutir o aprofundamento da crise brasileira.

A dívida brasileira não tem fim...

A contrapartida oferecida pelo governo de Brasília envolve garantias de que não desvalorizará o Real (logo, não exportará em excesso e não tornará mais onerosas as importações); porá em prática durante os próximos três anos um programa de austeridade fiscal draconiana com vista a conseguir uma mais firme disciplina monetária e mais estabilidade económica; o Brasil garantirá, igualmente, que abrirá os seus mercados, mais ainda, aos interesses dos países que tornaram possível o empréstimo “salvador”.

Entretanto, os bancos comerciais americanos, tal como os de todos os outros países, abstiveram-se de participar na gigantesca operação. Segundo eles próprios disseram, já lá têm muito dinheiro “enterrado”. Os principais credores do Brasil, entre os bancos da Wall Street, são:

1. Chase Manhattan Bank	3 800 milhões de dólares;
2. J. P. Morgan	2 200 "
3. Bank America	3 300 "
4. Bank Boston	1 700 "
	<u>11 000 "</u>

Todas estas “instituições” e muitas outras (fundos mútuos e bancos de investimentos) serão as primeiras a cair sobre a mesa do banquete logo que as primeiras prestações do empréstimo sejam servidas. Em certos casos, porém, o dinheiro nem sequer sairá da sua origem. Ficará retido para cobertura de garantias, adiantamentos, operações múltiplas a curto prazo a que o governo Cardoso teve de recorrer, interinamente.

Para reflectir...

História cómico-trágica de um bancorosso

Palavras de Vladimir Grochev, presidente do Conselho Fiscal e um dos principais accionistas do JSB Incombank com sede no N.º 4 da Praça Slavinskaja, em Moscovo (texto publicado em Junho na revista “World Finance”):

“O Incombank está a festejar o seu 10.º aniversário. É um banco comercial privado. Evoluiu a partir do esforço de um pequeno número de entusiastas e tornou-se na primeira instituição bancária do nosso país. Controla 5% do total dos valores

activos do sector bancário e serve quase 5% de todo o comércio russo.

“Em 1989, nasciam cooperativas em toda a antiga URSS, um movimento que abriu as portas à legalização e ao desenvolvimento da iniciativa privada. Criou-se um clima favorável à abertura de Bancos comerciais. Foi o voltar de uma página na história de um país que durante 70 anos tinha construído uma sociedade ilusória de completa igualdade e prosperidade.

“Nessa altura, eu era reitor do antigo Instituto Plekanov para as Ciências Económicas, em Moscovo, agora a Academia Plekanov. Esta Academia acabou por ser a primeira accionista do nosso Banco. Seguiu-se-lhe a própria Câmara de Moscovo. Depois, surgiram outros accionistas-fundadores.

“O banco, como seria de esperar, viu-se confrontado com a oposição dos parlamentos da antiga URSS. Alguns deputados e o presidente do Soviete Supremo da Federação Russa estavam dispostos a aceitar que o Incombank se transformasse numa das principais instituições bancárias russas desde que se submetesse à sua direcção. Isto, para nós, era inaceitável. O Incombank foi para a frente, porém, contando apenas com os seus próprios recursos.

“Contratámos um grande número de técnicos do Vnecheconombank da URSS e lançamo-nos no financiamento de negócios de import-export. Começámos a treinar pessoal em programas e tecnologias das actividades bancárias internacionais. Em 1991, tínhamos o nosso próprio centro de processamento de dados. Abrimos filiais em todas as principais regiões da Rússia.

“Já realizámos, com total êxito, sete campanhas de subscrição

de acções do nosso banco. O nosso sistema de operações é similar ao do Deutsche Bank, ainda que não tão vasto, por enquanto. Hoje, o número de accionistas do nosso banco é vasto e variado. Tanto o “European Bank for Reconstruction and Development” como a Gazprom, a principal companhia russa produtora de gás, são nossos accionistas.

“Olhamos o futuro, confiantemente, e vemos que o objectivo de fazer do nosso Banco uma instituição universalmente poderosa em termos financeiros, está realizado.”

Palavras de “The Daily Telegraph”, de Londres, publicadas no passado dia 30 de Outubro:

“O Banco da Rússia retirou ontem a licença para o exercício de actividades bancárias ao segundo banco comercial do país porque se encontra, efectivamente, falido. Ao Incombank vão ser confiscados todos os seus valores e todas as suas propriedades para que da venda respectiva se realize dinheiro a fim de pagar alguma coisa aos credores.”

Comunicado do Banco Central da Federação Russa: “O Incombank dissipou, totalmente, o seu próprio capital e violou todas as regras da economia. Nenhuma das opções de reestruturação propostas nos pareceu viável.”

Segundo nos informam, foi nomeada uma comissão para administrar e liquidar tudo o que resta da “grande instituição universalmente poderosa”. Tudo o que foi confiscado será posto em leilão. E Vladimir Vinogradov, presidente do Conselho de Administração e um dos principais “businessmen” do país, apresentou a demissão.

Com toda a franqueza, não sabemos se devemos rir ou chorar...

Falências na China

Tremores de terra financeiros, depois das devastadoras e dramáticas cheias que se verificaram durante o Verão, assolam a República Popular da China. A falência da GITIC (Guangdong International Trust & Investment Corporation) foi a primeira que se registou no país desde a chegada dos comunistas ao poder em 1949. É um facto que não pode deixar de registar-se com alguma perplexidade.

Agora, os credores daquela companhia financeira olham para Pequim, na esperança de que o governo chinês dê cobertura aos prejuízos da “Guangdong”. Mas já se observa que as dívidas de outros bancos e de numerosas empresas que pediram emprestado à banca internacional (Estados Unidos, Europa, Japão) são muito superiores às estimativas conhecidas. Só as companhias chinesas estabelecidas em Hong Kong, mas controladas pelo governo de Pequim, devem 13 350 milhões de dólares...

A “Guangdong” atraía a simpatia dos bancos internacionais devido às suas atitudes de distanciamento relativamente ao governo chinês e ao Partido Comunista. Supunha-se, também, que as autoridades provinciais assumissem a responsabilidade pelas dívidas acumuladas. Mas nada disso se verificou e a falência da importante companhia de investimentos entrou na ordem do dia.

Entre os bancos globais credores da “Guangdong” contam-se os seguintes: Crédit Suisse First Boston, Commerzbank, Dai-ichi Kangyo Bank, Dresdner Bank, Sakura Bank, Fuji Bank, Sumitomo Bank, Société Générale, Westdeutsche Landesbank. O maior, porém, é o UBS (Union de Banque Suisse), cujos créditos ascendem a muitas centenas de milhões de dólares.

A economia chinesa está a dar sinais de contracção. O seu comportamento não pode deixar de reflectir a dramática situação económico-financeira que se vive em toda a Ásia. Em Setembro, as exportações chinesas tinham diminuído em 6,7% relativamente aos números de 1997. Devido ao febril sobreinvestimento que se verificou a partir de 1990 em diversos sectores da indústria ligeira cuja produção se dirige ao mercado de exportação e ao consumo interno rápido, as indústrias básicas chinesas estão a trabalhar a metade da sua capacidade.

Os empréstimos levantados nos bancos por numerosas companhias que os não pagaram, representam 30% do PIB chinês – uma situação que se diz ser pior ainda do que a do Japão. Por outro lado, certos meios que se afirmam bem informados declaram que todos os capitais depositados pelo povo chinês nos bancos, como poupanças, teriam sido dissipados em operações de investimento ruinsas”.

Incombank's Top Management

INKOM BANK

Top Shareholders

Top Clients

"Uma crise no centro de outra crise"



No mundo dos bancos

1. O presidente do ING Barings, Banco de investimentos sediado na Holanda, Marinus Minderhoud, apresentou a demissão do seu cargo por não lhe ser possível defender os maus resultados da «instituição» a que tem presidido. O ING surgiu no mercado em consequência da junção do Postbank com o NMB e da aquisição, pelo preço de um libra, apenas, dos salvados do histórico Baring Bros., de Londres.

2. O Citigroup, resultado da fundação recente do Citibank com o Travellers Group, anunciou que está a preparar o despedimento de 8000 dos seus funcionários.

3. O Merrill Lynch, o segundo maior Banco de investimentos do mundo, também vai despedir 3400 dos seus empregados.

4. O Bank America, o mais importante de todos os que se dedicam ao mercado consumidor nos Estados Unidos (clientes individuais), perdeu 1,4 mil milhões de dólares como resultado do seu envolvimento com a firma de corretores D. E. Shaw. Entretanto, para salvar outros créditos junto dessa firma, teve de lá «meter» mais 20 000 milhões – ou sustentaria prejuízos inaceitáveis que poderiam colocar em risco a sua sobrevivência; numa palavra: viu-se forçado a deitar dinheiro bom na fogueira do dinheiro envenenado.

5. O Daiwa Europe Bank (japonês) foi posto à venda por 200 milhões de dólares. Os seus proprietários (Daiwa Securities) disseram que, a partir de agora, fazem as malas e partem para onde nunca deveriam ter saído – o império do Sol nascente.

6. Segundo o Financial Times (16.10.98) todos os grandes Bancos americanos estão a sofrer perdas em alta escala no mercado dos empréstimos contra hipotecas de propriedades; a seu tempo saberemos até que alturas se elevarão tais prejuízos.

7. Os bancos do Golfo Pérsico não escapam ao vendaval que está a atingir toda a indústria bancária global. Em todos os meios da alta finança internacional segreda-se a falta de liquidez dos bancos da Arábia Saudita, do Qatar, do Oman...

8. O J.P. Morgan, um dos «leaders» no mercado dos investimentos especulativos, está a procurar, com alguma urgência, eliminar departamentos onde a sua actividade fora feérica mas que só deram despesas. As perdas registadas em investimentos nos «hedge funds» (opções e futuros) ultrapassam os 900 milhões de dólares.

9. Do Nomura, do Lehman Bros. e do Bankers Trust (à beira da catástrofe) diremos alguma coisa numa próxima oportunidade...

Tudo isto, e muito mais, quando se estão a celebrar 200 anos após a chegada do pai da indústria dos bancos, Nathan Mayer Rothschild, a Manchester. Viera de Frankfurt com os bolsos a abarrotar de cartas de crédito para tentar a sua sorte em investimentos na indústria têxtil. Nessa altura, aquele que seria o seu principal concorrente na City, Francis Baring, era já um magnata que financiava países mas não tinha apreciado o potencial das indústrias que surgiam, como cogumelos, em toda a Grã-Bretanha. Nasceu uma histórica rivalidade entre as duas casas. O judeu de Frankfurt prosperou, mais ainda, e fez um bom casamento. Mudou-se para New Court, na City. E o poeta Byron, que não se mostrava indiferente às coisas do seu tempo económico-financeiro, escreveria: «O judeu Rothschild e o seu colega Baring, o cristão, controlam o destino do mundo.»

EM FOCO

Património Cultural Uma discussão sem fronteiras

No quadro do «Portugal 2000 – Debates para uma política de esquerda», realizou-se no passado sábado um encontro subordinado ao tema «Património cultural e identidade». O debate, a que voltaremos em próxima edição, teve como ponto de partida um documento apresentado pela célula do Património Cultural e Natural do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa do PCP, que a seguir se transcreve.

«A realização deste encontro assume grande actualidade pelo que encerra de matéria para uma discussão sem fronteiras.

Partimos da dura realidade. É uma evidência que os portugueses chegam ao fim do milénio com um Património Histórico-Cultural (tanto erudito como regional) ainda riquíssimo, por certo, mas em estado de franca desagregação.



Todos nós, técnicos de conservação, historiadores, gestores de património, autarcas, cidadãos conscientes, ou políticos, conhecemos os factos:

1) os centros históricos resistem mal à pressão urbanística desqualificada e à cega especulação imobiliária sem que haja efectivos factores de controlo político dessa situação;

2) os monumentos (mesmo os que estão oficialmente classificados) degradam-se sem que exista uma frente de técnicos de prevenção e restauro tão numerosa quanto apetrechada de meios científicos para enfrentarem as suas cicatrizes;

3) os museus lutam com falta de verbas para salvaguardar os seus espaços e as suas colecções em condições cultural e socialmente qualificantes;

4) as peças móveis (imagens, talha, pinturas, paramentos, livros) continuam a desaparecer das igrejas e das ermidas (e de museus!) sem ao menos haver o mínimo registo descritivo que permita a sua recuperação;

5) O inventário artístico nacional continua sem ser feito (quando era, ou devia ser, a principal prioridade!) por desacerto entre as várias entidades envolvidas;

6) a programada gestão integrada, uma espécie de pacto entre tutelas e poderes, continua sem funcionar, por falta de um pacto patrimonial responsável;

7) a consciência patrimonial, como instância reguladora por parte das comunidades, é hoje muito mais fraca do que em 1980 (quando existiam numerosas ADP's críticas e interventivas), perdendo-se as necessárias sensibilidades aptas para a preservação dessa indisputável herança a legar ao futuro;

8) a identidade entre as questões ambientalistas e patrimoniais, mais do que nunca cruzadas no quotidiano das nossas preocupações, implica acções cívicas abrangentes que não existem, etc., etc., etc.

Não basta apontar o dedo

«É evidente que não basta individualizar culpados, nem esgotar estéreis argumentos como os de apontar o dedo às estruturas do IPPAR, ou do IPM, ou do IPA, ou da DGEMN, ou ao poder autárquico, ou à Igreja Católica, ou às escolas e mestrados de conservação e restauro, ou enfim aos ministérios envolvidos (Cultura, Administração Interna, Finanças, Ambiente), como se cada uma destas entidades fosse a única culpada do que não se fez nem se faz...

«Esse seria um modo improdutivo e irresponsável de fazer política. A defesa do património abrange todas as forças cívicas, sem óbices partidários: é um verdadeiro imperativo nacional. Na verdade, todos têm feito o melhor e o pior, quanto mais não seja por omissão, e tudo o que se faz é insuficiente para melhorar a calamitosa situação descrita.

O que importa, de facto, é exigir uma acção política responsável, conjugada com uma efectiva definição de prioridades e reunião de esforços. Sem clientelismos, nem elitismos, nem demagogia, mas com práticas de trabalho transversal entre entidades. A verdade é que é possível, ainda hoje, imaginar que esse quadro ideal de trabalho pode ser produzido!

O novo impulso a desenvolver nesta área recomenda, por exemplo:

1) melhorar e regulamentar a actual Lei de Bases do Património Cultural, aprovada a 18-XI-1998 em Conselho de Ministros, um documento quanto a nós pouco discutido pelos agentes culturais, e que se nos afigura globalmente mais pobre do que a Lei-Quadro n.º 13/85 (apesar de nunca regulamentada), pelas muitas indefinições que contém em áreas de grande sensibilidade.

2) impor uma estrutura (instituto a criar, com plenos poderes nesse sentido) que articule os esforços de todas as entidades referidas para cumprir o Inventário do Património Nacional segundo um modelo unívoco de registo e informatização;

3) controlar a actividade antiquária com regras definidas de modo a travar a sangria decorrente do tráfico de obras de arte, que hoje vive entre nós, como se sabe, dias de glória;

4) exigir uma interacção ministerial e governativa, assente em contratos-programa e «pactos» com a esfera privada no sentido de conjugar verbas e meios para um trabalho pluridisciplinar de gestão integrada;

5) reforçar o papel da Escola na formação de maior número de quadros técnicos qualificados para a prevenção, a conservação, o restauro, o estudo histórico artístico e laboratorial.

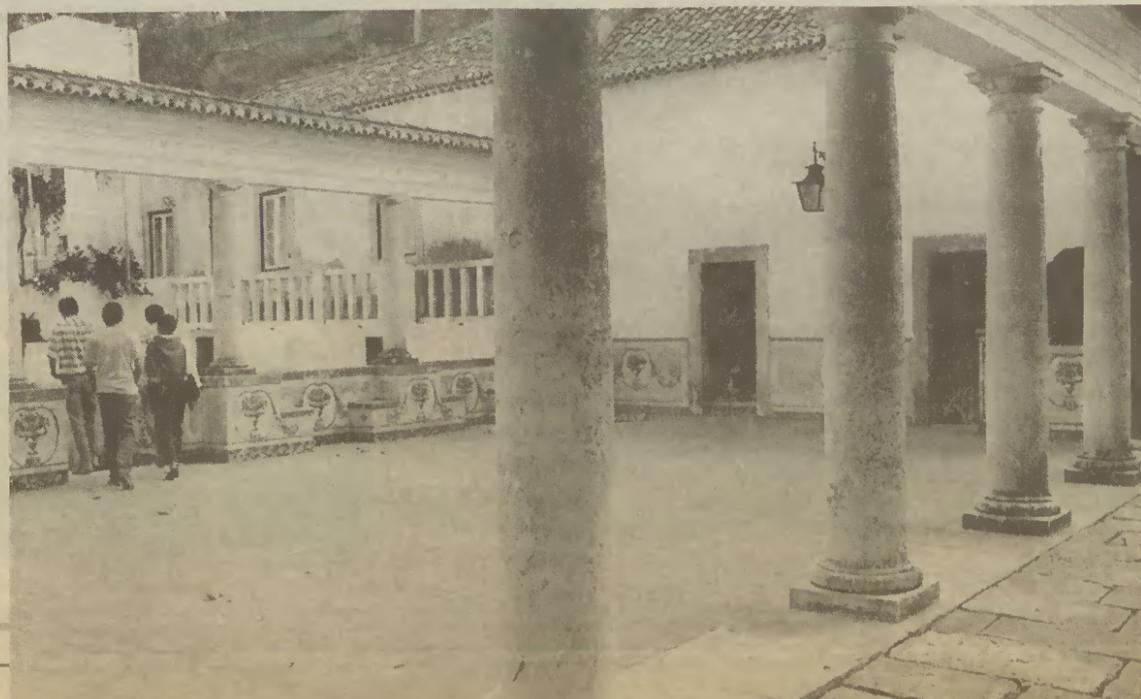
«Mas estas são, todas elas, funções de óbvia dimensão da Política. E, como tal, prioridades nacionais, de resto anunciadas (algumas delas) pelo actual MC há três anos, mas que continuam ainda globalmente incumpridas. Como é evidente, o poder do Estado democrático neste sector é imprescindível. Não se pode abrir mão de verdadeiros imperativos nacionais.»

«É por isso que o debate que hoje se realiza é importante. Diagnostica carências óbvias e permite definir novas tomadas de posição nesta matéria.»

«Resta dizer que, para nós, comunistas, o património do povo português, mais do que memória histórica, é condição social de identidade, provido de dinâmica transformadora. Já era assim entendido em 1917, na Rússia soviética, com as medidas concretas tomadas pelo comissário da Instrução, Anatóli Lunatchárski, em prol de um património riquíssimo, que o czarismo desprezara como instância social. Queremos crer que os não-comunistas partilham, neste sector do Património, de muitas destas nossas convicções.»

«Hoje, as lutas são outras.» «O impacto da integração europeia, a par da desenfreada ofensiva a que assistimos dos valores ultraliberais contra as identidades nacionais, contra a autonomia das regiões e contra elementos direitos, obriga a formas de resistência organizada dos povos.»

«Uma delas, acaso a maior delas, é a defesa do Património e do Ambiente.»



Ferroviários europeus contra privatização do sector

■ Daniel do Rosário

O dia 23 de Novembro pode ter marcado um momento significativo da evolução e diversidade das lutas sindicais num futuro próximo. Pela primeira vez, sindicatos de um mesmo sector realizaram uma acção de paralisação simultânea em diferentes países europeus.

A iniciativa partiu dos sindicatos dos trabalhadores do sector ferroviário de vários países europeus - Bélgica, Grécia, França, Espanha, Luxemburgo e Portugal -, que decretaram a passada segunda-feira como "dia de luta" europeu contra os planos de liberalização do sector apresentados pela Comissão Europeia.

Esta acção de protesto sem precedentes contou ainda com a solidariedade dos sindicatos ferroviários da Itália (onde se realizou uma greve parcial), Alemanha, Áustria, Holanda e Reino Unido, onde foram levadas a cabo diversas manifestações e acções de sensibilização da população. O protesto contou mesmo com o apoio dos sindicatos suíços, apesar deste país não fazer parte da União Europeia.

Na Bélgica e na Grécia a paralisação da circulação foi total, e no primeiro caso teve consequências mesmo para além das suas fronteiras. Em França, país com uma das redes de caminhos-de-ferro mais importantes da Europa, a circulação foi reduzida a um terço, e em Espanha o governo impôs o funcio-

namento de serviços mínimos que cobrissem entre 50 a 75 por cento da circulação habitual, algo que os sindicatos classificaram de desproporcional. Em Portugal e no Luxemburgo realizaram-se greves que duraram duas horas.

A receita do costume

O comissário europeu responsável pelos transportes, o britânico Neil Kinnock, antecipou-se à greve num comunicado em que declarou que as suas propostas visam «a criação de condições competitivas que permitam ao caminho-de-ferro conhecer uma renovação». As propostas da CE tomam como ponto de partida «a perda de 500 mil empregos no sector registada nos últimos 15 anos» e a descida do volume de transportes de carga efectuado, em benefício do transporte rodoviário. Segundo alguns dados, entre 1970 e 1996 a percentagem de carga efectuada pelo caminho-de-ferro no espaço da UE baixou de 32% para 14%. Por isso, defende Kinnock, «ou aceitamos o desafio ou o caminho-de-ferro corre o risco de desaparecer progressivamente».

Assim, de forma pouco original, as soluções da CE acabam por ir bater na tecla do costume, a panaceia da moda: liberalizar. A privatização do trans-

porte de mercadorias deverá abranger, no imediato, 5% do volume total, valor que ascenderá a 25% dentro de dez anos. Tudo com o objectivo de criar condições para que o caminho-de-ferro possa «prosperar e florescer». *A posteriori* voltou à carga, desvalorizando a iniciativa sindical e explicando que o seu objectivo é a aplicação de «medidas de natureza técnica destinadas a melhorar a eficácia do transporte de mercadorias por comboio» e que tal estratégia «não representa uma ameaça para o emprego e pode precisamente contribuir para criar mais emprego».

Naturalmente que quem não se deixa convencer pelas «boas intenções» da Comissão Europeia são os sindicalistas. No rescaldo da acção de luta, a Federação dos Sindicatos dos Transportes na UE identificou as propostas da CE como «medidas orientadas ideologicamente, baseadas numa análise errada e que representam um perigo para os caminhos-de-ferro e o emprego».

Apesar da sensação de *dejá-vu* provocada por esta diferença de opiniões, se dúvidas houvesse sobre os reais efeitos da liberalização, elas são dissipadas por um documento da própria Comissão Europeia - o Livro Branco do transporte ferroviário na UE, apresentado em 1996 -, e onde a determinada altura se pode ler: «É natural que os ferroviários receiem que a reestruturação provoque perdas de emprego. (...) É necessário adoptar, no que diz respeito ao pessoal, políticas que prevejam vastos programas de reciclagem da mão-de-obra dispensada.»

A Federação dos Ferroviários Portugueses, que aderiu à acção europeia, fez um balanço da aplicação de medidas comunitárias ao sector em Portugal durante os últimos 13 anos: elas traduziram-se na supressão de aproximadamente 10 mil postos de trabalho e na eliminação de um terço da rede ferroviária nacional. Às intenções liberalizadoras da CE, que conduzem ao desmembramento e posterior privatização de partes das redes de caminho-de-ferro, ao agravamento dos custos, incremento dos problemas de segurança e desregulamentação laboral, há que responder com a valorização de um serviço que se mantenha público e corresponda aos seus propósitos de servir as populações com serviços de qualidade e preços acessíveis.

Em conferência de imprensa realizada segunda-feira, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, CGTP-IN, divulgou um comunicado, que se transcreve em separado, fazendo o ponto da situação que se vive no sector a nível nacional, e reafirmando o seu empenho na continuação da luta contra as medidas preconizadas pela Comissão Europeia.



Portugal já sofre consequências da política de Bruxelas

1. Portugal tem objectivamente servido de cobaia nas experiências de política ultraliberal da União Europeia, para os caminhos-de-ferro. O «livro branco» da autoria do comissário Neil Kinnock configura-se como um verdadeiro manual de ofensiva contra a indispensável componente social do caminho-de-ferro.

2. Os resultados negativos das experiências ultraliberais nos caminhos-de-ferro traduzem-se, em Portugal, no encerramento de 1/3 da rede ferroviária, no encerramento de centenas de estações, na extinção de cerca de dez mil postos de trabalho, na decuplicação dos prejuízos da CP, que passou de uma média de 5 mil para 50 milhões de contos/ano, sendo os défices acumulados na ordem dos 600 milhões de contos. Esta grave situação financeira não se deve aos custos com os trabalhadores. Se a CP deixasse, durante um ano, de pagar salários aos seus trabalhadores, continuava a ter prejuízos.

3. E se mais não houvesse, bastariam estes resultados, que defraudaram o erário público, para inverter uma política que ajudou

a desertificar o interior do País e contribuiu para aumentar o número de desempregados em Portugal. Mas o caminho escolhido foi o contrário, ou seja, na linha do que está preconizado no «livro branco» do sr. comissário Neil Kinnock, o Governo, num processo bastante obscuro, abriu a exploração ferroviária à iniciativa privada, atribuindo a exploração ferroviária da travessia da ponte 25 de Abril à FERTÁGUS, empresa do grupo Barraqueiro.

4. Dizemos que este concurso é bastante obscuro porque a forma como o mesmo se desenvolveu visou o afastamento da CP na exploração desta nova linha. Este concurso foi lançado para atribuição de uma subconcessão de uma linha concessionada à CP e, por isso, esta não pode concorrer. Depois, após o anúncio do vencedor do concurso, o Governo tomou a iniciativa legislativa de alterar o decreto-lei que estabelece a concessão do transporte ferroviário, para transformar a subconcessão em concessão.

5. Para além das questões do processo, verifica-se agora que esta empresa, irá praticar preços muito superiores aos praticados

pela CP empresa pública. Enquanto nos 28 Km da linha de Sintra os utentes pagam 190 escudos, nos 17 Km da linha explorada pela FERTÁGUS pagarão 440 escudos.

6. É um processo em que o Estado faz os investimentos, os contribuintes pagam esses investimentos através dos seus impostos e esta empresa privada vem cobrar os bilhetes, ou seja, os lucros, num processo em que está assumido no contrato que se a procura não for a prevista, o Estado indemniza esta empresa, ou seja, é um concurso sem riscos.

7. Esta situação é tanto mais grave quando esta empresa que tem uma concessão de 30 anos, pretende admitir para os seus quadros, perante a passividade do Governo, trabalhadores com contratos a prazo, numa clara situação de ilegalidade.

8. Os ferroviários portugueses conhecem o significado da política ultraliberal preconizada no «livro branco» da União Europeia e por isso estão, juntamente com os outros ferroviários europeus, na jornada de luta que hoje se realiza. Jornada de luta que, pelas pri-

meiras informações, está a ter um forte impacto nos diversos países que aderiram à mesma.

9. Em Portugal, tal como se previa, entre as 16 e as 18 horas a esmagadora maioria dos trabalhadores das empresas do sector ferroviário aderiu a esta jornada de luta e, em consequência disso, conforme o pré-aviso de greve, foram suprimidos todos os comboios que tinham a circulação, total ou parcial, no período compreendido entre as 16 e as 17 horas.

10. Hoje foi demonstrado o forte repúdio dos ferroviários europeus contra as políticas da União Europeia para o sector, protesto esse que deve ser tido em conta pelos ministros dos Transportes que se reúnem no próximo dia 30, em Viena.

11. A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, CGTP-IN, reafirma o seu empenho para continuar esta luta caso os ministros dos Transportes assumam como suas as teses preconizadas no «livro branco» do sr. Neil Kinnock.

O jornalismo e o espaço

Conforme foi abundantemente noticiado, iniciou-se esta semana a construção de uma nova estação espacial, desta vez internacional, que terá mais de 200 metros e capacidade para abrigar permanentemente várias tripulações, devendo estar concluída em princípios do século XXI. Falou-se de tudo, começando pela importância deste novo equipamento para um novo grande avanço na investigação espacial, nomeadamente com a hipótese do envio de missões tripuladas a Marte a partir da nova estação, cuja entrada em funcionamento deverá ocorrer não muito depois da desactivação e queda programada da velha estação russa MIR, em serviço contínuo há cerca de duas décadas. Falou-se igualmente do carácter internacional do projecto, onde se frisou devidamente que metade da astronómica soma de biliões de dólares que custará o engenho será financiada pelos EUA, enquanto a Rússia participará com um terço e o restante ficará a cargo de vários outros países. Entretanto, todos os nossos canais de televisão foram mostrando a mesma filmagem

PONTOS CARDEAIS

deste primeiro lançamento que transportou e pôs em órbita a primeira secção da futura estação espacial, colando sempre às imagens um alegre palavrório sobre «a metade do financiamento garantido pelos EUA», sobre o que se diz na NASA quanto à importância deste primeiro lançamento dos 28 previstos para pôr em órbita, peça a peça, a futura estação e etc., etc. Quem ouvisse tudo aquilo e não soubesse identificar o inconfundível foguetão russo a elevar-se do não menos inconfundível cosmódromo de Baikonur, na Ásia Central, julgaria estar a assistir a mais um lançamento da NASA, tão «americana» era a palração dos jornalistas portugueses à volta do acontecimento. Valeu aos espectadores de todos os canais portugueses ouvir, da boca de um próprio responsável da NASA, a informação de que o foguetão era russo, bem como toda a tecnologia lançada para constituir o primeiro módulo da futura estação espacial, frisando o dito responsável que se tratava de uma «honra merecida», dado terem sido os russos os pioneiros a lançar foguetões e homens para o espaço.

Aliás, uma honra merecida mas, sobretudo, nevrálgica para o projecto, dado que a Rússia pode estar uma bandalheira socioeconómica, mas continua a deter toda a tecnologia de construção e manutenção de estações espaciais... Mas o extraordinário disto é que todos os canais televisivos portugueses conseguiram o prodígio de dar uma notícia de inegável importância, elidindo três dos quatro elementos essenciais dessa mesma notícia: o «quem», o «quê» e o «onde». Distráídos, ficaram-se pelo «quando», embrulhando-o meticulosamente em longa conversa de chacha sobre os financiamentos americanos e o «empenho» da NASA no projecto. E andam algumas destas «estrelas» da informação televisiva a dar aulas de jornalismo nas faculdades portuguesas onde, ainda por cima, pavoneiam grandes filosofâncias sobre «isenção»...

As «visões» dos TSD

O secretariado nacional dos TSD (Trabalhadores Social-

-Democratas) acusou esta semana o governo, em comunicado, de «ser incapaz e não ter uma estratégia para manter» as multinacionais em Portugal, reportando-se ao «inopinado» encerramento da fábrica Texas Instruments, na Maia, para o qual entende que «a crise dos semicondutores, só por si, não pode ser a justificação». Embalado no seu requisito, o secretariado nacional dos TSD considerou igualmente que o fecho das fábricas da Texas Instruments, na Maia, da Renault, em Setúbal, e as anunciadas partidas de Portugal da Ford, na Azambuja, da Opel e da Siemens «indicam incapacidade e ausência de uma estratégia do governo para manter as empresas que cá estão a laborar». Mas que «ausência de estratégia»? Então este governo não tem prosseguido - e até com particular afincamento - a «estratégia» seguida durante uma década pelos governos do PSD de pagar carradas de milhões de contos da riqueza nacional para «convencer» as multinacionais a instalarem-se no nosso país? Não têm essas multinacionais recebido, além dos lucros inchados pela exploração da nossa mão-de-obra barata, as inacreditáveis prebendas do Estado português traduzidas por dezenas de milhões de contos em «el contado» e múltiplas isenções? A única coisa que o secretariado nacional dos TSD não enxerga é que o capital multinacional vai sempre, e sem a mínima hesitação, para onde os lucros possam subir ainda mais, como é actualmente o caso, com a profunda depressão dos ex-«tigres-asiáticos» a oferecerem descidas nos custos de pessoal de 40, 60 e até 60% sobre os já miseráveis «gastos» registados até há pouco. Mas o secretariado nacional dos TSD também mia estratégias «à tigre», pelo que expôs, com linear candura, onde vai assentar a sua acção imediata na «defesa dos trabalhadores», que consiste na transformação em «públicos-alvo» (seja lá isso o que for) da sua intervenção sindical os «Jovens Trabalhadores, Mulheres, Imigrantes, Emigrantes e Reformados».

Parece que estamos a apanhar a ideia: como são os que se encontram no fundo da tabela da insegurança semeada pela desregulamentação no trabalho em Portugal, talvez assim se consiga uma mão-de-obra pelo menos tão «competitiva», para o grande capital, como as dezenas de milhões de infelizes que, no Sudeste Asiático, já aceitam trabalhar por uma tigela de arroz. Nessa altura, as multinacionais voltarão e a direcção dos TSD até poderá gabar-se de ter conseguido o seu triunfal regresso...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

A Ciência dos Dias Actualidade

Outra empresa que fecha (as multinacionais...)

Nenhuma queixa provoca mais do que um sorriso desconsolado: «Já é preciso não saber que o mercado tem suas leis!» Tá visto (digo eu) é isto a globalização.

Falta-lhe o pão na mesa? Com certeza ao menos já sabe a razão (E os putos a olhar...)

Como é que lhes vai explicar?

Essência e aparência

Escuta aqui, meu jovem camarada.

O escorpião é o mesmo. Usa computador internet imagens digitais. Mas *Exploração do Homem Pelo Homem* continua sendo o nome que ele tem na Conservatória.

Enganam alguns não, ó já lá!, a História.

Eficácia

O poema abre os olhos de espanto.

Andam pássaros negros à volta da casa. Bicam furiosamente os vidros da janela.

O poema abre os olhos de medo

Ó pá! - digo-lhe eu - assim não se resolve nada. Vamos mas é lutar!

O poema no entanto só tem as palavras tiradas do sótão.

Venho aqui, camaradas, buscar algumas para lhe dar.

O tempo

é preciso tecermos os gritos é preciso inventar as palavras é preciso descobrir outras faces é preciso reaprender os encontros

é preciso acordar outros dias é preciso saber outras senhas é preciso semear entre as pedras é preciso empenharmos a alma

é preciso dar novos sapatos ao tempo. É preciso saber ir com ele.

XADREZ

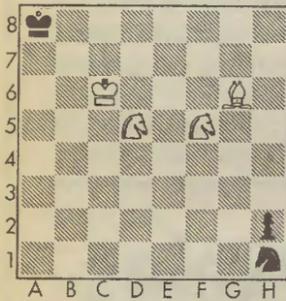
DCLXXXIV - 26 NOVEMBRO 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998X47

Por: J. Sulc

«Svobodné Slovo» - 1957

Pr.: [3]: Ph2-Ch1 -Ra8

Br.: [4]: Cs. d5, f5 -Bg6-Rç6



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998X47 [J.S.]

1. Bh5!, Cf2; 2. Cg3, h1=D; 3. Ch1, Ch1; 4. Bf3, Cf2; 5. Cf4, Rb8; 6. Rd7, Ra7; 7. Rç7, Ra6; 8. Rç6 e g.

4. ..., Cg3; 5. Cç3, Ra7; 6. Rb5, Rb8; 7. Rb6, Rç8; 8. Rç6 eg.

A. de M. M.

DAMAS

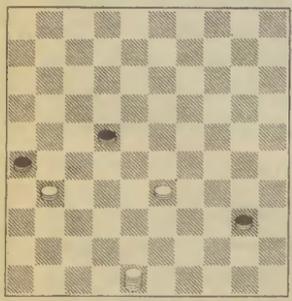
DCLXXXIV - 26 NOVEMBRO 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998D47

Por: R. Bergsma

In «Strategie der Honderd Velden», [NL]

Pr.: [3]: 22-26-40

Br.: [3]: 31-33-(48)



Brancas jogam e ganham

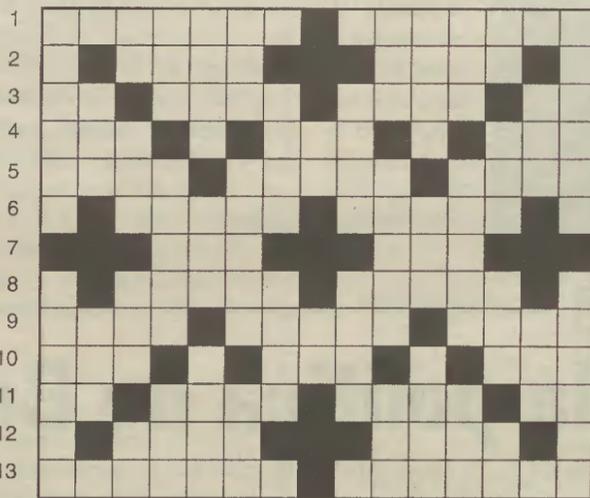
SOLUÇÃO DO N.º 1998D47 [R.B.]

1. 33-28! (x); 2. 48-37 (40-45)*; 3. 37-46 (x); 4. 46x35+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Saliência do osso frontal que fica entre as duas saliências supra-ciliares; açúcar redutor que se encontra nas uvas, no mel, no néctar, etc., e é susceptível de fermentação alcoólica. 2 - Formosa; encolerizar. 3 - Acusada; demora; guarnecei com asas; Actínio (s.q.). 4 - Acolá; mau humor (fig.); altar de sacrifícios. 5 - Modificação no aspecto que as coisas vão apresentando sucessivamente; fitas; anil. 6 - Equipam; pulo. 7 - Enfermidade; tumba. 8 - Pequeno povoado; veículo de rodas para transporte de pessoas ou coisas. 9 - Cada um dos anéis de uma cadeia (pl.); ter conhecimento; condutor de palanquim, na Índia. 10 - Decifrar o que está escrito; caminha para lá; ovário de peixe. 11 - Ouro (s.q.); supremo; frutos da ateira; Índio (s.q.). 12 - Quarto unipessoal, nas penitenciárias; membrana ocular colorida. 13 - Suportara; rua ladeada de álamos.

VERTICAIS: 1 - Mamífero ruminante, de pernas e pescoço caracteristicamente muito longos, que habita planícies africanas; descascara. 2 - Pron. pess. feminino; vadiagem (pop.). 3 - Entra na formação de várias palavras, designando intensidade, separação, oposição, etc.; nome de mulher; o rubor das faces; Cobre (s.q.). 4 - De modo agradável; solitárias; criatura. 5 - Ligações (fig.); perigosas; nome vulgarmente dado a documentos pontifícios escritos em pergaminho com selo papal gravado em chumbo ou cera. 6 - A parte inferior do pão; tabuinha que se comprime por meio de ligaduras de encontro a alguma parte do corpo lesada ou facturada para a manter imóvel (pl.); grande extensão de água salgada. 7 - Semelhante; limpo com água. 8 - Também (arc.); Bário (s.q.). 9 - Fileiras; refeição depois da meia-noite. 10 - O m.q. lírio; tirar com violência; sinal ortográfico para indicar que é nasal a vogal sobre a qual se coloca. 11 - Compareceres; a família; lebre-das-pampas. 12 - Derruba; lança; anuência. 13 - Suf. de agente; ensejo; ombro (pref.); catedral. 14 - Sapo do Amazonas; ajustei (ant.). 15 - Escalada; indivíduo do reino vegetal.

SOLUÇÃO:
VERTICAIS: 1 - Citara; pedra. 2 - Elar; léu. 3 - Ab; lsa; corr. Cu. 4 - Bern; ser. 5 - Elos; má; bula. 6 - Lar; talas; mar. 7 - Afirm; lavo. 8 - Err; Ba. 9 - Alas; ceta. 10 - Lis; sacar; til. 11 - Ires; lart; mar. 12 - Cat; atira; sim. 13 - Orr; azo; omo; se. 14 - Arr; avl. 15 - Escala; planta.
HORIZONTAIS: 1 - Glábela; glicose. 2 - Beta; íra. 3 - R; Rç; mara; aser; Ac; 4 - Ah; tel; aral. 10 - Ler; vat; ova. 11 - Au; sum; atas; in. 12 - Ceta; íris. 13 - Atrara; alameda.

AGENDA

5.ª Assembleia da célula da Petrogal/ /Lisboa

Hoje, dia 26,
às 18h30,
no CT Vitória

Carlos Carvalhas hoje no Porto

A convite da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, o Secretário-geral do PCP é orador numa conferência sobre "A moeda única", que decorrerá no ISCAP
- Rua Padre Costa, em S. Mamede de Infesta
- com início às 15h.

Estará também presente Honório Novo, deputado do PCP no PE.



Centro de Trabalho Vitória

Vitória • Espaço Cultural

VENDA DE NATAL

24 Novembro a 30 Dezembro
Das 11 às 21h, Sáb. até às 19h

- artesanato urbano
- doces e vinhos da Madeira
- barros alentejanos
- porcelanas
- pratas
- azulejos
- brinquedos
- vergas
- enfeites de Natal
- e muito mais...

Salas 201 e 202 (1.º Andar)

EXPO-VENDA DE ARTES PLÁSTICAS

24 Novembro a 28 Dezembro

- Albino Moura
- Boavida Amaro
- César Roussado
- Filipe Dinis
- Irene Ribeiro
- Humberto Lebroto
- João Hogan
- Jorge Vieira
- José Mouga
- Juan Soutullo
- Luís Ralha
- Ribeiro Farinha
- Roberto Machado
- Rogério Ribeiro
- Sílvia
- Virgílio Domingues

Centro de Trabalho do Barreiro

MERCADO DE NATAL

27 Novembro a 31 Dezembro - das 10 às 22h

- Barros de Setúbal
- Peles de Grândola
- Pinhoadas e mel de Alcácer
- Moscatel de Setúbal e Palmela
- Vidros da Marinha Grande
- Livros
- Chocolates
- Brindes diversos

Casa da Paz

Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2.º - Lisboa

VENDA DE NATAL

promovida pelo CPPC

27 Novembro a 22 Dezembro - das 10 às 20, Sáb. a partir das 15h

- Objectos provenientes de vários países

Encontro de utentes da Estação da Póvoa de Sta. Iria

promovida pela Com. Freg. do PCP de Sta. Iria, Vialonga e Forte da Casa para discutir os problemas existentes

Hoje (Quinta-feira), às 17h30, na Estação



PLENÁRIOS DE MILITANTES

Em ALENQUER

Encontro de Quadros dos Concelhos do Norte e Oeste do Distrito de Lisboa (Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras) para discussão da situação política e social nestes concelhos e medidas para reforço da intervenção do Partido e constituição do Organismo de Direcção, com a participação do camarada António Andrez: Sábado, 28, das 15 às 18h30, no Cinema de Alenquer.

No PORTO

Reunião de eleitos autárquicos do Distrito do Porto, com a participação do camarada Luís Sá: Sábado, 28, às 15h, no CT da Boavista.

Na AMADORA

Plenário da célula dos dos trabalhadores comunistas da Câmara Municipal: hoje, dia 26, às 17h30, no CT da Amadora, com a participação de Jerónimo de Sousa. Plenário de militantes do Sector de Empresas da Amadora, também com a participação de Jerónimo de Sousa: hoje, dia 26, às 18h30, no CT.

Em CASTELO BRANCO

Reuniões com a participação do camarada Virgílio Azevedo: de Serviços e Empresas Públicas (CM, SM, CP, EDP, etc) - Sexta-feira, 4 de Dezembro, às 21h, no Centro de Trabalho de Castelo Branco; da Célula da Portucel/Rodão - Sexta-feira, 4, às 16h30, em casa do camarada Pinto Ribeiro, no Porto do Tejo.

Em LISBOA

Plenário de militantes da freguesia dos Olivais: Sábado, 28, às 15h, na BDteca do Palácio do Contador-Mor, com a participação de José Casanova. Plenário da célula dos CTT: no Centro de Trabalho Vitória, dia 26 às 18h.

Em OEIRAS

Plenário de militantes da freguesia de Queijas sobre a situação política e social: Sábado, 28, às 16h, no Centro de Trabalho de Queijas. Magusto-convívio no final. Plenário de militantes da célula da Lusalite, aberto a amigos: Sexta-feira, 27, às 18h, com a participação de Júlio Filipe.

Em SINTRA

Plenário de militantes da freguesia de Agualva-Cacém: Sexta-feira, 27, às 21h30, no Centro de Trabalho local, com a participação de Carlos Chaparro. Plenário de militantes das freguesias de S. Martinho e Sta. Maria e S. Miguel: Sexta-feira, 27, às 21h30, no Centro de Trabalho de Sintra

Em VILA FRANCA DE XIRA

Reunião dos membros do Partido e dirigentes de IPPS no concelho de Vila Franca: hoje, dia 26, às 21h, no Centro de Trabalho de Vila Franca. Reunião dos membros do Partido e dirigentes de Associações de Pais no concelho de Vila Franca: Sexta-feira, 27, às 19h30, no Centro de Trabalho de Vila Franca. Debate com camaradas de Vila Franca sobre a intervenção política do PCP no concelho: Sábado, 28, a partir das 15h, no CT, com a participação do camarada Armindo Miranda.

BENFICA DO RIBATEJO

Jantar-convívio com Álvaro Cunhal

Dia 28, às 19h, na Associação de Socorros Mútuos
(Inscrições: tels. Almeirim 23633 e 54268 - Fax 24533)

Alcanena

Convívio em Minde
Com Jorge Cordeiro
Dia 28, às 17h

Cruz Quebrada-Dafundo

Almoço-convívio no Centro de Trabalho

Dia 29, às 13h

Há troca de prendas

Leva uma!

(Inscrições: Tel. (01)4115746)

TELEVISÃO

Quinta, 26

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.40 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.10 As Lições do Teneças
21.45 Maria Elisa
23.35 Liga dos Campeões
00.50 Anúncios de Graça
01.25 24 Horas
02.15 Um Quase Perfeito Assalto ao Banco
(de David Burton Morris, EUA/1996, com Brooke Shields, Dylan Walsh, Rip Torn. Comédia Policial)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Casamento Escandaloso
(de George Cukor, EUA/1940, com Katherine Hepburn, Cary Grant, James Stewart. Ver Destaque)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 O Planeta da Vida
19.30 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Sentimento
(de Luchino Visconti, It/1954, com Alida Vali, Farley Granger, Massimo Girati, Heinz Moog, Rina Morelli. Ver Destaque)
00.50 Os 50 Anos do Estado de Israel (III)

SIC

08.00 Buêrére
12.00 Repetições

Sexta, 27

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.45 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.10 Uma Casa em Fancos
22.10 Jet Set
22.45 Serviço de Urgência
23.40 Radar
00.25 24 Horas
01.15 Máquinas
01.45 Yakuza Americana
(de Frank Cappelo, EUA/1995, com Viggo Mortensen, Ryo Ishibashi, Michael Nouri, Franklin Ajaye. Policial)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Terra
16.35 Os Invasores
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 O Corpo Humano
19.35 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Noites Brancas
(de Cyril Collard, Fr/1991, com Cyril Collard, Romane Bohringer, Carlos Lopez, Cotinée Blue. Drama)

SIC

08.00 Buêrére
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buêrére
17.40 Corpo Dourado

Sábado, 28

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
12.00 Made in Africa
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top+
14.55 Espelho Meu
15.30 Saber & Fazer
16.10 O Rapaz e o Mundo
16.40 Primeira Vez
18.10 Estrada Viva
18.45 Santa Casa
20.00 Telejornal
21.15 Evita Peron (2ª Ep.)
22.30 Miguel Ângelo ao Vivo
23.55 86-60-86
00.30 24 Horas
01.15 Águia Negra
(de Eric Karson, EUA/1988, com Sho Kosugi, Jean-Claude Van Damme, Vladimir Skomaravoski, Doran Clark. Artes Marciais)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Shaka Zulu
13.00 A Nave Vermelha
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.45 Caminho das Estrelas
19.35 2001
20.05 Os Simpsons
20.30 Tenchi Muyo
21.00 Fantástico Futuro
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.05 O Vigário de Dibley
00.35 O Riso ao Poder
01.05 1900 (1ª Parte)
(de Bernardo Bertolucci, It/Fr/RFA/1976, com Burt Lancaster, Robert De Niro, Gérard Depardieu, Sterling Hayden, Stefania Sandrelli, Dominique Sanda, Donald Sutherland. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buêrére
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal

Domingo, 29

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Que Vida Esta!
16.05 Sub 26
17.35 Em Nome da Justiça
18.45 GLX
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.55 Casa Cheia
21.30 Débora
22.45 Docas
23.15 Domingo Desportivo



Rita Ferro conduz agora na RTP1 «Primeira Vez», onde se dá voz aos jovens talentos

00.45 24 Horas
01.25 Millenium

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.30 A Grandes Viagens de Comboló
13.40 Viúvas
14.30 Sarilhos com Elas
15.00 Desporto 2
18.00 Jornal de África
18.35 A História de Nikita
19.30 Bom Bordo
20.00 Os Simpsons
20.15 Onda Curta
(O Meu País, O Halo Quebrado - Curtas Metragens)
21.25 Artes e Letras - «Federico Garcia Lorca»
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Olhos nos Olhos

SIC

08.00 Buêrére
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 A Lagoa Azul
(de Randal Kleiser, EUA/1980, com Brooke Shields, Christopher Atkins, Leo McKern, William Daniels. Romântico)
16.45 Os Imortais
18.00 Portugal Fashion
20.00 Jornal da Noite
21.00 Polícias à Solta
21.40 Chuva de Estrelas
22.50 Carga Branca
(de Daniel Rardon, EUA/1995, com David Bradley, David Dugan. Acção)
01.00 Último Jornal
01.35 Dra. Quinn
02.35 Portugal Radical

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.15 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Aventuras Selvagens
15.00 Adultos à Força
16.00 A Força da Ilusão
(de Richard Donner, EUA/1993, com Lorraine Bracco, John Heard, Adam Baldwin, Elijah Wood. Drama)
18.25 A Patrulha do Tempo
19.30 Futebol (Campeonato Italiano)
21.30 Directo XXI
22.30 O Rosto da Lei
23.30 Confiança Perdida
(de Bill Corcoran, EUA/1993, com Melissa Gilbert, Kate Nelligan, Shirley Douglas, Dick Latessa. Drama)
01.45 Ruptura
(de Matthew Irmans, EUA/1997, com Stockard Channing, Jennifer Tilly, Scott Glenn, Beverly D'Angelo. Drama)

Segunda, 30

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.45 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal



«Contra-Informação», sempre depois do Telejornal, continua a ser campeão de audiências na RTP1

20.45 Contra Informação
21.00 Futebol: V.Setúbal-F.C.Porto
23.00 Canções da Nossa Vida
00.20 24 Horas
01.10 Poltergeist

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.25 Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.30 A Ponte de Brooklyn
21.00 Portugalmente
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jornal Falado
23.45 Dançando no Tempo
00.35 A Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buêrére
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buêrére
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda de Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.10 Último Jornal
01.45 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Olha Quem Fala Também
(de Amy Heckerling, EUA/1990, com John Travolta, Kirstie Alley, Olympia Dukakis. Comédia)
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Soldados da Justiça
23.00 Bela Mafia (1ª Parte)
00.50 Ai Que Vida!
02.30 Profiler

Terça, 1

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.45 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal



«Contra-Informação», sempre depois do Telejornal, continua a ser campeão de audiências na RTP1

21.00 Amigos
21.35 Herman 98
23.35 Reportagem
00.35 24 Horas
01.25 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Balada da Praia dos Cães
(de José Fonseca e Costa, Port./Esp/1986, com Raul Solnado, Assumpta Serna, Patrick Bauchau, Carmen Dolores, Henrique Viana. Ver Destaque)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Uma Janela sobre a Natureza
19.30 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Solares de Portugal
23.20 Ler para Crer
00.20 Nash Bridges

SIC

08.00 Buêrére
12.00 Vida Selvagem Especial
12.30 Primeiro Jornal
14.10 Extremamente Perigosos
(de Herbert Ross, EUA/1993, com Kathleen Turner, Dennis Quaid, Fiona Shaw. «Thriller» / Comédia)
16.10 A Casa da Rússia
(de Fred Schepisi, EUA/1990, com Sean Connery, Michelle Pfeiffer, Roy Scheider, James Fox. Espionagem / Romântico)
18.20 Corpo Dourado
19.10 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.00 Torre de Babel
23.30 Desafio Total
(de Paul Verhoeven, EUA/1990, com Arnold Schwarzenegger, Sharon Stone, Michael Ironside, Ronny Cox. Ver Destaque)
01.40 Último Jornal
02.15 Raptados no Iraão
03.45 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Os Filhos da Sida
(de John Erman, EUA/1991, com Julie Andrews, Ann-Margret, Hugh Grant, Zeljko Ivanek, Tony Roberts. Drama)
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Bela Mafia (2ª Parte)
00.20 Golo
01.25 Ai Que Vida!
02.10 Feedback
03.00 Profiler

Quarta, 2

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.45 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal



«Contra-Informação», sempre depois do Telejornal, continua a ser campeão de audiências na RTP1

21.00 Diário de Maria
22.00 O Paciente Inglês
(de Anthony Minghella, EUA/1996, com Ralph Fiennes, Kristin Scott Thomas, Juliette Binoche, Willem Dafoe. Ver Destaque)
01.00 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Derrick
16.35 Páginas Negras de Patrícia Highsmith
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Os Aventureiros
19.30 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Zoom
23.45 Carlos Cruz

SIC

08.00 Buêrére
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buêrére
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Super Model (Final Mundial)
23.45 O Último Padrinho
00.55 Último Jornal
01.30 Conversas Secretas
02.40 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Filadélfia
(de Jonathan Demme, EUA/1993, com Tom Hanks, Denzel Washington, Jason Robards, Mary Steenburgen, Antonio Banderas. Ver Destaque)
00.05 Ally McBeal
01.05 Ai Que Vida!
02.00 Lanterna Mágica

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Fátima Medina está na equipa do «Consultório», onde o debate sereno e esclarecedor é regra



Lorca, o grande poeta e dramaturgo de Espanha fuzilado aos 38 anos pelos franquistas, é evocado esta semana no «Artes e Letras» de domingo

12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buêrére
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Cantigas de Mal Dizer
22.15 Torre de Babel
23.15 Grande Reportagem
00.20 Último Jornal
00.55 Sentinela
02.20 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.20 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Preso no Espaço
(de Robert Munc, EUA/1996, com Arye Gross, Maryam D'Abo, Jeffrey Meeck, Jeff Speakman. Ficção Científica)
01.20 Ai Que Vida!
02.10 Desporto
02.50 Investigação Final
(de John Reid, EUA/1994, com Desmond Kelly, John Bach, Katie Wolf, Tony Barry, Tony Goldwyn. Drama)

19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Bom Baião
21.30 Ponto de Encontro
22.30 Torre de Babel
23.30 Afrodísia
24.00 Donos da Bola
03.00 Último Jornal
04.00 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.20 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Polícias e Ladrões
24.00 Última Suspeita
(de Farhad Mann, EUA/1997, com Veronica Hamel, Joe Penny Daniel. Drama)
02.00 Ai Que Vida!
02.30 Ponto Final
02.55 Invento Secreto
(de Steve Schacter, EUA/1992, com Charles Durning, Joanna Miles, Joe Mantegna, John Mahoney. Ver Destaque)

14.00 Aonde É que Pára a Polícia? (II)
(de David Zucker, EUA/1991, com Leslie Nielsen, Priscilla Presley, George Kennedy. Comédia)
16.10 Walker
17.50 Sahara
(de Brian Trenchard Smith, EUA/1995, com James Belushi, Alan David Lee, Simon Westway. Guerra)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Big Show Sic
01.00 Sentinela
02.00 Último Jornal
02.35 A Glória de um Herói
(de Michael Chapman, EUA/1983, com Tom Cruise, Craig T. Nelson, Lea Thompson. Desporto)

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
13.35 Contra-Ataque
14.40 Feedback
15.35 Sétimo Céu
16.30 Disponível para Tudo
(de James L. Brooks, EUA/1994, com Nick Nolte, Albert Brooks, Julie Kavner. Comédia Dramática)
19.00 Acção em Acapulco
20.00 Roar
21.00 Directo XXI
22.00 Silêncio do Medo
(de Sam Pillsbury, EUA/1996, com Lindsay Wagner, Holly Mary Combs, Cynthia Sikes, Sean McCann. Drama)
24.00 Coração de Tigre
(de Georges Chomchoum, EUA/1995, com T. J. Roberts, Jennifer Lyons, Robert LaSardo, R. Howard. Drama)
02.00 Negócio Explosivo
(de Charlotte Brandstorn, Fr/1993, com Christopher Walken, Carole Bouquet, Jonathan Pryce. Drama)

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Casamento Escandaloso

(Quinta, 15.40, RTP2)

Dexter Haven, ex-marido de Tracy Lord, tenta por todos os meios impedir um novo casamento desta, inventando revelações de histórias íntimas do pai de Tracy. Nesta tentativa é ajudado por um seu amigo e tudo acaba por resultar, já que Dexter consegue casar-se de novo com Tracy. Com este filme de mestre George Cukor e duas interpretações superlativas de Spencer Tracy e Katharine Hepburn (sem contar com as de Cary Grant e James Stewart!) pode dizer-se que estamos perante um dos supra-sumos da comédia cinematográfica, invadindo de forma corrosiva o quotidiano de certa sociedade norte-americana.

Sentimento

(Quinta, 22.50, RTP2)

Chegado à 7.ª arte a partir do seu interesse pelos cenários e pela decoração, Luchino Visconti sempre se revelou, ao mesmo tempo, um realizador fortemente empenhado num cinema social de que *A Terra Trema* e *Obsessão* são alguns dos exemplos maiores no início da sua carreira - tendo sido aquele último considerado um autêntico manifesto do neo-realismo no cinema italiano. Também a sua reputação de encenador teatral fê-lo frequentemente encaminhar para o mundo da ópera, tendo ficado célebres as suas encenações de Rossini, Donizetti ou Bellini para a Callas. Num certo sentido, a obra-prima que a TV 2 hoje repõe - *Sentimento* - pode bem considerar-se um filme-ópera em que o cineasta parte de um argumento de Boito e de música de Bruckner para encenar este melodrama situado entre Verona e Veneza em meados do séc. XIX e que tem como protagonistas principais uma condessa italiana casada e um jovem oficial austríaco. Uma obra de grande refinamento visual e estético, magnificamente interpretada por Alida Valli e Farley Granger.

Invento Secreto

(Sexta, 02.55, TVI)

Preenchendo desde há muito as suas numerosas sessões cinematográficas com verdadeiras mistelas de terceira ordem, a TVI dá-se ao luxo de desprezar num horário inconcebível os poucos produtos pelo menos razoáveis que ainda tem para nos oferecer na matéria. Um deles é este telefilme produzido para a TV por



Kristin Scott-Thomas, Juliette Binoche e Ralph Fiennes, em «O Paciente Inglês», de Anthony Minghella

cabo e que as referências consideram acima da mediana reinante no género - uma história que, situada nos anos 30 em Chicago, nos fala das desventuras de um inventor de um motor accionado pela energia da água que entra em conflito com um grande senhor da indústria nesta área. Realizado por Steven Schacter, a produção é de Steven Spielberg.

1900 - 1.ª Parte

(Sábado, 01.05, RTP2)

Entre 1900 e 1945, a Itália conheceu numerosas convulsões sociais que nos são dadas a ver ao acompanharmos a longa saga (em duas jornadas) de dois rapazes e suas respectivas famílias, de origens sociais opostas. Ao realizar este filme, Bertolucci assumiu um seu ponto de vista muito pessoal na época da realização (meados dos anos 70), inspirado por uma visão «esquerdist» do marxismo (e também pela revolução cultural chinesa), ao analisar a luta de classes durante um período de quatro décadas da história de Itália. Mas, deste filme belíssimo e intensamente realista, ressalta sem dúvida a força irredutível da terra e dos homens, sendo ela que anima as suas personagens até ao seu último sopro. Nos papéis principais, o destaque vai para as



Dominique Sanda e Robert De Niro, em «1900», de Bernardo Bertolucci

interpretações de Burt Lancaster, Sterling Hayden, Robert De Niro, Gérard Depardieu e Stefania Sandrelli. A segunda parte deste longo filme de mais de cinco horas (no total) será transmitida oito dias depois.

A Balada da Praia dos Cães

(Terça, 15.40, RTP1)

Aqui está, mais uma vez, um dos filmes de José Fonseca e Costa em que a narração cinematográfica se revela mais eficaz. Baseado no romance homónimo de José Cardoso Pires, que ficciona um caso de assassinato com incidências políticas ocorrido em pleno fascismo, o filme tem em Raul Solnado o intérprete principal, esforçado e talentoso, embora numa composição nem sempre adequada à personagem que o romance original nos deixa imaginar.

Desafio Total

(Terça, 23.30, SIC)

Construído com o fito de render os muitos milhões de dólares que serviram para cobrir os 73 milhões investidos na sua produção - e servindo-se de todos-os-ingredientes-e-mais-um proporcionados pela tentacular indústria do «entretenimento» - *Desafio Total* apenas se pode confundir com «cinema» porque é impressionado em película que corre à velocidade de 24 fotogramas por segundo, ou mesmo 25, como acontece na televisão! É assim que, começando embora numa atmosfera em que a própria ironia faz lembrar *Robocop*, do mesmo realizador Paul Verhoeven, o filme acaba por resultar numa coleção de incongruências narrativas e de «absurdos fantásticos», totalmente desligados entre si, e que pouco têm a ver com a melhor «ficção científica». De facto, tudo aqui está envolto pela idiotice e violência mais extremas e repelentes e (como é habitual em Verhoeven) por uma misoginia reaccionária sem limites - mas o filme chegou a ser nomeado para o Oscar da melhor montagem de som e efeitos especiais (!). Na realidade, a sua única «curiosidade» (e originalidade) é vermos Schwarzenegger comportar-se ao pé das sinistras criaturas que povoam todo o filme como se fosse uma verdadeira «pomba»...

O Paciente Inglês

(Quarta, 22.00, RTP1)

Adaptação ao cinema de um romance homónimo de Michael Ondaatje, este filme conta-nos a história de um cidadão inglês que, gravemente queimado durante um desastre de avião num deserto no Norte de África durante a II Grande Guerra, é salvo e transportado para um hospital italiano. É então que este «paciente inglês» se revela à enfermeira Hana, que lhe presta os seus cuidados: arqueólogo, ele havia-se apaixonado loucamente pela mulher de um amigo, agente dos serviços secretos britânicos... Uma história de tragédia e paixão, encenada com brilhantismo por Anthony Minghella e admiravelmente fotografada por John Seale, que arrebatou nove Oscars na temporada de 1996/97. Com Juliette Binoche, Kristin Scott-Thomas e Ralph Fiennes nos principais papéis.

Filadélfia

(Quarta, 22.00, TVI)

Primeiro filme realizado nos EUA sobre a problemática da SIDA - e extremamente crítico em relação a certos preconceitos conservadores muito arraigados na sociedade norte-americana - esta realização de Jona-



Uma sequência de «Desafio Total», de Paul Verhoeven

than Demme foi bastante bem recebida pela crítica e contribuiu para a atribuição a Tom Hanks do primeiro Oscar da sua carreira, precisamente por uma interpretação que vai ao arripio do que mais se lhe conhece. Também o tema principal da banda sonora, de Bruce Springsteen, foi contemplado com um Oscar para a especialidade.



Os intérpretes principais de «Filadélfia», de Jothan Demme

CABO & SATÉLITE

Uma célebre ópera de Puccini

É hoje à noite que o Muzzik, o canal exclusivamente dedicado à música clássica e ao jazz, vai transmitir uma das mais belas e conhecidas óperas de Giacomo Puccini - a «Manon Lescaut». Com a soprano Tiri Te Kanawa e o tenor Plácido Domingo nos principais papéis, esta ópera, com duração de 130 minutos, irá para o ar a partir das 22.00. Entretanto, a partir da 00.10, na série «A História da Ópera» (já apresentada em tempos pela RTP 2) que este mesmo canal está a transmitir actualmente, o actor Charlton Heston, anfitrião de todos os episódios, introduzir-nos-á no enredo e nos bastidores da criação desta ópera. (Muzzik, Quinta-feira, das 22.00 às 00.10; e das 00.10 às 01.05)

Dez filmes para a passagem do século

Nas televisões a sério, as coisas são preparadas com antecedência.



Lembrando-se de olhar para o calendário (o que às vezes não deixa de ser conveniente), os responsáveis pelo canal franco-alemão Arte concluíram sem esforço, já em Maio de 1995, que se aproximava rapidamente o final do século XX e o começo do século XXI. E vai daí, resolveram logo então encomendar a dez cineastas de dez países uma série de dez filmes originais, com argumento livre, mas que deveriam obedecer a três únicas condições. A primeira: contribuindo o canal com 50% para o financiamento dos filmes, o orçamento de cada um deles não deveria ultrapassar os 4 a 5 milhões de francos. A segunda: a duração dos filmes seria de 60 minutos. A terceira: independentemente da liberdade total em termos de temática, algures no enredo de todos os filmes deveria figurar a noite da passagem de ano de 31 de Dezembro de 1999. São esses dez filmes que o Arte vai começar a transmitir já amanhã, 27, na rubrica «2.000 vu...». Nessa noite, ver-se-ão «Em Casa de Walter» (versão dobrada) de Romuald Karkamar (Alemanha), às 19.45, e «Os sanguinários» de Frédéric Pierrot (França), às 20.40 - sendo que o primeiro destes será transmitido no dia seguinte, às 21.45, em versão original. Seguem-se, em Dezembro, «A vida sobre a Terra» de Abderrahmane Sissako (Mali) a 4; «A última noite» de Don McKeller (Canadá) a 5; «A minha primeira noite» de Miguel Albaladejo (Espanha) a 11; «Meia-Noite» de Walter Salles e Daniela Thomas (Brasil) a 12; «O Muro» de Alain Berliner (Bélgica) a 18; «Tamas e Juli» de Ildiko Enyedi (Hungria) a 19; «A última dança» de Tasi Ming-Liang (Taiwan) a 25; e «O livro da vida» de Hal Hartley (EUA) a 26. (Arte, Sexta-feira, das 19.45 às 20.40 e das 20.40 às 21.50; Sábado, das 21.45 às 22.40)



Um fotograma do filme «Meia-Noite» (Brasil), de Walter Salles e Daniela Thomas

Que fazer com esta pedra?

«À solidão ofereces outra
Na dor do mundo cavas a tua
Abres um ôco dentro do ôco
E nesse nada cabe tudo»

(José Cutileiro)

Foi penosa, durante décadas, a ausência de notícias dos nossos maiores na televisão portuguesa.

Primeiro, o obscurantismo da ditadura cuidava que nada soubéssemos das suas vidas e obras, já que, por «coincidência», a esmagadora maioria deles ainda por cima lhes dava combate com as armas de que dispunha.

Depois, passada a explosão da Liberdade, durante ano e meio quotidianamente vivida nos ecrãs da TV, ficou em seu lugar o lastro do desleixo desprevenido das televisões em alternância governamentalizadas - as quais, pelos vistos, têm tido mais que fazer do que tratar destas insignificâncias.

Nos últimos tempos, porém, esforços isolados têm sido feitos para levar a cabo uma tarefa impossível: recuperar o tempo perdido e, embora de forma desordenada e aparentemente sem critério definido (talvez apenas em função da oferta mais do que da procura), vai-se abrindo a possibilidade de nos revermos em alguns dos nossos iguais.

Desta vez, **Fernando Matos Silva** e a sua **Fábrica das Imagens** - cá está: substituindo-se à capacidade de iniciativa da produção caseira! - trouxeram-nos, no último «**Artes e Letras**» da RTP 2, intitulado «**E Neste Nada Cabe Tudo**», o retrato da personalidade e obra de um grande escultor português: **João Cutileiro**. E em boa hora o fizeram porque o documentário a que meteram câmaras e microfones lhes saiu peça em geral escorregada.

Desde logo, pela inteligente forma de começar: como se costuma dizer, «pegando o boi pelos cornos», ou seja, indo directos à abordagem de uma das obras mais recentes do escritor, o polémico monumento ao 25 de Abril no alto do Parque Eduardo VII em Lisboa. Como? Montando em *off*, ao mesmo tempo que da composição e erguer do monumento fomos vendo imagens, opiniões de destacadas personalidades que, ao longo do documentário, iriam pronunciar-se sobre a obra ímpar e a figura invulgar do artista.

«Resolvida» esta questão, o interesse maior residia na própria visão de João Cutileiro sobre a Arte e o Artista - «o homem que tenta fazer as coisas bem feitas» -, a preferência e escolha dos materiais para concretizar o acto criador e o meio ambiente em que este se realiza, as dispersas e adequadas alusões biográficas com o apoio de depoimentos de amigos e familiares ou através da inserção de imagens de arquivo.

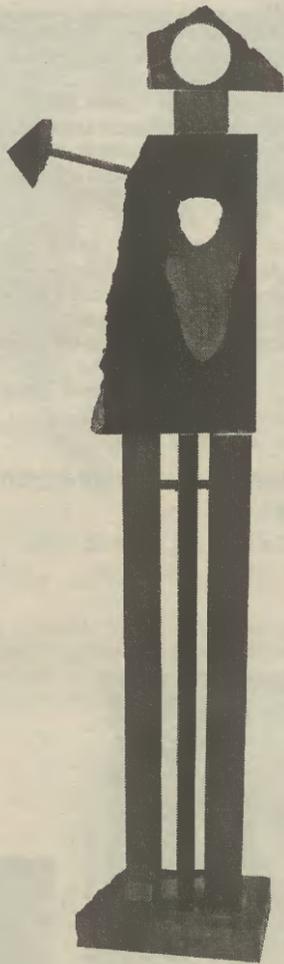
A este propósito, deve destacar-se a originalidade do processo escolhido pelo realizador do documentário: em meio de envolventes planos-sequência sobre centenas e centenas de obras de arte saídas das mãos do escultor e depositadas ao longo do seu estaleiro-oficina-atelier, surgia de repente um televisor, nesse momento transformado em «objecto de arte», no qual podiam ver-se cenas da meninice e juventude. Um processo que permitiu, ainda, o jogo da passagem do preto e branco para a cor (e vice-versa) e uma engenhosa mescla e transferência de gerações, ao falar-se da influência dos pais, mas também da projecção da arte nos filhos e netos, como forma de transição para outros momentos e sequências do filme.

Ainda quando ao tratamento da imagem, é de realçar o cuidado posto na dialéctica montagem-mise-en-scène. Ou seja, na harmonioso compromisso entre os planos fixos e sua com-

posição interna, enquanto entidades com expressão e duração próprias, e o seu diálogo com os planos em movimento, imprimindo a essa expressão e duração um mais amplo significado, correspondente à «totalidade» de uma obra.

Desta forma nos foi permitido percorrer à velocidade da capacidade do nosso olhar as esplendorosas figuras bífidas ou os belíssimos rostos e cabelos esvoaçantes, bem como repousarmos os mesmos olhos em planos quietos de frutos e árvores e dir-se-ia que compostos à medida dos esplêndidos fragmentos de torsos, nas obras a que Cutileiro chamou a «escultura corpórea». Neste âmbito foi ainda importante o destaque dado na imagem aos materiais de base para a criação das obras como também, e sobretudo, às ferramentas e utensílios do verdadeiro «operário» que é também este trabalhador

TVISTO
■ Francisco Costa



da pedra - assim transformado, no dizer do próprio, numa espécie de «rival de Deus».

Pena foi que, ao nível auditivo, o documentário não conseguisse estar à altura da imagem. Percebe-se o gesto natural e simpático que foi convidar o próprio filho do escultor, um compositor, a escrever a música de fundo para o filme mas teria de haver a necessária coragem para que a mesma não fosse em última análise utilizada. De facto, ela nada veio acrescentar de novo à compreensão visual das formas escultóricas, entrou frequentemente em conflito com elas e o próprio carácter metálico dos timbres escolhidos - numa falhada correspondência com a «desavença friccional do sílex contra o ferro», própria da máquina de cortar a pedra e até transferida para os sentimentos - mostrou-se afinal pleonástico quando não, mesmo, desagradável.

Um pormenor que não veio, entretanto, comprometer de forma irremediável um excelente trabalho televisivo, mais que oportuno.

Se o Velho do Restelo tivesse um canal de TV

Se o Velho do Restelo tivesse um canal de televisão não teria esperado a partida das naus para fazer, na praia, o seu eloquentíssimo discurso. Teria iniciado uma campanha, com grande antecedência, martelando as audiências com toda a espécie de argumentos para dizer não à viagem de Vasco da Gama. Tê-lo-ia feito mal se ouvissem os primeiros zunzuns acerca deste projecto.

É claro que não deixaria também de explorar a inexperiência do novo rei D. Manuel para o convencer a fazer um referendo ou, achando-se exagerada esta hipótese, pelo menos umas cortes especiais com a participação dos três estados, depois de bem trabalhado o país com alguns debates rápidos e *slogans* apropriados.

Ninguém pode duvidar das probabilidades de êxito de uma tal campanha, atentando no que se tem passado no país, nos últimos tempos. A objectiva e brilhante reportagem de Camões, em «Os Lusíadas», mostra-nos como o venerado ancião tinha argumentário de respeito contra a empresa de chegar à Índia pelo mar. Não se limitava a colocar profundas reflexões sobre os falsos caminhos a que conduzem a Glória e a Fama, mas abordava também questões muito concretas do viver nacional de então.

Ele lançava, por exemplo, estas perguntas contundentes: «A quantos novos desastres determinas/De levar estes Reinos a esta gente?/Que perigos, que mortes lhes destinas,/Debaixo de algum nome preminente?» E insistia, mais à frente, noutra estrofe: «Não tens junto contigo o Ismaelita,/Com quem sempre terás guerras sobejas?»

Quase a findar, concluía assim o Velho do Restelo: «Deixas criar às portas o inimigo,/Por ires buscar outro de tão longe,/Por quem se despovoe o Reino antigo/Se enfraqueça e se vá deitando a longe;/Buscas o incerto e incógnito perigo/Por quem a Fama te exalte e te lisonje»

Mas logo a seguir exagerando e perdendo a razão, como tantas vezes acontece nas polémicas: «Oh!! Maldito o primeiro que, no mundo,/Nas ondas velas pôs em seco lenho.»

Apesar deste último despiste, é inegável que os argumentos do Velho do Restelo teriam pesado fortemente num referendo ou mesmo em cortes especiais, se ele tivesse o tal canal de televisão para fazer campanha prévia. E se tivesse triunfado o não do Velho do Restelo toda a história seria diferente. Era a descoberta do caminho marítimo para a Índia, por Vasco da Gama, que ficava inviabilizada.

A rota do Cabo não deixaria de ser descoberta, mais ano menos ano, mas seriam outros a fazê-lo: os espanhóis, os holandeses ou os ingleses, ou mesmo os chineses ou os indianos, no sentido inverso. O nosso país é que não teria dado esse contributo fundamental à humanidade, não só no plano da economia, que levou Adam Smith a chamar-lhe um dos «acontecimentos maiores e mais importantes da história», mas ainda mais no plano do encontro das culturas. Tudo seria diferente no passado: a epopeia

de Camões se tivesse sido escrita, era outra; o próprio velho não seria do Restelo, seria da SIC ou de outra qualquer sigla que designasse o tal canal televisivo.

Tudo seria também diferente no presente: a Expo teria sido muito mais pobre, se se fizesse; até Mário Soares, por mais que se esforçasse, não teria conseguido ser presidente da Comissão dos Oceanos.

Com esta fantasia não quis comparar os defensores do não no recente referendo sobre a Regionalização ao Velho do Restelo.

Seria um insulto a esta veneranda figura da obra de Camões, que com tanta eloquência

produz a condenação moral da «cobiça de mandar», compará-la com os que, pela «cobiça de mandar», fizeram a reles, manipuladora, desonesta e mentirosa

campanha pelo não à Regionalização. Também seria ridículo comparar esta com a viagem do Gama.

O que fica então? Fica, pensando no Velho do Restelo, que mesmo à mais veneranda experiência podem escapar lados essenciais, se fixa toda a atenção na componente moral. A ele

escapava-lhe (não a Camões), por exemplo, a visão geoestratégica dos interesses da monarquia portuguesa de então. A questão não era fazer «a guerra ao Ismaeli-

VARIANTES
■ Carlos Brito

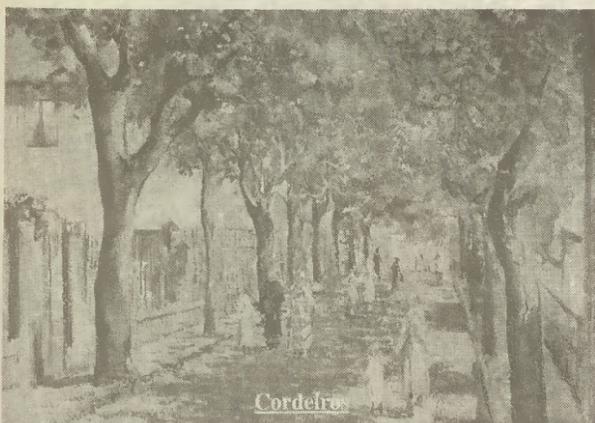


ta», isso era a cortina propagandística. Também lhe escapava o entendimento da base essencial em que assentavam os interesses das classes dominantes no País e, ainda mais, o processo objectivo de expansão da economia mundial. Mas podia ter ganho a partida, entre nós, se tivesse os «meios» para lançar e sustentar na opinião pública a espécie de argumentos que vimos atrás.

E isto conduz-nos ao presente e ao papel desses «meios», ao poder mediático, no essencial associado ao poder económico do grande capital, para alterar, se calhar só momentaneamente, o curso da história.

ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES



Óleo de Abel Manta (1957)

Colectiva na Cordeiros Galeria

Foi inaugurada no passado dia 19 e manter-se-á patente ao público até 29 do corrente na **Cordeiros Galeria** (R. António Cardoso, Porto) uma exposição colectiva de pintura subordinada ao título «Mestres da Pintura». Nesta exposição serão mostradas obras de autores representantes de várias gerações e escolas estéticas, como **Anunciação, José Malhoa, Sousa Pinto, Carlos Reis, Veloso Salgado, António Carneiro, Falcão Trigo, Francis Smith, Alves Cardoso, Abel Manta, Almada**

Negreiros, Túlio Vitorino, Henrique Medina, Vieira da Silva, Augusto Gomes, Silva Lino, Guilherme Camarinha, António Sampaio, Júlio Resende, Menez, Manuel Cargaleiro, Júlio Pomar, Rogério Ribeiro, Henrique Silva, João Vieira, Caretos, Francisco Simões, António Macedo e Mário Bismarck. Horário: segunda a sexta, das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 24.00; sábados e domingos, das 14.30 às 24.00.

Uma exposição na Cordoaria Nacional

Prossegue até dia 6 de Dezembro uma exposição de pintura subordinada ao título «Memórias» da autoria do pintor **Gabriel Gutiérrez Vásquez.** Esta exposição, uma organização da **Câmara Municipal de Lisboa** e cujo horário é, de terça-feira a domingo, das 14 às 19 horas, encerrando às segundas-feiras e feriados, está patente ao público no **Torreão Nascente da Cordoaria Nacional** (Avenida da Índia, Lisboa).

Pintura de Gabriel Gutiérrez Vásquez

Esta exposição, uma organização da **Câmara Municipal de Lisboa** e cujo horário é, de terça-feira a domingo, das 14 às 19 horas, encerrando às segundas-feiras e feriados, está patente ao público no **Torreão Nascente da Cordoaria Nacional** (Avenida da Índia, Lisboa).

Pintura, Escultura e Cerâmica no Barreiro

No âmbito do **V Salão Anual da Associação de Artes Plásticas do Barreiro (Artesfera)**, realizado com o apoio da **Câmara Municipal** desta cidade, poderão ser visitadas duas exposições colectivas na **Galeria Municipal de Arte** e na **Biblioteca Municipal**, nas quais estarão representados 21 artistas associados, das diversas vertentes da criação artística, nomeadamente **Pintura, Escultura e Cerâmica.**

TEATRO

Festival no Seixal

Aproxima-se do fim o **XV Encontro de Teatro do Seixal.** Nas palavras de **Manuel João Gomes** inseridas no programa, «a 27 e 28 (de Novembro), a **Companhia Teatral do Chiado** e o **Teatro da Garagem** - duas referências do teatro lisboeta - fazem, respectivamente, «**Fora de Jogo**» e «**Desertos, Evento Didáctico Seguido de Um Poema Grátis**». Somados, um e outro constituem um desfile de jovens actores que é essencial conhecer. **Conhecidíssimo (por causa da TV) é o quarteto de cómicos - Almeno Gonçalves, António Melo, Joaquim Nicolau e José Raposo - que interpretam "Os Portas", no último dia de Novembro.** Com representação às 21.30 no **Audatório Municipal do Fórum Cultural do Seixal**, a peça «**Fora de Jogo**» tem encenação, cenografia e figurinos de **Juvenal Garcês**; a peça «**Desertos...**», no dia seguinte às 16 horas no mesmo local, tem encenação de **Carlos J. Pessoa** e cenografia de **José Espada**; finalmente, «**Os Portas**», de novo às 21.30, é uma adaptação e encenação de **André Gago**, com cenografia e figurinos de **Rosa Freitas.**



Os Portas

Teatro no Barreiro

Continua em cena até 19 de Dezembro, no **Teatro Municipal do Barreiro**, a peça «**Enquanto Espero Por Ti, Meu Amor**, um original de **Paulo Calçada**, pela **Companhia de Teatro Arte Viva.** Segundo a apresentação do espectáculo, esta companhia «**apresenta um espectáculo diferente, encenado por Paulo Calçada, num misto de várias linguagens e modos de expressão teatral. O recurso à imagem vídeo, à música, à luz, sustenta a investigação de novas propostas estéticas e suporta a palavra que é igualmente servida pelo corpo do actor.**» Informações pelo telefone 206 82 08.



Música Clássica em vários locais

Prossegue em Lisboa a **Temporada de Música e Dança da Fundação Calouste Gulbenkian.** Assim, amanhã e sexta-feira, respectivamente às 21.30 e 19.00, no **Grande Auditório da FCG**, realizar-se-ão dois concertos com os mesmos participantes e repertório, a saber: «**Metamorfoses**» para Orquestra de Cordas de **Richard Strauss**; o **Concerto para Viola e Pequena Orquestra, «Der Schwanendreher»** de **Paul Hindemith**; e a **Sinfonia n.º 5 em Ré menor, «Reforma»**, de **Felix Mendelssohn-Bartholdy.** Serão intérpretes a **Orquestra Gulbenkian** com o solista **Gerard Caussé** em viola, sob a direcção do maestro **Muhai Tang.**

No ciclo «**Concertos de Domingo**» realizada pelo **Rivoli Teatro Municipal (Porto)**, o próximo concerto (29 de Novembro) terá como título «**Música de Jovens Compositores Portugueses.**» Com a participação da **Orquestra Sinfonietta de Lisboa**, serão interpretadas obras de **Alexandre Delgado, Eugénio Rodrigues, Eurico Carrapatoso, Sérgio Azevedo, Carlos Aires** e de **Vasco Pearce de Azevedo**, que também dirigirá a orquestra.

Promovida pelo **Círculo Musical Português**, prossegue também a série de concertos pela **Orquestra Sinfónica Juvenil.** É já amanhã que a orquestra actuará na sala do **CEBI**, em **Alverca**, sendo a obra a interpretar a «**Missa de Nelson**», de **Joseph Haydn.** Além da orquestra e do coral «**Lisboa Cantat**», sob a direcção de **Cristopher Bochman**, serão solistas **Margarida Marecos (soprano), Susana Moody (meio-soprano), Marcos Santos (tenor) e Hugo Oliveira (barítono).**



Joseph Haydn (1732/1809)

Muhai Tang

Gerard Caussé

Percussões, Teatro e Dança no CCB

Está a despertar enorme expectativa a série de espectáculos começada ontem no **Grande Auditório do CCB** e que se prolongará até ao próximo domingo intitulados «**Stomp**», a cargo de um grupo de 12 intérpretes Segundo as notas do programa, «**"Stomp" nasceu em Brighton, na Grã-Bretanha, no Verão de 1991, e resulta da ciração de Luke Cresswell e de Steve McNicholas. Trata-se de uma combinação única de percussão, movimento e comédia visual, onde o invulgar cruzamento de variadas expressões artísticas, como a música, dança, teatro, coexistem sem barreiras culturais ou linguísticas atraindo um público diversificado e de todas as idades.**» As luzes são de **Mike Roberts**, o som de **Paul Emery** e a direcção de cena de **Cal Hawes**, estando os espectáculos marcados para 26 a 29 às 21.30 e para 28 e 29 também às 16 horas.



Stomp

GASTRONOMIA

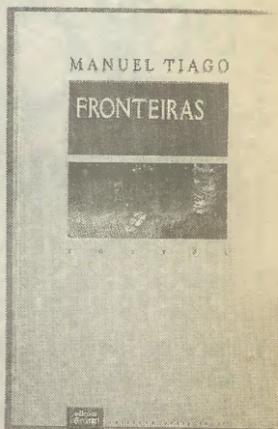
Artesanato e Gastronomia

A exemplo dos anos anteriores, realiza-se de 28 de Novembro a 6 de Dezembro a **IX Feira Nacional de Artesanato e Gastronomia da Marinha Grande**, numa organização do **Clube Desportivo de Casal Galego.** Tendo como local principal das realizações da Feira o **Parque Municipal de Exposições** e mais de cem stands no interior de três pavilhões instalados na área circundante do parque, pretende-se com este certame «**divulgar o artesanato nacional genuinamente português, trabalhado ao vivo e abrangendo todas as regiões do país, incluindo os Açores e Madeira.**» (...) «**No que diz respeito à gastronomia, pratos tradicionais como a posta mirandesa, o arroz de tamboril, o bacalhau com arroz, a sopra do vidreiro, a espetada de lulas com camarão, o ensopado de robalo e as favas guisadas, farão decerto as delícias dos paladares dos mais exigentes visitantes.**» Mas esta **Feira Nacional de Artesanato e Gastronomia** não se resume a estas duas vertentes. Como actividades para-

lelas, conta-se com a participação de associações filarmónicas, ranchos folclóricos, grupos de música tradicional e tunas académicas, bem como de grupos de trajes e canções, que actuarão em inúmeras actividades de animação cultural durante o período da Feira.



LIVROS



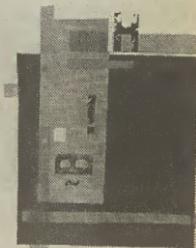
Fronteiras

Numa altura em que a memória tende a dissipar-se, sob a pressão de um pensamento único, branqueador da história que passou e impeditivo de refazer novos rumos, mais valor terão estas histórias - estes contos - que **Álvaro Cunhal**, através da pena literária de **Manuel Tiago** escreveu e as edições **Avante!** vêm propor à atenção dos leitores. Nas páginas desta colectânea, a que o autor chamou **Fronteiras** e onde se narram «aventuras» de clandestinidade em que numerosas personagens vivem as peripécias e dificuldades do atravessar das barreiras perigosas de uma outra Europa, é a memória das lutas que se perfila e é o convocar de gente real - «uns já hoje mortos, outros ainda vivos» - que lhes dá a dimensão histórica. Mas o autor adverte que «**Fronteiras** é uma colectânea de contos. Contos são ficção, como ficção devem ser lidos». Nem por isso a História a que estas histórias se referem é arredada. «**Assim**», escreve **Manuel Tiago** em nota prévia, «se o leitor se sentir tentado a acreditar que as coisas se passaram como são narradas, pode estar certo de que não se engana em relação à verdade histórica.»

POEMAS

Bertolt Brecht

Tradução, selecção, estudos e notas de Arnaldo Saraiva



Poemas de Brecht

Valioso, este livro de **Poemas**, de **Bertolt Brecht**, que a **Campo das Letras** edita, em tradução, selecção, estudos e notas de **Arnaldo Saraiva.** Uma rara oportunidade de conhecer, mais do que o teatro, a obra poética do autor de **Mãe Coragem**, com uma apresentação interessante da actividade e da mundividência do poeta e dramaturgo alemão, conhecido militante comunista. «**Estamos perante um poeta**», escreve **Arnaldo Saraiva**, «apetrechado com uma filosofia que tenta sistemática e exclusivamente responder pela prática e pela teoria (entendendo esta como "forma específica da prática")», aos males concretos do homem concreto.»

ATAQUE DE FOICE

Receios

Três casos, implicando a justiça e os tribunais portugueses, chegaram nos últimos tempos ao domínio público, merecendo tratamento diverso quer por parte dos órgãos de informação quer dos comentadores de serviço, quer ainda de figuras políticas da nossa praça. Respeitando a ordem cronológica, os casos a que nos reportamos são: o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que pode levar ao arquivamento de processos de grandes fraudes (Fundo Social Europeu/UGT, Partest, facturas falsas...); o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa referente ao «caso Leonor Beleza»; e o acórdão do Tribunal de Instrução Criminal sobre o «caso Aquaparque».

Estes casos têm em comum várias coisas. Em primeiro lugar, a gravidade de que se reveste a matéria de facto - o primeiro porque admite a possibilidade de deixar impunes importantes casos de corrupção envolvendo elevadas somas de dinheiros públicos e pessoas com responsabilidades em diversos sectores da vida nacional, e os restantes porque respeitam à perda de vidas humanas. Em segundo lugar, pela morosidade dos processos - os factos a que se reportam os três casos ocorreram há anos, arrastando-se de forma se não inexplicável pelo menos incompreensível. E por último a visibilidade que tiveram na imprensa os casos em apreço e o impacto que provocou a sua divulgação pública.

Passados os anos, assentada a poeira, a importância relativa destes casos revela-se completamente diferente.

A possibilidade de os «crimes de colarinho branco» cometidos na alta-roda da política e da economia ficarem impunes não parece incomodar ninguém. As trombetas do costume não se fizeram ouvir, a indignação não fez correr rios de tinta, não se convocaram conferências de imprensa nem se editaram livros, não se falou de «escândalo» nem de «monstruosidade». E, no entanto, não consta que alguma vez tenha sido posta em causa a gravidade dos alegados crimes.

O pronunciamento de dois gerentes do Aquaparque do Restelo por «homicídio por negligência» e o do responsável pela manutenção das instalações por «crime de violação das regras de construção» - cinco anos e meio depois do trágico incidente que provocou a morte de duas crianças -, parece consensual, tal a ausência de comentários. Ninguém veio a terreiro abonar em defesa dos acusados, invocar a sua condição de bons cidadãos ou tecer teorias sobre a lei das probabilidades para minimizar a negligência. As coisas mudam de figura quanto ao «caso Leonor Beleza», que provocou, recorde-se, setenta mortos. Dir-se-ia que, aqui, certa «classe política» cerrou fileiras, tal a forma ruidosa, persistente e indignada com que reagiu ao pronunciamento de um dos seus pares. Substituindo-se aos tribunais e ignorando as vítimas, dando de barato o facto de o próprio Estado ter assumido responsabilidades pagando indemnizações aos familiares das vítimas, comentadores e políticos, amigos e adversários, reuniram-se num estranho consenso para dar o veredicto de absolvição.

O empenho atinge tal dimensão e tantas são as críticas aos juízes que deliberaram, tão-só, levar Leonor Beleza a tribunal, que se torna difícil não pensar que se estão defendendo, defendendo-a.

É que em Portugal, à revelia do que se passa nessa Europa que alguns - os mesmos - tanto se empenham em tomar por modelo, ainda não é hábito responsabilizar os políticos, até às últimas consequências, pelas consequências gravosas das políticas que, com dolo ou sem ele, impunemente praticam. Imagine-se que a moda pega!

■ Anabela Fino

Administração Pública responde lutando «Re-acordo» para confundir mostra desespero do Governo

O noticiado acordo de segunda-feira, com estruturas da UGT, tinha assinaturas desde 10 de Janeiro e estava coberto por um diploma aprovado no Conselho de Ministros da semana passada. Tudo para desmobilizar a manifestação convocada para ontem, acusa a Frente Comum de Sindicatos.

A revisão do regime de carreiras da Administração Pública deveria estar em vigor desde 1 de Janeiro, segundo o compromisso assumido pelo Governo perante os sindicatos, no início de 1996. As organizações sindicais da UGT assinaram, 9 dias depois de passado o prazo, um acordo com o Governo, que a Frente Comum de Sindicatos recusou, porque dele decorria o agravamento das injustiças relativas ao sistema de carreiras. O acordo

serviu, então, para «fazer passar uma actualização salarial inaceitável», lembra a estrutura com maior representatividade entre os trabalhadores do Estado.

No comunicado que divulgou anteontem, a Frente Comum refere ainda que «o Governo tem gerido tal acordo segundo os seus timings eleitorais, chegando agora ao despudor de divulgar que, a 23 de Novembro de 1998, teria celebrado um acordo sobre carrei-

ras com as mesmas estruturas, quando a nota oficial da reunião do Conselho de Ministros de dia 19 divulga já a respectiva aprovação».

O «propalado e inexistente» acordo, acusa a Frente Comum, «mais não visa do que lançar a confusão, a 48 horas da jornada de luta da Administração Pública», convocada para ontem à tarde, «tendo como único e desesperado objectivo motivar a desmobilização dos trabalhadores». «Que peso na consciência terá o Governo, para recorrer a métodos de contra-informação tão inqualificáveis?», interroga a Frente Comum, que chama a esta manobra «a inventona de um re-acordo».

Também na terça-feira foi confirmada a jornada de luta. Segundo a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública, os trabalhadores deveriam desfilar, a partir das 16 horas de ontem, do Marquês de Pombal até à residência oficial do primeiro-ministro, para reclamar aumentos salariais que reflectam os aumentos de produtividade, e não só as previsões da inflação. Quanto à revalorização das carreiras profissionais, os sindicatos da Frente Comum querem ver incluídas no diploma do Governo as melhorias aprovadas como recomendação na Assembleia da República. Nos objectivos da jornada incluem-se a defesa da estabilidade de emprego e a luta contra a privatização de serviços públicos.

Abaixo-assinado reclama electricidade mais barata

Por proposta do PCP, a Assembleia da República aprovou uma recomendação ao Governo no sentido da redução das tarifas da electricidade em 15 por cento, a entrar em vigor a partir do início de 1999.

No seguimento da aprovação desta proposta, e tendo em conta o facto de as tarifas da electricidade, em relação ao poder de compra,

serem as mais caras da Europa, e ainda os 93 milhões de lucros declarados da EDP em 1997 - que podem ascender aos 120 milhões em 1998 -, o PCP lançou um abaixo-assinado, dirigido ao Primeiro-Ministro, onde é exigida a «efectiva e imediata» redução destas tarifas.

«Não é justo nem aceitável que sejam os orçamentos das famílias

a suportar a especulação bolsista e os imensos lucros dos grupos económicos e financeiros que crescentemente controlam a EDP com a sua privatização», pode ler-se no abaixo-assinado posto recentemente a circular. Até porque «há condições para uma redução de preços sem pôr em causa o equilíbrio económico-financeiro da EDP e a melhoria da qualidade do serviço».

**AS TARIFAS
DA ELECTRICIDADE
TÊM DE BAIXAR!**



**DIGA SIM
À REDUÇÃO DE 15%!
Apoie
a Proposta do PCP!**

PCP

Zootécnica Nacional tem falta de verbas

A Estação Zootécnica Nacional está a passar por grandes dificuldades financeiras, fruto de uma cada vez menor receita proveniente do Orçamento de Estado. A denúncia foi feita pela delegação do PCP que visitou as instalações e manteve um encontro com a direcção, onde foi prestada informação sobre a evolução desta instituição e os principais problemas com se debate.

Segundo uma nota divulgada pela Direcção Regional de Santarém, dando conta dos resultados da visita, a falta de verbas tem reflexos mais visíveis ao nível da política de pessoal, nomeadamente do pessoal científico, o qual, depois da formação, a ENZ não tem condições para manter. Contudo, são igualmente graves os reflexos no funcionamento e conservação do importante património e equipamento existentes.

Para além das questões financeiras, a delegação comunista apurou «limitações de natureza legal que impedem uma maior funcionalidade, assim como uma maior e melhor articulação com as diversas estruturas públicas e privadas, nomeadamente na articulação com as direcções regionais de agricultura e na defesa e valorização das raças autóctones».

Por seu lado, o PCP comprometeu-se a fazer eco das preocupações transmitidas, nomeadamente na

discussão do Orçamento de Estado para 1999 e na exigência da publicação da Lei-quadro das instituições científicas.

A delegação do PCP era constituída por Agostinho Lopes e Jorge Cordeiro, membros da Comissão Política do PCP, Lino de Carvalho e Luísa Mesquita, deputados na Assembleia da República, Eugénio Pisco, membro da Direcção Regional, e Manuel Eliseu, da Comissão Concelhia de Santarém.



PCP recebe Casa do Douro

Na passada terça-feira, uma delegação constituída por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, recebeu na sede nacional do Partido uma delegação da Direcção da Casa do Douro e do Conselho Regional de Vitivinicultores.

Eurodeputado visita Marrocos

O deputado do PCP Honório Novo integra a delegação da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu que inicia no próximo dia 29 de Novembro uma visita a Marrocos, no âmbito da renegociação do acordo de pescas entre a União Europeia e aquele país.

O referido acordo, estabelecido em 1995, deverá expirar dentro de um ano, e a sua renovação tem

grande importância para certas comunidades piscatórias, designadamente Portugal.

O nosso país dispõe actualmente de 51 embarcações licenciadas para pescar em águas marroquinas, que asseguram muitos postos de trabalho em especial nas zonas de Sesimbra e Olhão.

A delegação, de que fazem ainda parte dois deputados espanhóis, um francês e um irlandês, tem como objectivo estabelecer contactos com membros do governo e dos órgãos legislativos marroquinos e tomar o pulso às reais intenções do Governo sobre a eventual renovação do acordo.

Para preparar a sua deslocação, o deputado Honório Novo realiza este fim-de-semana um conjunto de encontros com associações e organizações de armadores e de pescadores das zonas afectadas pelo acordo, que culminará na próxima segunda-feira com uma audiência com o secretário de Estado das Pescas.



5 603 199 000445

33098